

**O enredo prisional em Angola:
soberanias duais na disciplina do corpo colonial**

Teresa Furtado Peixoto Magalhães

Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais

Área de Especialização em Ciência Política

Novembro, 2014

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais
Área de Especialização em Ciência Política, realizada sob a orientação
científica de Diogo Ramada Curto e Rui Branco.

*A todos que pela ausência estimulam em mim o perfeccionismo:
a si, Avô Jaime, a quem teria todo o gosto de ler em voz alta cada palavra deste trabalho,
e a si, pai*

Agradecimentos

Ao Professor Doutor Diogo Ramada Curto e ao Professor Doutor Rui Branco, pela persistência que demonstraram no decorrer da elaboração desta dissertação e, principalmente, pelo apreço e sobriedade premente com que lidaram com as minhas incertezas, o meu respeitoso obrigada.

Ao Eduardo Pereira Correia e à Raquel Duque por terem apoiado os meus primeiros passos no campo da investigação e por em mim terem depositado a confiança de integrar alguns dos seus projetos, com os quais não poderia ter aprendido mais. Acima de tudo isto, o meu sentido obrigado deve-se à amizade e consideração que foi sendo consolidada ao longo destes anos.

À minha mãe, para a qual a palavra “obrigada” nunca será suficiente, pela confiança cega em mim e nas minhas ambições, por ter tornado possível não só este trabalho como a pessoa que sou, por em cada conversa rápida ao telefone me ter dado mais palavras de motivação do que perguntas vazias. Mas, fundamentalmente, por me ter mostrado desde cedo que a responsabilidade pelo meu futuro cabe unicamente a mim, o que muitas vezes é um peso mas também uma indiscutível base de maturação. À Marta, à Filipa e à Ana sem as quais metade das melhores recordações da minha vida não seriam possíveis, por serem desde sempre “as minhas pessoas”, por me lerem com a facilidade que só as irmãs conseguem e por me tornarem mais leve na partilha da dor da saudade e da responsabilidade acrescida de não desiludirmos os nossos. A esta casa de *mulherzinhas*, a quem tudo devo, o maior e mais literal obrigado.

À Joana Leite Castro, minha queridíssima amiga, pela fidelidade e comprometimento com que encara o papel de amiga. Pelos tempos em Chicago, pelas conversas de Skype, pelos jantares entre viagens e pelo incondicional apoio. Acima de tudo, por nunca se ter permitido acreditar que rumos diferentes e cidades diferentes enfraquecem as amizades, por continuar tão perto como nos tempos em que ambas vivíamos na nossa querida Foz. À Margarida Rocha, à Rita Carvalho e à Inês Fernandes pelos tempos de faculdade e por tornarem, como ninguém, Lisboa mais “casa”, obrigada.

O trabalho de investigação coage a um parcial isolamento e testa, muitas vezes, o limite das nossas habilidades sociais. A elaboração desta dissertação constituiu um enorme desafio pessoal não só por testar a validade académica de um trabalho autónomo mas por me ter encaminhado ao trabalho arquivístico, essa imensidão de documentação cuja leitura analítica impõe uma reestruturação da metodologia individual de trabalho. Assim, o meu último agradecimento dirige-se ao Bernardo Pinto da Cruz a quem devo não só o título de amigo mas a companhia de todos os dias, sem o qual não consigo conceber possível esta *cruzada* entre bibliotecas e arquivos nem tão pouco o resultado final que aqui se apresenta. Pelas discussões, pelos conselhos, pela motivação e encorajamento, pela amizade e pela crítica, muitíssimo obrigado. Não serão muitas as amizades capazes de experienciar tão transversal conhecimento um sobre o outro, esta é indubitavelmente uma delas, o que me orgulha e me torna muitíssimo grata a ti.

A todos os aqui mencionados mas também aos tantos e valiosíssimos amigos e familiares que, pela importância, tornariam esta lista de agradecimentos infindável, muito obrigada.

Resumo

O enredo prisional em Angola: soberanias duais na disciplina do corpo colonial

A análise das estruturas de aprisionamento necessita de atender ao quadro institucional no qual se encontra enquadrado. A compreensão das finalidades às quais reporta apenas pode ser captada na alusão a um quadro teórico e conceptual que não se cinja à apreensão restrita das suas mais evidentes manifestações. O enredo da Angola colonial, no qual nos focamos, imprime a necessidade de nos afastarmos dos recorrentes estudos que tendem a evidenciar a brutalidade da prática repressiva no interior das prisões, menosprezando, por iminência, uma análise que capte as características longitudinais que ditam as estruturas administrativas das suas bases materiais. Assente na defesa de um alargamento conceptual das práticas de confinamento, pretende esta investigação contribuir para os estudos que atendem à necessidade destes estabelecimentos serem analisados à luz de outras instâncias, nomeadamente o trabalho forçado e o incipiente poder infraestrutural do estado colonial. De forma a alcançar tal propósito esta dissertação concebe uma análise que contrapõe às finalidades impressas nos códigos legais dos estatutos criminais coloniais os relatórios arquivísticos. Estes dão conta da prática que regia o *modus operandi* destes estabelecimentos e atestam a debilidade morfológica do poder estatal colonial. É face a tal que se apresenta, numa última análise, as instâncias que nos permitem pensar o enredo edificado pelas empresas concessionárias no território colonial numa relação de analogia com a prisão colonial. Tal comparação é aqui edificada pelo recurso ao estudo de caso da Companhia de Diamantes de Angola, problematizando-se o modo como esta empresa substituíu o poder do estado colonial ao implementar políticas públicas de gestão e controlo das massas trabalhadoras que se encontravam sob a sua alçada.

Palavras-chave: Prisões Coloniais, Poder infraestrutural do estado, racionalidade estatal, trabalho forçado, empresas concessionárias, Diamang

Abstract

Colonial Prisons in Angola:

Double sovereignties in the disciplining of the colonial body

In order to analyze the practice of imprisonment one needs to understand its institutional framework. Here we deploy a theoretical and conceptual set which goes beyond the most apparent manifestations of imprisonment rationalities. Our focus in colonial Angola implies that we must turn away from recurrent studies that overemphasize the brutality of carcerary practices and apprehend the changing characteristics which structure the material basis of the government of prisons. This study contributes to the arguments that posit the necessity of a prisons analysis from the viewpoint of other practices such as forced labor and the fragility of state's infrastructural power. To do so, this thesis conceives a general analysis that compares the rationality of criminal law by the reading of Criminal Reports of the colonial administration. These illustrate the actual practices ruling the penal system, one that testifies to the lack of a reasonable *statism* following from which we can think of an analogy between prisons and some particular colonial corporations at work in the colonial setting. We undertake a case study of Dimang, a concessionary corporation, exercising a power analogous to that of a State disciplining the work force and implementing public policies aimed at controlling and reproducing it.

Keywords: Colonial Prisons, State infrastructural power, State rationality, forced labor, Concessionaire corporations, Diamang.

Acrónimos

AHD – Arquivo Histórico Diplomático

AHU – Arquivos Histórico Ultramarino

AOS – Arquivo Oliveira Salazar

DL – Decreto-Lei

GGA – Governador-geral de Angola

GNP – Gabinete dos Negócios Políticos

MU – Ministério do Ultramar

PIDE – Polícia Internacional de Defesa do Estado

TT – Torre do Tombo

«Within the modern world which has come into being, changes have taken place as the effect of dominant political power by which new possibilities are constructed and old ones destroyed. The changes do not reflect a simple expansion of the range of individual choice, but the creation of conditions in which only new (i.e., modern) choices can be made. The reason for this is that the changes involve the re-formation of subjectivities and the re-organization of social space in which subjects act and are acted upon. The modern state – imperial, colonial, post-colonial – has been crucial to these processes of constructions/ destruction»

(Talal Asad, "Conscripts of Western Civilization")

«Critical features of imperial formations include harbouring and building on territorial ambiguity, redefining legal categories of belonging and quasi-membership, and shifting the geographic and demographic zones of partially suspended rights [...] The legal and political fuzziness of dependencies, trusteeships, protectorates, and unincorporated territories were all part of the deep grammar of partially restricted rights in the nineteenth and twentieth century imperial world [...] Imperial states by definition operate as states of exception that vigilantly produce exceptions to their principles and exceptions to their laws.»

(Ann Stoler, "On Degrees of Imperial Sovereignty")

Índice

Introdução	1
- <i>Estado Moderno, Prisão e o Colonial</i>	3
Capítulo I: Dos Códigos Legais às Categorias Administrativas	15
I.1. <i>Edificação da conceção legal de Indígena</i>	16
I.2. <i>Políticas do Corpo no Corpo da Lei</i>	26
I.3. <i>Primeira súmula: denominar, segregar e legislar</i>	33
Capítulo II: Dos Códigos Penais à (in)disciplina prisional	42
II.1. <i>O aparatos legal: a prisão disciplinar</i>	46
II.2. <i>A prisão como espelho da morfologia do poder colonial</i>	52
II.3 <i>Segunda súmula: do poder infra-estrutural do Estado à administração do enredo prisional</i>	65
Capítulo III: Da Soberania Estatal à Dupla Subjugação do Indígena	72
III.1. <i>O encadeamento contratual da dupla subjugação</i>	74
III.2. <i>Notas quanto ao processo de biologização da Diamang</i>	80
III.3. <i>Terceira súmula: o sector privado enquanto analogia do enredo prisional</i>	89
Súmula Final: premissas conclusivas e levantamento de questões	99
Bibliografia	111

Introdução

«Vem-se aproximando das nossas fronteiras as chamas sopradas pelos vendavais com o epicentro em Moscovo. Teremos nós serviços de incendio capazes de conterem a propagação do fogo devorador? Poderemos ainda intensificar a fixação, tão dispendiosa como necessária, de fortes núcleos metropolitanos na África portuguesa? Saberemos sanear as populações indígenas e promover a elevação do seu nível económico e espiritual? Ao realizar essa tarefa, conseguiremos instilar em suas almas a funda convicção de que os seus interesses de toda a ordem serão melhor servidos se continuarem ligados ao todo português em vez de se abalançarem apressadamente às contingências de uma vida autónoma? E poderemos fazer tudo isto a tempo e horas? Eis as tremendas interrogações que ensombram o horizonte do nosso provir, como nuvens negras e pesadas.»

Francisco Pinto Cunha Leal. 1957. *Coisas do Tempo Presente. Novas Coisas da Companhia de Diamantes de Angola*, Vol.II, 35

O excerto aqui exposto, da autoria de Cunha Leal, acionista da Companhia de Diamantes de Angola, apreende as inquietações que se apropriavam da administração colonial portuguesa no final dos anos 50 e início dos anos 60. Às razões internas que colocavam crescentemente em causa a manutenção da soberania portuguesa, nomeadamente não só o dealbar de movimentos independentistas em Angola e Moçambique mas também a reivindicação da União Indiana de integração de Goa, juntava-se a pressão dos organismos internacionais no que concerne à defesa dos princípios da autodeterminação dos povos e, concomitantemente, da própria descolonização¹. Posto tal, o inaugurar da década de 60 impôs a necessidade de incutir novas estratégias de manuseamento da população colonial que se edificavam pela supressão de antigos dispositivos de controlo – como o Estatuto do Indigenato e a Caderneta Indígena – ao mesmo tempo que encetavam novas políticas de gestão e disciplinarização das massas. Quer tal dizer que o Estado Colonial enfrentava um delicado panorama face à necessidade de incutir dispositivos autoritários e repressivos capazes de silenciar as *vozes independentistas* no interior das suas colónias, ao mesmo tempo que se impunha a necessidade de um *discurso fabricado*, cujo alvo era a comunidade

¹ Paulo Pinto de Albuquerque, *A Reforma da Justiça Criminal em Portugal e na Europa*. (Lisboa: Almedina, 2003) 952

internacional, que fosse capaz de reproduzir além-fronteiras o ideal luso-tropicalista da unicidade pluricontinental².

A noite de 3 para 4 de Fevereiro marca, do ponto de vista histórico, o início da Guerra Colonial³ e constitui desta feita o ponto de partida que despoleta o estudo que aqui se pretende efetuar. Tal evento ficou marcado pelo “assalto” conjurado por cinco brigadas, cada uma com aproximadamente trinta indivíduos, cuja intenção passava pela materialização de uma ofensiva que tinha como alvos estabelecimentos de instituições estatais em Luanda, nomeadamente a Cadeia da PIDE e a Cadeia Administrativa de São Paulo, o aquartelamento da polícia móvel da PSP, a Cadeia de Reclusão Militar, o Campo de Aviação e a 2ª Esquadra da Polícia sendo que, estes dois últimos alvos mencionados não chegaram a ser alvo de ataques⁴. A importância deste acontecimento não assenta no modo como foi levado a cabo mas essencialmente nas imediatas consequências que dele se apreendem e que constituem o ímpeto que despoletou a nossa análise. A mais premente destas, no âmbito do nosso estudo, prende-se com as inúmeras detenções feitas pela Polícia de Luanda nos dias que se seguiram ao evento relatado e que lotaram imediatamente as instalações prisionais existentes na colónia⁵. Importa referir que o enredo prisional colonial há muito vinha a preocupar as autoridades administrativas que reportavam ao Ministério do Ultramar a necessidade premente de melhoria das existentes prisões bem como a construção de novas instalações face ao aumento contínuo da massa prisional na colónia⁶.

A abordagem que aqui se pretende enveredar não consiste com uma apreensão *in locus* da prisão colonial mas, face à necessidade irrefutável de apreensão dos mecanismos de subjectivização do sujeito colonial enquanto «processos de interdependência»⁷ que não se esgotam pela compartimentação das instâncias que os reproduzem, pretende-se analisar o enredo prisional não só nas mediações das políticas de confinamento mas tendo em conta a racionalidade estatal que o determina. A análise das prisões coloniais,

² Cristina Sá Valentim, «A Exclusividade e a excepção: Uma análise da relação entre seres e saberes na Lunda Colonial» *Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra*, 2012. 27

³ Dalila Cabrita Mateus e Álvaro Mateus, *Angola 1961 – Guerra Colonial: causas e consequências*. (Lisboa: Textos Editores, 2011) 73

⁴ AHU – MU/GM/GNP/059/Pt.14. Relatório-informação sobre os acontecimentos ocorridos em Luanda na noite de 3/4 de Fevereiro.

⁵ AHU – MU/GM/GNP/052/Pt.1. Ofício nº 847/B/6/4

⁶ AHU – MU/GM/GNP/0029/04872 – processo nº15.009.00

⁷ Miguel Bandeira Jerónimo, Nuno Domingos e Nuno Dias in José Neves (Coord.), *Como se faz um Povo* (Lisboa: Edições Tinta da China, 2010) 155

nomeadamente as que emergem na sequência dos movimentos subversivos, não deve ocultar realidades que a precedem e que agem sobre o corpo colonial com o mesmo ímpeto de dominação e exploração. Os mecanismos de segregação do sujeito, de imposição de estruturas de trabalho forçado com vista à obtenção de *corpos dóceis*, encontram-se no panorama colonial matizados não só no aprisionamento como nas políticas de gestão de mobilidade, de habitação, de otimização económica, etc.⁸. Quer tal dizer que existe claramente a intenção de, nesta dissertação, se compreender a multiplicidade de esclarecimentos que a análise das políticas de gestão do corpo colonial nos fornecem quando à envergadura do próprio Estado. A análise do espaço colonial, de qualquer instituição que compunha o Estado Colonial, implica uma leitura que tome num primeiro momento a finalidade iminente à racionalidade da sua efetivação e, num segundo ponto, os recursos por estas administrados no sentido de cooptar o corpo colonial sobre o qual age. Ora, o nomear do nosso objeto de análise passa pela exposição do modo como as instâncias legais, materiais e análogas ao enredo prisional nos permitem captar características morfológicas do poder estatal bem como a racionalidade que o incute na administração dos povos ultramarinos.

- Estado Moderno, Prisão e o Colonial

A análise da genealogia das Instituições de Confinamento reporta à obra *Vigiar de Punir* de Michel Foucault publicada em 1975, o momento em que o estudo das prisões se autonomiza e passa a ser concebido no centro dos debates conceptuais que reportam a noção de *modernidade*⁹. Ao colocar a prisão no epicentro da construção das sociedades modernas a finalidade do autor prendia-se em demonstrar o modo como a *disciplina*, o *exercício do poder* e o emergir de mecanismos de *observação do Estado*, constituíam os elementos fundadores da modernidade que se caracterizava por uma relação cada vez

⁸ Nuno Domingos e Elsa Peralta, *Cidade e Império, Dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais*; (Lisboa: Edições 70, 2013) 3/5

⁹ Carlos Aguirre e Ricardo D. Salvatore, *The Birth of the Penitentiary in Latin America: Essays on Criminology, Prison Reform and Social Control, 1830-1940*. (USA: University of Texas Press, 1996) 5

mais próxima à noção de panoptismo¹⁰. Teorizado pela primeira vez pelo jurista inglês Jeremy Bentham a ideia de uma arquitetura panóptica da prisão reporta à implementação institucional de um modelo de estruturas que pretendia assegurar dois dispositivos de observação: o da *vigilância*, manutenção de um jogo de olhares permanente, e da observação imbuída num registo documentado individualizante¹¹. Enquadrada no interior do que denominou por “Sociedade Disciplinar” o emergir das prisões enquanto *instituições completas e austeras* reportava a um novo paradigma de poder ocidental, que começara a emergir no final do século XVIII, no qual o Estado agia sobre o corpo biológico com a finalidade de obtenção de uma legibilidade crescente, de antecipação de comportamentos, de adequação da ação dos indivíduos às práticas decretadas na lei¹². No interior desta mutação de paradigma de atuação do poder estatal a punição abandona a prática da violência infligida no corpo e passa a constituir a parte *oculta do processo*, comparativamente mais humana, que tem como finalidade o emergir do *homem novo*¹³. É nesta mutação da finalidade das penas que o autor encontra o duplo fundamento que incute esta nova prática da punição: jurídico-económico, assente na privação da liberdade, e técnico-disciplinar, ou seja, um suplemento corretivo que ambiciona a transformação dos indivíduos de acordo com os princípios vigentes na sociedade, que opta por agir na pretensão de alcançar *corpos dóceis*, disciplinados e em concordância com as exigências estatais. A prisão constituía portanto um espelho da nova relação de governabilidade, de administração dos corpos por parte do agente estatal assente na solidificação de hábitos sociais e de *adestramento do sujeito em si* ao ponto do corpo social não se constituir apenas como objeto de aplicação do poder mas como veículo do mesmo pela sistematicidade da sua adequação sociológica¹⁴. É a centralidade do fator correcional, com vista a reintegração do sujeito *disciplinado* na ordem social, que marca a especificidade da instituição penal moderna. É necessário ter no entanto em conta, e reforçar tal perspetiva, que a prisão não constitui na obra foucaultiana uma instância autónoma que se antecipa isoladamente. A reestruturação da lógica empregue no interior desta apenas se possibilita face ao emergir de um carácter normativo da conceção de

¹⁰ Smart, Barry, *Key Sociologists: Michel Foucault* (UK: Routledge, 1988) 122/123

¹¹ Michel Foucault, *Vigiar e Punir, História da Violência nas Prisões* (Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1975) 235/236

¹² Carl Watner (Ed.), *National Identification Systems: Essays in Opposition* (North Caroline: McFarland Ed, 2004) 132/146.

¹³ Michel Foucault, *Vigiar e Punir, História da Violência nas Prisões* (Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1975) 223

¹⁴ *Idem*, *Two Lectures on Power/ Knowledge* (New York: Pantheon Books, 1980) 98

poder estatal, isto é, o facto de a sua aplicação não se esgotar na imposição da lei mas se encontrar matizado nas extremidades sociais¹⁵.

A análise da prisão colonial à luz das teorias foucaultianas tem sido reportada com um notório tom crítico, asseverando a maioria dos estudos sobre o tema a incompatibilidade das instâncias que a caracterizam na obra *Vigiar e Punir* ao enredo não-ocidental. Muito embora no interior dos estudos deste dispositivo de controlo ao mundo ocidental exista alguma “resistência”, no que concerne ao colonial esta é indubitavelmente sistemática. A mais comum prende-se com a impossibilidade de análise da prisão no espectro colonial na ausência do reportar de actos de resistência e de episódios de violência¹⁶. Na consideração dos autores tal constitui a primeira evidência que corrobora a impossibilidade de se pensar a prisão colonial nos termos de uma instituição capaz de aplicar dispositivos disciplinares que agem sobre a massa prisional com vista à obtenção de um *adestramento* comportamental. Na consideração destes tal finalidade, embutida na lógica que a estrutura nas teses foucaultianas, não se apreende ao caso colonial onde o enredo carcerário se caracterizava fundamentalmente na iminência de uma otimização económica das massas. Reportando-se ao caso Indiano, David Arnold afirma que «far for being a captive domain in which discipline might reign supreme, the prison often became a focus or symbol of wider defiance against the British»¹⁷. Locus de resistência e não de disciplina, a causalidade que despoleta tal encontra dois fatores, na opinião do autor, que determinam esta sua natureza: a primeira prendia-se com uma *escolha* por parte do regime colonial britânico que nunca havia demonstrado um efetivo interesse na implementação de uma disciplina estruturante e, um segundo aspeto, mais idiossincrático da essência colonial e facilmente cooptado para o caso português, assentava nas limitações materiais que impunham lógicas de funcionamento que contrastavam, por vezes, com o desejo das elites administrativas¹⁸. Embora exista alguma redundância na apresentação dos argumentos do autor, este finaliza arguindo que a análise das prisões no interior da Índia britânica deve ser examinada tendo em conta aquilo que é «specifically colonial» e que se arquitetou por um ajustamento material ao sistema

¹⁵ *Idem, Ibidem*, 99/100

¹⁶ David Arnold, *The Colonial Prison: Power, Knowledge and Penology in Nineteenth-Century India; Subaltern Studies VIII: essays in honour of Ranajit Guha*; (New Delhi: Oxford University Press, 1994) 149

¹⁷ *Idem, Ibidem*, 152

¹⁸ *Idem, Ibidem*, 152/3

colonial de exploração económica e de controlo político¹⁹. Frank Dikötter, cujo trabalho se centra no estudo das prisões chinesas, defende o pressuposto teórico que a variável causal da qual depende a eficácia do sistema prisional nos moldes foucaultianos assenta no nível social e de instrução dos guardas prisionais: na maioria dos enredos não ocidentais a *prisão disciplinar* foi minada pela prevalência de uma frágil balança de poderes onde os guardas eram incentivados a agir de modo a conter os constantes incidentes o que ditou uma ação que se movia entre tolerância e controlo, abuso e negociação que não só inviabilizava a absoluta separação entre as duas categorias como tornava a prisão uma instituição permeável a reproduzir as hierarquias sociais²⁰. Na estrutura de causalidade que apresenta, a racionalidade estatal que determina as finalidades a que se destina a gestão do corpo prisional é ainda ponderada: «(...) and where states did succeed – against all odds – to build more centralized and better prison police, it has generally been to maintain social inequalities and politically repressive regimes rather than to reform alleged criminal»²¹.

Um terceiro perspetivar sobre as modalidades de *leitura* da prisão colonial é apresentada por Carlos Aguirre cuja análise assenta numa compreensão mais estruturada das prisões e mais completa quanto à leitura da própria teoria foucaultiana. A primeira evidência que leva o autor a refutar a transladação dos argumentos da obra *Vigiar e Punir* para o panorama colonial advém da defesa do próprio princípio teórico apresentado por Foucault quanto à necessidade de leitura da instituição penal na continuidade do tipo de poder que caracteriza o agente estatal²². Focando o seu estudo nas prisões coloniais da América Latina, o autor defende que a natureza da prisão reflete características ao nível micro daquelas que definem o próprio Estado Colonial. Quer isto dizer que a análise da prisão no enredo das colónias deve apreender e cruzar outras instâncias que se movem entre as políticas de trabalho forçado, de conflito social, de urbanização, etc.²³. Tal análise, no entanto, não deve abandonar uma abordagem às mesmas enquanto instituições crucias à decomposição do rol de estratégias de controlo e disciplina, bem como de fabricação de visões hegemónicas da sociedade, cuja materialização se cruza com

¹⁹ *Idem, Ibidem*, 155

²⁰ Frank Dikötter, «A Global History of the Prison» *International Institute for Asia Studies* nº39; 2005,4

²¹ Frank Dikötter and Ian Brown, *Cultures of Confinement: A History of the Prison in Africa, Asia, and Latin America*. (USA: Cornell University Press, 2007) 10/12

²² Carlos Aguirre e Ricardo D. Salvatore, *op cit.* 2

²³ *Idem, Ibidem*, 4

processos de observação, classificação e com o ímpeto de normalização dos grupos subalternos. É precisamente esta a matriz analítica que iremos adotar neste estudo compreendendo o exercício do poder disciplinar na dependência tanto das ações levadas a cabo pelos agentes institucionais como apreendendo-a na dependência dos efeitos das estruturas racionais-legais que compõem o Estado Colonial.

Dikötter, ao afirmar que «archival evidence – which allows to move away from official rhetoric and lofty ideals towards the messy realities of incarceration – (...) highlights the very limits of State»²⁴ reproduz aquilo que constitui, precisamente, a finalidade que esta investigação pretende alcançar. Para além de nos elucidar quanto à prática administrativa, o arquivo caracteriza-se por um dualismo no que concerne à sua interpretação: por ser composto pelo discurso oficial perpetua a «lei do que pode ser dito», a fonte de um sistema de enunciabilidades, ao mesmo tempo que materializa a escrita do que constitui «o segredo oficial», aquilo que apenas deve ser enunciado no âmbito da burocracia estadual vigiada por um acesso restrito das patentes especializadas. Desta feita a análise da documentação que enceta pressupõe um trabalho atento à tipologia enunciada para que não se reproduzam desígnios de políticas como verdades objetivas²⁵.

Uma abordagem que se queira coesa na apreensão deste dispositivo impõe a observação de instâncias capazes de colocar em contraste aquilo que é da ordem das *aspirações* dos Estados e da *materialização* dessas mesmas ambições. Para tal ancoramo-nos na defesa teórica de Joel S. Midgal da necessidade de permear uma observação dual do agente estatal, compreendendo-o não só enquanto instância analítica compacta e una mas tendo em conta a possibilidade de se materializar o exercício do seu poder de modo desfragmentado, imprimindo no território dissimetrias de poder²⁶. A tal perspetivar, como nos elucida Ann Stoler, impõe-se ainda a necessidade de compreender o modo como a governabilidade colonial imprimiu na sua história uma narrativa ancorada na proclamação iminente da exceção, não somente por imprimir nas suas bases legais a segregação racial mas precisamente por se encontrar vinculada à possibilidade de uma constante remodelação das *fronteiras* que regiam a vida do indigenato na sua relação com

²⁴ Frank Dikötter, «A Global History of the Prison» *International Institute for Asia Studies* nº39; 2005, 4

²⁵ Ann Stoler, «Colonial Archives and the Arts of Governance», *Archival Science* 2, 2002, 92/106

²⁶ Joel S. Midgal, *State in Society* (Cambridge: Cambridge University Press, 2011) 10

o colono²⁷. No seguimento do argumento de Stoler também David Scott, ao se debruçar sobre a análise do que denomina de «colonial governability», nomeadamente por defender o pressuposto analítico assente na defesa de que o estudo do espaço colonial deve estar embutido na tentativa de extração da racionalidade estatal, compreende que a única característica comum à história dos Impérios Coloniais consiste no facto de, invariavelmente, o exercício do poder se ter composto pela prática continua da integração e exclusão do sujeito colonial²⁸.

No interior das Teorias do Estado Michael Mann introduz no seu estudo a defesa de que aquilo que diferencia o Estado das demais instituições da sociedade civil prende-se com a presença de uma característica que apenas a este é cooptada – o poder infraestrutural. Tal indicador de soberania define-se pelo facto de apenas os Estados serem capazes de *penetrar a Sociedade Civil e implementarem logisticamente decisões políticas através do território*²⁹ pressuposto que decorre da centralidade territorial que funda e possibilita qualquer outra função incutida ao agente estatal (produção da lei, autonomia decisória, uso legítimo da violência, implementação de políticas públicas, etc.). Jack Goldstone, no estudo onde testou a teoria das revoluções que se centram no Estado aplicando-a ao nível micro-institucional, nomeadamente a instalações prisionais de média e alta segurança nos Estados Unidos, preconiza a defesa de que os princípios de organização social se repetem a diferentes escalas³⁰. O colocar em causa da teoria avançada por Michael Mann apenas se torna possível pela apreensão dos contrastes entre a análise centrada nas bases legais de gestão dos povos colonizados e os relatórios arquivísticos produzidos pela administração ultramarina quanto ao *modos operandi* das instalações prisionais. Importa ainda que no interior do enredo colonial não nos é possível compreender as bases operacionais desta instituição na ausência da sua íntima relação com o trabalho forçado. Nas palavras de Taylor C. Sherman:

²⁷ Ann Stoler, «On Degrees of Imperial Sovereignty» *Public Culture* nº 18, 2006, 125-146, 135/36

²⁸ David Scott, *Refashioning Futures: criticism after postcoloniality* (New Jersey: Princeton University Press, 1999) 151

²⁹ Michael Mann, «The autonomous power of the State: Its origins, mechanisms and results» *Archives Européennes de sociologie*, Vol.25, 1984, 97

³⁰ Jack A. Goldstone e Bert Useem, «Prison Riots as Microrevolutions: a extension of state-centered theories of revolution» *The American Journal of Sociology*, Vol.104. No.4, 2009, 985-1029, 984/986

Convict labor thus exposed a tension between the reforming mission of punishment and the financial constraints of imperial economies geared towards extraction from their colonies. These practices can be seen, therefore, as integral parts of large system of forced migration and coerced labor that sustained imperial economies³¹

Uma análise que atenda ao enquadramento político, histórico e institucional do enredo prisional permite-nos avançar com uma leitura mais consistente das finalidades que precedem, muitas vezes, o próprio texto legal que as proclama e legitima. Da mesma forma, na análise das instituições penais ocidentais do início do século XVIII, Michel Foucault aponta não só para uma *nova economia do poder*, na qual o enredo carcerário constituiu o mais eficiente objeto, como para a prevalência de uma «delinquência útil» - nomeadamente as redes clandestinas de prostituição e o tráfico de armas e álcool – cuja subsistência tendia a ser assegurada pela gestão de um campo de práticas ditas ilícitas mas muitas vezes semi-administradas por instituições análogas às prisionais³². Queremos com isto dizer que, como avançamos no início desta introdução, a análise do enredo prisional colonial não se deve cingir à apreensão das estruturas que normalmente definem a sua materialização nem tão pouco deve ser compreendido na dependência exclusiva de instâncias administradas sob a égide de um autoritarismo legal e burocrático estatal. Por via da prática do trabalho forçado é necessário que a conceção de prisão sofra uma extensão ou alargamento conceptual de modo a passar a incluir novos referentes de confinamento que muito embora difiram do ponto de vista estrutural compreendem e partilham a racionalidade iminente ao aprisionamento do indígena, nomeadamente a sua exploração/ otimização económica bem como a sua movimentação territorial à merce das políticas de fixação de centros de colonização. Na senda dos estudos de Erving Goffman a compreensão do autor quanto à singularidade que define as Instituições Totais prende-se precisamente com a extensão do nível de *fechamento* que as caracteriza. Quer isto dizer que a tipologia das Instituições Totais é apreendida nas imediações de sistemas de produção de lógicas de socialização próprias que são asseguradas pelo ditar administrativo e que não se cingem à estrutura fechada das prisões (compondo esta uma tipologia das primeiras). A materialização deste tipo de Instituições encontra-se antes na dependência imediata de um centro de autoridade único no interior de um local onde todos os aspetos da vida do indivíduo acontecem, sendo certo que toda atividade é realizada sob

³¹ Taylor C Sherman, «Tensions of Colonial Punishment: Perspectives on Recent Developments. Study of Coercive Networks in Asia, Africa and the Caribbean» *History Compass* 7, Issue 3, 2009, 670

³² Michel Foucault, *op cit*, (Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1975) 265

imposição de cima, isto é, sob orientação de um conjunto de regras decretadas por um grupo de funcionários que agem em concordância com um plano racional singular³³.

A pesquisa efetuada no acervo documental dos arquivos nacionais, permite-nos dizer com relativa segurança que as empresas concessionárias a funcionar em Angola durante o período do Estado Novo dão-nos um bom exemplo de instituições equiparáveis às estudadas por Goldstone, na medida em que as suas características organizacionais permitem ao investigador pensar algumas premissas da administração colonial a um nível micro de análise. Ora, se a territorialidade centralizada é chave da autonomia estatal, *vis-à-vis* os grupos da sociedade civil, então seria necessário que não fosse possível encontrar casos onde o poder central de uma instituição irradia do centro para a periferia exercendo territorialmente questões de soberania tradicionalmente imputadas aos Estados. Tal princípio encontra também um suporte teórico sólido no debate que enverga a temática da diferenciação entre *company town* e *company state*. Ambas as categorias definem empresas cujo campo de ação transpõe a arena meramente económica ao se verificar o reportar à empresa não só o planeamento urbano das zonas sob alçada das mesmas como sendo estas responsáveis pela resolução material das bases indispensáveis à vivência dos seus trabalhadores (habitação, centros de saúde, autoestradas, entre outros)³⁴.

O problematizar da possibilidade de uma extensão da conceção de *prisões* no paradigma colonial de modo a que novos referentes administrativos sejam nela incorporados encontra na Teoria Biopolítica de Giorgio Agamben a base teórica que justifica a necessidade de tal reestruturação conceptual. Segundo Agamben a paradigmática figura do *homo sacer*, sujeito que se constrói na ausência de um reconhecimento estatal e, sequencialmente, ao qual não é reportado qualquer tipo de direito, encontra-se materializada em espaços em que o poder soberano, com a sua relação de abandono e de criação de *vida nua* – vida desprovida de direito –, é geograficamente identificável. Partindo de uma análise dos prisioneiros dos campos de concentração nazis como o exemplo contemporâneo que mais se aproxima deste tipo-ideal, o autor premeia-nos ainda com uma compreensão do enredo que possibilita o emergir de vácuos de exceção que nem sempre se confina a uma estrutura material exclusiva. Ou seja, no

³³Erving Goffman, *Manicômios, prisões e conventos*. (São Paulo: Editora Presença, 1974) 17/19

³⁴ Marcelo J. Borges e Susana Torres, *Company town: labor, space and power relations across time and continent* (Palgrave Macmillan, 2012) 5

interior da teoria agambeniana podemos falar de dois tipos de campos: em sentido literal, cujo paradigma é o campo de concentração ocidental e em sentido teórico, em que *campo* sofre uma extensão ou alargamento conceptual de modo a passar a incluir novos referentes da vida contemporânea em que a relação de abandono reaparece e reinstaura o soberano poder da exceção, passando a constituir uma porção do território que passa a estar fora da ordem jurídica³⁵. A distinção entre um e outro usos do termo, está sobretudo no carácter metafórico do último, que ajuda a identificar a produção de *vida nua* em locais que, objetivamente, não se aproximam de campos de concentração³⁶. Ora, o que aqui problematizamos prende-se com a adoção da estrutura argumentativa deste autor italiano ao caso das prisões coloniais, mais especificamente, da possibilidade de pensarmos esta instituição ancorada a um alargamento conceptual no qual as empresas concessionárias passam a ser partes integrantes desta concepção.

*

O encadeamento teórico aqui exposto permite-nos debater não só a validação dos contributos apresentados pelos teóricos que se debruçam sobre análise das prisões coloniais ao caso do colonialismo português em angola, como a efetiva extensão da prisão colonial ao ponto de se considerar nestas casos de administração disciplinante que, numa primeira análise, não se aproximam desta tipologia de confinamento.

Face ao exposto a nossa dissertação pretende objetivar uma análise capaz responder à pergunta de partida que agora se formula: *qual a racionalidade estatal no projetar do enredo penal e de que forma este se materializou na ultima fase do colonialismo português em Angola?* A resposta a tal propósito dita uma estrutura tripartida da nossa investigação que não adota prementemente as fronteiras do Estado colonial como campo de análise coeso e uniforme mas que atende às dissimetrias do poder soberano impressas no interior do seu território.

³⁵ Claudio Minca, «Camp» in Alex Murray e Jessica Whyte, *The Agamben Dictionary* (Edinburgh: Edinburgh University Press, 2001) 41/44

³⁶ Giorgio Agamben, *O Poder Soberano e a Vida Nua, Homo Sacer I* (Lisboa: Editorial Presença, 1995) 140/145.

Num primeiro capítulo importa compreender o debate em torno dos modos de legibilidade da lei, isto é, a essência da natureza legislativa, mobilizando os contributos teóricos que circundam tal temática: a compreensão da lei enquanto reflexo sociológico dos hábitos intra-fronteiriços ou como veículo do poder soberano de imposição de uma tecnologia de subjetivação. Tal enquadramento permitir-nos-á uma leitura desmistificada das disposições jurídico-constitucionais patentes não só nas três versões do Estatuto Civil, Político e Criminal dos Indígenas como no Estatuto dos Julgados de 1954 e no texto jurídico que instaura a Caderneta Indígena. Acresce que tal análise não só deve ser orientada para a apreensão da conceção legal do sujeito colonial mas, mais precisamente, como fonte da textualização dos desígnios biopolíticos do Estado Colonial e, consequentemente, com vista ao apresamento da racionalidade soberana assente na cristalização da exploração laboral.

Num segundo momento procederemos à análise das instâncias legais que ditam o entendimento estatal do sistema penitenciário colonial através do estudo da Reforma do Sistema Prisional de 1954 e das Normas para a Construção de Estabelecimentos Prisionais. Tal investigação deve ser acompanhada, à luz dos contributos já explanados, da consciência quanto à efetiva existência de um *conflito* entre as operações ideológicas e a administração prática da regência prisional cuja compreensão atesta a necessidade de apreender a racionalidade que as precede bem como a elucidação de demais instâncias que condicionam a sua prevalência e que compõem a morfologia do poder colonial. Com vista a alcançar tais pressupostos a análise dos relatórios que dão conta dos entendimentos burocráticos do problema prisional por parte do Ministério do Ultramar necessitam de ser concebidos em harmonia com relatórios de campo, produzidos pelas entidades informadoras, que cobriam a *praxis* administrativa das prisões coloniais criadas na sequência do dealbar dos movimentos subversivos. Desta, a análise do Campo de Trabalho de Missombo e do Campo de São Nicolau estabelecem focos de estudo capazes de testar os pressupostos teóricos ao caso do colonialismo português.

No capítulo que encerra a nossa investigação apresentaremos a problematização das instâncias teóricas e empíricas que nos permitem pensar o enredo concessionário privado numa analogia à prisão colonial, ou seja, que corroboram a extensão da prisão em sentido teórico. Partindo do caso de estudo da Companhia de Diamantes de Angola, da sua estrutura organizacional e das práticas privadas de administração dos seus

trabalhadores, pretendemos conceber um corpo argumentativo que avance com as premissas que sustentam um estudo mais alargado e aprofundado da cooptação mista, privada e estatal, de políticas de gestão e confinamento dos sujeitos colonizados sob a égide dos interesses económicos que ditavam a necessidade de estruturas de trabalho forçado.

Capítulo I:

Dos códigos legais às categorias administrativas

A multiplicidade de diretrizes, pareceres, decretos, portarias e relatórios internos produzidos pela administração burocrática colonial no decorrer da década de 50 e 60 evidenciam não só a preocupação vinda de Lisboa como a necessidade de incutir alterações governativas e jurídicas na vivência indígena. O princípio da pluralidade de estatutos de direito privado, legitimado no discurso colonial pela sua natureza instrumental e transitória, foi sendo progressivamente alvo de contestação. A integração do Acto Colonial na Constituição Política preconizou longos debates na Câmara Corporativa e na Assembleia Nacional no decorrer ainda da década 50 com a finalidade de encontrar a melhor forma, e a nomenclatura apropriada, para o dotar do texto constitucional da necessária unidade que afastasse o país das duras críticas do plano internacional³⁷. A conjuntura história causal do abalo da política ultramarina portuguesa centra-se, a nível macro, na reivindicação da União Indiana de integração dos territórios portugueses do Estado da Índia, no eclodir dos movimentos de libertação nas províncias ultramarinas e no evoluir do debate da descolonização no seio das Nações Unidas³⁸. No seguimento da Resolução nº1514 da ONU de Dezembro de 1960, que proclamava o direito de todos os povos à autodeterminação, a Resolução nº 1542, endereçada ao caso português, emitia o parecer do Conselho de Segurança no qual as províncias ultramarinas portuguesas integravam a categoria de *territórios não autónomos*³⁹. Não concerne o foco preciso da nossa investigação indagar sobre a causalidade da pressão internacional nas alterações administrativas introduzidas pelos agentes coloniais portugueses quanto às populações indígenas. No entanto, a referência a tal demonstra-se indispensável e latente pelas inúmeras alusões na documentação consultada aos *inimigos externos* do colonialismo lusitano, tantas vezes apontado como fator que impunha a adulteração de estatísticas e narrativas administrativas. Constitui, por outra, o cerne do nosso propósito compreender, à luz do agravamento da pressão interna dos movimentos subversivos, os

³⁷ Cláudia Castelo, *O modo português de estar no mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa* (1933-1961) (Porto: Edições Afrontamento, 1998) 53/54

³⁸ Paulo Pinto de Albuquerque, *A Reforma da Justiça Criminal em Portugal e na Europa*. (Lisboa: Almedina, 2003) 952/53

³⁹ Tal resolução contou com os votos favoráveis dos Estados Unidos e da União Soviética e com a abstenção do Reino Unido e da França.

mecanismos adotados pelo Estado Colonial que garantissem um efetivo controlo sobre a população ultramarina, nomeadamente, as alterações introduzidas no sentido de munir as forças administrativas de um conhecimento mais *legível* dos agentes colonizados. A impossibilidade de investigar tal evolução ao nível macro dos organismos do Ministério do Ultramar encaminharam-nos para a problematização dos enredos micro, designadamente no que concerne à evolução da categorização civil e penal do indigenato enquanto parte integrante do emergir de um crescente poder infra-estrutural do estado⁴⁰. Importa ainda ter em conta que a categorização do indigenato não termina na codificação da lei: na pesquisa arquivística encontra-se frequentemente menção a sub-categorias que não têm expressão jurídica⁴¹, tal resultaria, fundamentalmente, da necessidade constante de incutir mecanismos de subjetivação do *eu* capazes não só de reforçar a diferenciação entre *colonos/colonizados* como incutir barreiras simbólicas aptas para precaver o emergir de um sentimento de pertença comum.

Edificação da conceção legal de Indígena

Precede à compreensão dos diplomas legislativos o debruçar sobre a teorização e subsequente debate que envolve a análise dos modos de legibilidade da lei colonial. Na sua obra *The Concept of Law* de 1961, H.L.A. Hart introduz uma nova perspetiva à análise da jurisprudência em geral e à vertente positivista em particular. Escrito formalmente como resposta às ideias de John Austin, em específico à sua definição de lei enquanto *comando de soberania*, o autor defende que a possibilidade de diversas combinações da

⁴⁰Instituído por Michael Mann, tal conceito remete-nos para a capacidade do Estado de penetrar a Sociedade Civil e implementar logisticamente decisões políticas através do território. Para o autor o princípio da Soberania é exclusivo do poder Estatal e o poder infra-estrutural constitui na sua obra um indicador capaz de medir o grau de penetração do Estado na sociedade civil. Muito embora iremos, posteriormente, discordar de parte desta Teoria do Estado desenvolvida por Mann, o aproveitamento deste indicador administrativo para o nosso caso de estudo permite-nos compreender como, no caso do colonialismo angolano, o fraco poder infra-estrutural do estado colonial o remeteu à adopção de práticas capazes de suprimir a sua ineficácia - como é o caso da instrumentalização das Autoridades Gentílicas, das práticas legislativas assentes na materialização da diferença cívica e na cedência de soberania às empresas concessionárias.

⁴¹Miguel Bandeira Jerónimo, Nuno Domingos, Nuno Dias; *op cit.* (Lisboa: Edições Tinta da China, 2010) 157

lei constituía a estrutura dos modernos sistemas legais. Argumenta portanto a impossibilidade da compreensão da *lei* na ausência de um entendimento dos seus aspetos sociais e, que a noção de *lei em si mesma*, não pode permanecer sem o estabelecimento de instituições que a edifiquem. Tal remete-nos para uma interpretação dualista da conceção da mesma: compreendida tanto enquanto domínio autónomo, na senda de um negócio de legisladores e tribunais, como enquanto reflexo sociológico dos hábitos e dos costumes daqueles que se encontram sobre a sua alçada⁴². O debate que preconiza a obra de Hart assenta nos modos de compreensão da essência da natureza da lei: opondo uma interpretação que a tende a caracterizar unilateralmente enquanto *ciência legislativa* ou, numa abordagem sociológico-comportamental, enquanto *aquilo que dá forma à orgânica social*. Tal debate, por ser anterior à pesquisa arquivística que hoje preceitua a maioria dos estudos coloniais, permite compreender o modo como a esta teoria tentava então afastar a conceção de *lei* do modelo personalista de soberania que se encontra inserido na história material da expansão colonial. A defesa de Hart assenta no carácter sociológico inerente à definição de lei, e a negação que esta possa ser reduzida unicamente a um *comando* e não compreendida, portanto, enquanto estrutura complexa que legitima a sua autoridade. Segundo o mesmo, o fator crucial da lei prende-se com a existência de uma atitude intelectual perante a noção de regra, ou seja, um aspeto interno que a diferencia de meros hábitos e que a dota de uma força normativa. Ora, o ponto a que o autor parece querer chegar prende-se com a necessidade de explicar o carácter incompleto da lei que encontramos nas sociedades primitivas: estas podem sustentar leis no sentido em que contêm regras primitivas de obrigatoriedade, mas tal não pode ser considerado um sistema legal maduro até existirem um conjunto de regras secundárias que não se encontram direccionadas para a população em geral mas para entidades oficiais que determinam, declaram e munem a lei de obrigatoriedade (na senda weberiana, que sejam dotadas do *uso legítimo da força*). O modo de obediência, que não assente no medo ou na conformidade social, é menos importante do que o desenvolvimento e estabelecimento das entidades legais; nas palavras do autor «the history of law does, however, strongly suggest that the lack of official agencies to determine authoritatively the fact of violation of the rules is a much more serious defect».⁴³

⁴² Nasser Hussain, *The Jurisprudence of emergency: colonialism and the rule of law*; (Michigan: University of Michigan, 1965) 36

⁴³ H.L.A Hart, *The Concept of Law* (EUA: Oxford University Press, 1961) 93/94

Nasser Hussain, debruçando-se sobre o debate aqui exposto, afirma que no final da argumentação de Hart é notório como a sua teoria se centra mais em dar primazia ao modo como a lei se reveste de mecanismos oficiais que garantem a sua efetivação. No seguimento de tal, o poder colonial mune as populações primitivas de um processo de profissionalização e codificação legal, garantindo que as formas de vivência se encontram materializadas e sistematizadas⁴⁴. De facto, o garante pelo respeito dos *usos e costumes das populações indígenas* aparece repetidamente nos prefácios que antecipam os decretos legislativos que passam a regular a vida das gentes colonizadas. O que Hart teoriza parece quase o “guia” seguido pelos agentes coloniais tanto no que concerne às práticas discursivas como, e principalmente, aos argumentos incorporados nos textos legislativos: face a um estado não civilizado e pouco organizado o poder colonial edifica um sistema burocratizado e sistemático. Seria portanto para benefício das próprias populações que o estado colonial as governava no sentido da edificação da materialidade da lei que facilitava a melhoria das forças produtivas: sistemas de irrigação, linhas de comboio, censos, levantamentos de propriedades, forças policiais, etc., administradas por uma agenda burocrática.

Imbuído na tradição foucaultiana de análise do poder, David Scott resguarda o impedimento à análise da conceção moderna de poder apenas fazendo referência aquele que o detém - o legislador ao invés do Rei. O autor defende pois a mutação do foco de legitimidade do poder: deixa de estar na dependência de um soberano e passa a estar incorporado na finalidade que lhe é inerente e que assenta na melhoria das condições sociais e nas alterações necessárias para tal. À semelhança do que Foucault argumentava para o caso Europeu, D. Scott explica:

(...) one has then to read the inscription of the modern into colonial space not as the emergence of an “empty space” or of an “indeterminate power” but as a governmental *reorganization* of the existing institutional and political space such that by a certain number of transforming arrangements and calculations the conduct of the colonized is constrained or urged in an improving direction⁴⁵.

O contributo teórico aqui exposto permite-nos compreender o modo como a história material do colonialismo português, e não só, se encontrava imbuído discursiva e juridicamente em técnicas de subjectivização do sujeito colonial sob a aparência de uma

⁴⁴ Nasser Hussain, *op cit.* 38/39

⁴⁵ David Scott, *Refashioning Futures: criticism after postcoloniality* (New Jersey: Princeton University Press, 1999) 152/153

missão humanitária e civilizadora⁴⁶. Retomando o argumento acima exposto de Hussain, quanto à urgência justificativa dos poderes coloniais de dotarem *necessariamente* as populações indígenas de uma codificação legal material dos seus hábitos sociais e, aglomerando aqui o princípio da melhoria social como fator de legitimação do agente colonial, a leitura do preâmbulo do Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas (decreto 12533 de 23 de Outubro de 1926 e posteriormente revisto pelo decreto 16473 de Fevereiro de 1929) corrobora tal interpretação. Diz-nos o documento que subjaz à ação colonial a defesa do ideal progressista de evolução do indigenato confluindo tal na finalidade de uma total equiparação do indígena ao europeu. O decreto de 1929, ainda firmado no período da Ditadura Militar mas mantido com a implementação do Estado Novo, remete o leitor para a comprovação histórica que tal princípio proclama no caso português ao fazer referência ao modo como, desde a Monarquia Absoluta, a colonização portuguesa havia progressivamente enquadrado os indígenas no regime constitucional da metrópole. O decreto de 1926 apresentava como ideais dominantes ao texto que se seguia assegurar os

direitos fundamentais e incondicionais dos indígenas (...) mas também o cumprimento progressivo dos seus deveres sociais e legais de trabalho, de educação e de aperfeiçoamento e a necessidade de respeito dos usos e costumes do indigenato desde que não colidam com os direitos individuais e de existência da soberania portuguesa⁴⁷.

As alterações de 1929 mantêm os princípios do Estatuto de 1926 mas reforçam o atraso civilizacional do indígena ao fazerem menção à necessidade de cumprimentos não do corpo de deveres sociais no trabalho mas introduzindo uma alteração terminológica colocando a tónica na *moralidade* do cumprimento legal do trabalho. Em ambos os documentos se conserva a referência à inferioridade social do indígena:

⁴⁶ Numa perspetiva menos economicista da noção de missão civilizacional colonial, Maria Paula Meneses diz-nos: «o conceito de “civilizar” combinava vários pressupostos que justificavam a superioridade da cultura portuguesa e a possibilidade de as culturas “outras” poderem melhorar as suas qualidades fruto desse encontro; implicava que os súbditos coloniais de Portugal eram inferiores, incapazes de se autogovernar. Assentava igualmente no pressuposto de que Portugal possuía uma pré-disposição especial, pela sua superioridade moral e material, derivada do temperamento das suas gentes e pela virtude dos encontros e experiências coloniais anteriores, assim do estágio de desenvolvimento atingido, para realizar esta tarefa». In *O “indígena” africano e o colono “europeu”: a construção da diferença por processos legais*; Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra; 68-69.

⁴⁷ Diário do Governo de 23 de Outubro de 1926, nº237, Decreto-Lei nº12533, Pp.1668

mantemos para eles uma ordem jurídica própria do estado e das faculdades, da sua mentalidade de primitivos, dos seus sentimentos, da sua vida (...) sem prescindirmos de os irmos chamando por todas as formas convenientes à elevação do seu nível de existência.⁴⁸

A ambiguidade própria das regulamentações jurídicas dos indígenas é ainda reforçada aquando da menção da necessidade de não haver apenas um texto que codifique os usos e costumes dos indígenas uma vez que se deveria «atender às diferenças regionais, raciais, tribais e ao grau de convívio com europeus»⁴⁹. Em suma, tais codificações deveriam ser formuladas consoante a circunscrição administrativa, até que tal fosse corporalizado ficariam estabelecidos com base nas declarações do Chefe Indígena de cada região e de dois indivíduos conceituados do seu meio, trivialmente designados por «homens bons». A ação colonial assentou portanto na necessidade de mapear e preservar a diferença cultural dentro da própria categoria de indígena de forma a não só melhor administrar o povo autóctone com a dificultar o emergir de um sentimento de pertença. A manutenção e sucessiva codificação dos distintos *usos e costumes* da população indígena constituiu um dos instrumentos coloniais para o emergir de um domínio tutelar por parte do estado colonial⁵⁰. Desta feita, não só se fortalece a implementação de mecanismos de diferenciação entre o *colono europeu* e o *agente a civilizar* como se estrutura a compartimentação da diferença no interior do objeto a conhecer – o indígena.

O vácuo de arbitrariedade iminente à construção da legalidade colonial permite-nos compreender a vulnerabilidade do sujeito colonizado. Ora, a problemática da construção da lei não se prende apenas com a discriminação patente no/s estatuto/s do indigenato mas essencialmente com a manifesta possibilidade da sua constante mutação. Na senda dos estudos agambenianos, muitos são os seus seguidores que criticam o autor da obra *Estado de Excepção* precisamente por este erguer a genologia da conceção de exceção ocidental na ausência de uma referência à experiência colonial e imperial⁵¹. O

⁴⁸ Diário do Governo de Fevereiro de 1929, nº30, Decreto-Lei nº16473, 387

⁴⁹ *Idem, Ibidem.* 386

⁵⁰ Cristina Sá Valentim, «A Exclusividade e a excepção: Uma análise da relação entre seres e saberes na Lunda Colonial» *Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra*, 2012, 35

⁵¹ Nas palavras dos autores: «Agamben's book ignores a critical thread rooted in the history of exception: colonialism and imperialism. Whereas it is crucial to show that state of exception has a long European history and is in fact embedded within its modern theory of the state, it was imperialism that provided the main arena in which the state of exception was practised most vigorously, systematically and violently. Recognition of this point is crucial to remind us that the Exception not only has become a dominant theoretical paradigm following the bombing attacks on the Twin Towers in New York, or the bombings in London, but was in fact a key condition of colonial rule, making possible the passage of imperial history in the European colonies. » in Marcelo Svirsky e Simone Bignall, *Agamben and Colonialism*; (Edinburgh: Edinburgh University Press, 2012) 19.

emergir das bases legais nas colónias, sob o mote da edificação de uma estabilidade burocrática, permitiu a consolidação da banalização da prática da exceção. A burocracia colonial, protegida pela indefinição da lei e a legalização da aplicação de medidas extraordinárias, instruiu o nomos político moderno no qual modelos análogos e práticos de soberania regulamentavam os seus súbditos com base num conjunto de dispositivos excepcionais ao invés da existência de uma única conceção da lei Liberal⁵². O modo como tais mecanismos, pela indefinição e falta de precisão, empurraram sistematicamente o sujeito colonial para zonas de exceção encontra-se claro também na leitura do Estatuto Político, Civil e Criminal de 1926 e de 1929.

Em ambos os Estatutos se procede ao reconhecimento da ideia de indígena relatando que pertencem a esta categoria “todos os indivíduos de raça negra ou dela descendente que, pela sua ilustração e costumes, se não distinguem do comum daquela raça” (artigo 3º do decreto de 1926; artigo 2º do decreto de 1929). Comungam ainda na total exclusão do indígena do leque de direitos políticos “em relação a instituições de caracter europeu”, perfilhando no entanto que estes não estariam totalmente ostracizados uma vez que faria parte das funções do Estado Colonial o “direito à proteção, assistência, educação e instrução”. A integração do *dever* do Estado de melhoria do status civilizacional do indígena somente pode ser compreendido como leque de direitos políticos à luz dos princípios fundamentais presentes no preambulo da progressiva inclusão e da melhoria das condições sociais. No seguimento do artigo 7 do Estatuto de Político, Civil e Criminal de 1926, artigo 5 na versão de 1929, que alberga os direitos ditos políticos declara-se ainda que parte do imposto indígena deveria servir para a efetivação dos mesmos bem como para a melhoria da ordem material da vida do indigenato. Tal categorização necessita, de facto, de ser tratada não só com base na análise legislativa mas à luz da história que a reúne. A conservação da categoria de indígena assenta numa duplicidade de realidades: contemplada na lei como uma não fatalidade, dada a possibilidade de assimilação⁵³, mas presente na história material como *imagem estática e fabricada*. No plano prático, tal servia ainda o princípio da produtividade económica de inclusão do agente colonizado nas práticas de trabalho compelido. Muito

⁵² *Idem, Ibidem*. 20/25

⁵³ “Os candidatos à promoção civilizacional deveriam demonstrar um conhecimento da cultura do colonizador, falar, ler e em alguns casos escrever, e uma conversão às suas práticas, bem como a negação de hábitos ditos culturais que mais não eram do que o resultado da aprendizagem de normas e práticas que regulavam as sociedades” in Miguel Bandeira Jerónimo, Nuno Domingos e Nuno Dias; *op cit*, 157

embora na versão de 1929 desapareça o artigo 4, § único, que legitimava o trabalho compelido “quando absolutamente indispensável e em serviços de interesse publico de urgência inadiável”, a cooptação dos agentes colonizados para esquemas de mão-de-obra forçado encontra alguma evidência no capítulo que concerne o direito criminal. A recuperação da criminalidade indígena, ao invés de assentar no isolamento e afastamento do individuo, pautava-se pela aplicação de penas de trabalho que não alimentassem a *preguiça inata* do agente colonizado. Assim, às penas correcionais consagradas no Código Penal Português fazia-se aplicar ao colonizado *penas de trabalho correcional* e as penas maiores eram substituídas por *penas de trabalhos públicos*, que teriam de ser cumpridas, estas últimas, numa região diferente daquela onde o criminoso residisse ou até mesmo, dependendo da gravidade e perigosidade do sujeito, noutra colónia. O local de cumprimento de ambas as penas dependia na prática da necessidade das forças produtivas e extrativas da economia colonial. Ora, onde faltasse mão-de-obra o estado fazia chegar o “trabalhador livre em recuperação”.

No verão de 1954, pelo decreto-lei nº39666, novas modificações são introduzidas ao Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas. A urgência de tal remodelação advinha das alterações embutidas pela revisão da Lei Orgânica do Ultramar – Lei nº2066 de 27 de Julho de 1953 – embora o documento mencione que haveria “já anteriormente conveniência em modificar e adiar em parte, a fim de uniformizar procedimentos, extinguir regimes locais inadequados e alargar o âmbito das reformas”⁵⁴.

O primeiro contraste que ressurte à análise desta terceira revisão do Estatuto do Indígena prende-se com o notável rompimento com a orgânica anterior. Ou seja, se nas primeiras duas versões dos Estatutos encontrávamos uma quase total coincidência organizacional, bem como a permanência de vários fragmentos já anteriormente decretados, o Estatuto de 54 é composto por um texto maioritariamente escrito de raiz e sem qualquer partilha de títulos e subsecções. Adianta-se ainda que é notável a urgência que o produz no que concerne à inclusão no corpo da lei de mecanismos que comprovassem a quase totalmente falseada possibilidade de ascensão civilizacional. Ainda no preâmbulo pode-se ler:

⁵⁴Diário do Governo de 20 de Maio de 1954, nº110, Decreto-Lei nº39666, 560

Acresce ainda que certas matérias importantes, entre as quais a aquisição da cidadania por antigos indígenas, eram reguladas apenas em textos locais, falhos de homogeneidade. (...) Deseja-se acentuar ter havido agora a preocupação de, sem enfraquecer a proteção legal dispensada ao indígena, considerar situações especiais em que ele pode encontrar-se no caminho da civilização, para o que o estado tem o dever de o impelir⁵⁵.

Pela primeira vez encontramos um capítulo que se destinava apenas à “extinção da condição de indígena e da aquisição da cidadania” (Capítulo III). O artigo 56º expõe para o efeito:

Podem perder a condição de indígena e adquirir cidadania o individuo que prove satisfazer cumulativamente os requisitos seguintes:

- a) Ter mais de 18 anos;
- b) Falar correctamente a língua portuguesa;
- c) Exercer profissão, arte ou ofício de que afira rendimento necessário para o sustento próprio e das pessoas de família a seu cargo, ou possuir bens suficientes para esse fim;
- d) Ter um bom comportamento e ter adquirido a ilustração e os hábitos pressupostos para a integral aplicação do direito público e privados dos cidadãos portugueses;
- e) Não ter sido notado como refractário ao serviço militar nem dado como desertor.⁵⁶

Na sequência da explanação das exigências que se deveriam ver satisfeitas para a aquisição da cidadania, enumeram-se os documentos necessários para a verificação da efetiva capacidade do individuo para subir na *escala civilizacional*. Assim, a fim de se comprovar a alínea *b*, *c* e *d*, o ainda indígena deveria apresentar certificados passados pelos administradores dos concelhos ou circunscrições onde residia ou teria residido nos anteriores três anos. Seria ainda necessário testificar o seu *bom comportamento* sendo que tal apenas poderia ser confirmado pela apresentação do Registo Criminal onde não poderia constar nenhuma condenação a pena maior e não mais do que duas condenações a penas de prisão correcional⁵⁷. Na situação de ver recusado por parte dos administradores a passagem dos documentos necessários, o indígena poderia requerer ao Governador do Distrito que revisse o processo a quem deveriam chegar ainda os requerimentos formulados pelos administradores onde explicavam o porquê da recusa⁵⁸. A burocracia

⁵⁵ *Idem, Ibidem*

⁵⁶ «Exigia-se que hábitos historicamente inscritos nos corpos e sustentados em visões do mundo particulares, remetidas pelo colonizador ao drama do atraso civilizacional, fossem substituídos de modo imediato por toda uma outra forma de conceber o mundo e de agir sobre ele. A definição desta transmutação cultural, porta de entrada para esse outro mundo de direitos e deveres, exigia do indígena mais do que poderia pedir à maioria do povo metropolitano, maioritariamente analfabeto, mas com a vantagem, em algumas circunstâncias muito relativa, de pertencer ao mundo civilizado» in Miguel Bandeira Jerónimo, Nuno Domingos e Nuno Dias «Indígenas, imigrantes e outros povos» in José Neves (Coord.), *Como se faz um Povo* (Lisboa: Edições Tinta da China, 2010)

⁵⁷ Diário do Governo de 20 de Maio de 1954, nº110, Decreto-Lei nº39666, Artigo nº56, § 1º

⁵⁸ *Idem, Ibidem*, Artigo nº56, § 2º

colonial é aqui notável e permite-nos uma vez mais demonstrar o modo como inerente à orgânica legislativa e à ideologia administrativa do estado colonial permanecia a intenção de manutenção de uma cidadania dual capaz de forjar o mercado laboral.

O artigo 60º contempla a exceção à necessidade de proceder às formalidades acima mencionadas. Diz-nos que o Bilhete de Identidade (documento que comprova o pleno acesso à cidadania) poderia ser passado de imediato a quem apresentasse um documento comprovativo de alguma das seguintes circunstâncias:

- a) Exercer ou ter exercido cargo público, por nomeação ou contrato;
- b) Fazer ou ter feito parte de corpos administrativos;
- c) Possuir o 1º ciclo dos liceus ou habilitações literárias equivalentes;
- d) Ser comerciante matriculado, sócio de sociedade comercial, exceptuadas as anónimas e em comandita por acções ou proprietários de estabelecimento industrial que funcione legalmente.⁵⁹

No que concerne à alínea *a*) não seriam considerados para o efeito indivíduos que tivessem sido demitidos ou alvo de sanções disciplinares. O artigo 64º comprova a vulnerabilidade do nativo mesmo quando considerado cidadão: a qualquer momento, mediante nota justificativa produzida pela autoridade administrativa com intervenção do Ministério Público, o juiz de direito da respetiva comarca poderia revogar a decisão, sendo apreendido o bilhete de identidade sem o qual o individuo voltaria à sua posição anterior: retrocedia ao estado de indígena.

Ora, a estranheza da menção à categoria de *assimilado* aparecer apenas na terceira revisão do Estatuto Político, Civil e Criminal parece-nos a particularidade mais notável deste documento e que comprova a *imagem estática* que, na verdade, a fundava. O fracasso do regime de assimilado, aquando a revogação do Estatuto do Indigenato em 1961, foi justificado como sendo a forma de poupar a população autóctone dos elevados encargos da cidadania, nomeadamente em matéria fiscal e militar⁶⁰. Em 1956 Adriano Moreira, futuro Ministro do Ultramar e defensor da revogação de tal categoria, afirmava que o número oficial de assimilados estava longe de corresponder ao número daqueles que poderiam integrar este grupo civil. Tal afirmação não constitui novidade aparente no

⁵⁹Diário do Governo de 20 de Maio de 1954, nº110, Decreto-Lei nº39666, Artigo nº 60

⁶⁰ Paulo Pinto de Albuquerque, *op cit.* 955

âmbito da nossa argumentação, no entanto, o que ela tem que realmente nos importa prende-se com a consciência por parte da cúpula intelectual do estado colonial, incluindo futuros funcionários em cargos de excelência como é o caso de Adriano Moreira, da invalidez efetiva da categoria de assimilado. Tal consciência comprova ainda como a manutenção desta forma de ler e inscrever o indígena no universo colonial tinha por finalidade a sua exploração e inserção em redes de trabalho análogo ao trabalho forçado, tendo apenas na retórica o ímpeto da evolução e desenvolvimento. Remetendo a nossa argumentação para o início deste capítulo, a anulação do Estatuto do Indigenato apenas é clarificada pela incorporação na análise dos acontecimentos na arena internacional, nomeadamente no seio da ONU. Apenas desvirtuando o contexto histórico que produz tal alteração poderíamos afirmar que a sua anulação constituiu o resultado de uma consciencialização por parte do estado colonial quanto ao “lamentável” fracasso político de tal mecanismo.

A exclusão do acesso a direitos políticos dos indígenas é uma vez mais consagrada (art.23º) muito embora, na subsecção *Da Organização Política*, haja uma tentativa por parte do legislador de levar o leitor a pensar que no que concerne às instituições locais haveria alguma participação indígena. Os artigos consagrados neste ponto do Decreto são muitas vezes contrários, corrigindo-se sucessivamente. Podemos ler, por exemplo, que “em cada regedoria exerce autoridade sobre as populações gentílicas um regedor indígena” (art.10º) este seria “eleito ou de sucessão direta ou colateral, conforme os usos e costumes dos indígenas” (art.11º) no entanto a efetivação do cargo teria de ser aprovada pelas entidades administrativas locais (art.12º) e, em nenhuma situação as populações poderiam “depor os chefes gentílicos investidos em exercício de funções por autoridade administrativa, nem reintegrar quem delas legitimamente tenha sido destituído”. A integração destes chefes locais, usualmente designados na literatura académica por autoridades tradicionais, ao serem projetados no corpo da lei na iminência da nomeação pela esfera administrativa e, simultaneamente, na ausência da participação nela do povo que a legitima, demonstra o modo como estas se encontravam cooptados pelo estado colonial caracterizando-se, fundamentalmente, como funcionários estatais ao invés de instâncias anteriores ao próprio estado. Mais uma vez, encontramos não mais do que uma ferramenta implementada pelo estado com a finalidade última de agir sobre a mobilidade indígena.

Contrariamente às versões anteriores deste mesmo estatuto, tanto a secção *Dos crimes e das penas* como *Do trabalho do indígena* na versão de 54 surgem com uma aparente falta de importância: não só por apenas serem compostos por dois e três artigos, respetivamente, como pela falta de pormenor e relevância com que são erigidos. No que concerne às penas a aplicar o ponto que ressalva prende-se com a centralidade do *particularismo* que já estava presente, embora de forma mais comedida, nas anteriores versões: “o juiz apreciará sempre as condutas e cominará as penas, considerando a influencia que sobre o delinquente e os atos deste exerceram as circunstâncias da vida social do indígena” (art.25º, § único). De igual modo no que concerne à substituição das penas por trabalhos obrigatórios (consagrados nesta versão pelo artigo 26º) desaparece o longo texto justificativo da índole moral que o tornava necessário, remetendo apenas para a permanência em vigor do art.13º da versão de 1929 (referente ao modo de cumprimentos das penas, localização e tipo de trabalhos). Relativamente ao trabalho dos indígenas o decreto cinge-se a salientar a sua importância para a edificação do indígena e a proibir todo a prática de trabalhos (os forçados) que não estivesse especificado na lei (art. 32º).

Políticas do Corpo no Corpo da Lei

A decomposição dos Estatutos que legislam e balizam o entendimento colonial do modo de estar indígena constituem uma ferramenta analítica imprescindível para o alcançar das finalidades a que nos propusemos. Se, pela análise da evolução do Estatuto do Indigenato, podemos observar o modo como a arquitetura legislativa reforçava o atraso civilizacional e ressaltava a necessidade do trabalho do indígena, a análise que se segue demonstra o modo como todas as instâncias de subjectivização do indigenato estavam programadas com vista ao alcance da mesma necessidade. Tal relação de causalidade conjunta permite-nos aferir que os processos administrativos se conjugam numa relação de interdependência e que por essa mesma interdependência são construídos⁶¹: a percepção

⁶¹ Miguel Bandeira Jerónimo, Nuno Domingos e Nuno Dias; *op cit.* 155

das colónias como *espaços a moralizar* foi decisivo para a edificação das mesmas como zonas de exceção legal assentes em formas análogas ao trabalho forçado.

O Estatuto dos Julgados de 15 de Setembro de 1954 estabelece o modo como se deveriam proceder os ditames do processo de investigação da culpa indígena em crimes de questões gentílicas. O §1 do artigo 10º diz-nos que no decorrer do processo de instrução, seria sempre requisitado o registo criminal dos julgados, onde o juiz mandaria incluir as impressões digitais dos condenados, a sua identificação civil e o extrato da decisão. Após o reunir desta informação o mesmo deveria ser enviado para os Serviços de Registo Criminal. Ora, no mesmo decreto, deparamo-nos com a enumeração dos procedimentos de obtenção de informação do corpo em si mesmo bem como do modo como este deveria ser otimizado no decorrer da investigação. Durante o período que antecedia a proclamação da sentença, na senda motivacional da ideologia colonial de não incentivo à preguiça inata da natureza do indígena, o arguido aguardava julgamento em regime de trabalho correcional, no caso de estarmos perante um crime a que corresponderia pena de trabalho (artigo 10º, §7). O mesmo ponto reitera ainda que aos julgamentos que pudessem vir a corresponder pena maior, o réu aguardaria em regime de trabalho público. Mais, caso se verificasse a não comparência do mesmo em qualquer ato judicial, ou não acatasse qualquer decisão do juiz no decorrer do processo, seriam detidos e, se estivéssemos perante um reincidente ou suspeito de alto nível de perigosidade, não seria necessário o anúncio da decisão do tribunal para a sua detenção. Subjaz ainda à leitura do Estatuto dos Julgados não só a centralidade do corpo no processo de obtenção da culpabilidade do indivíduo mas também a centralidade do critério da personalização das penas, isto é, da hierarquização das mesmas e consecutiva abertura ao particularismo. Tal subjetividade já se encontrava consagrada no Estatuto Político, Civil e Criminal de 1929 e de 1954 justificada com base na necessidade de se respeitar os usos e costumes indígenas. Em ambos os decretos pode-se ler que o juiz possui a faculdade de atender a fatores agravantes ou atenuantes à pena tendo em conta o circunstancialismo da mesma. O ponto que cruza a leitura destes Estatutos com a realidade extralegal que dominou a vida colonial remete-nos para a permissividade da lei na dominação e exploração do indigenato. Ora, o modo como a vida do indígena se encontrava à mercê do poder colonial é institucionalizado pelo corpo da lei que o regula, sendo esta a sua primeira evidência. Em suma estamos perante não mais do que um mecanismo legal que satisfazia a urgência

estatal de engendrar um mercado de trabalho na economia colonial sem que para tal violasse os preceitos humanistas que levaram à abolição da escravatura no século XIX.

Mais do que a problematizar os mecanismos que proporcionaram o emergir de uma política colonial dubiamente inclusiva e exclusiva, ou seja, capaz de operar sobre todas as formas a *força da lei* imbuindo-a numa ideologia deturpada, encontramos aqui a racionalidade que precede a construção da lei mas que é a fonte do projeto colonial da soberania política. Ao invés da indagação recair sobre a forma como o poder colonial se arquitetou para produzir o efeito da lei, importa compreender os objetivos que antecederam a própria elaboração da lei⁶². Ao colocar a tónica na construção simbólica da cultura metropolitana Maria Paula Meneses afirma:

Os códigos legais constituem a representação a partir da qual a sociedade colonial portuguesa projecta uma imagem sobre si, mantendo uma relação dinâmica com a realidade que procura traduzir e disciplinar, mas que não é, senão, um espelho de como gostaria de ser vista e representada⁶³

Muito embora não possamos descartar o ímpeto nacionalista presente nos códigos legais bem como o desejo administrativo de projetar a superioridade da cultura portuguesa, parece-nos que a racionalidade que precede a composição das estruturas legais do estado colonial recai precisamente na previamente mencionada necessidade de integração e participação ativa no mercado laboral da economia colonial, isto é, na cristalização e legalização da exploração colonial.

Não nos é possível compreender a amplitude do recurso a *políticas do corpo*, o efetivo esforço burocrático levado a cabo pelas autoridades administrativas para proceder à obtenção de informações do *corpus civili* para fins laborais, sem nos debruçarmos na análise da Caderneta Indígena. Dispositivo disciplinar por excelência da política colonial, a caderneta indígena (que mais tarde se passa a designar Cartão de Identidade, numa tentativa de aproximação terminológica ao Bilhete de Identidade) é, possivelmente, o

⁶² David Scott, *Refashioning Futures: criticism after postcoloniality* (New Jersey: Princeton University Press, 1999) 25-26

⁶³ Maria Paula Meneses; «O “indígena” africano e o colono “europeu”: a construção da diferença por processos legais»; *Centro de Estudos Sociais*, Universidade de Coimbra; 80.

mais completo exemplo da relação entre adoção de medidas biopolíticas e necessidade de fabricar o mercado laboral da economia colonial.

A Caderneta Indígena é decretada pela Portaria nº6:224 de Fevereiro de 1948 e reformulada pelo Diploma Legislativo de Setembro de 1958. Muito embora nos interesse a forma material que a compõe a sua finalidade é melhor compreendida quando apresentado no DL de 1958. Neste ultimo, podemos ler:

Desde a publicação da Portaria nº6:224 de 21 de Fevereiro de 1948, que pôs em vigor o regulamento de identificação dos indígenas, vêm aumentando de tal modo as tarefas a cargo dos chefes dos postos administrativos que se verificou ser necessário simplificar a referida regulamentação, sem contudo se perder a eficiência e o total objectivo de tão importante serviço.

Assim, na grande maioria das áreas administrativas passa a ser facultativo o preenchimento da ficha onomástica, dos boletins dactiloscópicos, da folha de cadastro e outras operações secundárias, o que permite economizar cerca de metade do tempo que actualmente é necessário para a identificação.

Por outro lado a experiência de dez anos tinha mostrado a necessidade de prever aspectos que no actual regulamento eram omissos, tais como os que respeitam ao livrete de trabalho, à equivalência da caderneta ou do cartão de identidade ao bilhete de identidade, para os casos em que este é exigido, quando à prova de cidadania.⁶⁴

O que podemos analisar do excerto aqui transcrito permiti-nos concluir, nomeadamente na sua parte final, que a finalidade que subjaz à implementação deste dispositivo legal prende-se com a sua relação ao mercado laboral, ou seja, aquilo que motivou o agente colonial à sua instauração mais não é do que o registo administrativo do sujeito para assim forçá-lo a integrar o mercado de trabalho. Peça fundamental de uma maquinaria burocrática constituía o local de inscrição escrita dos nomes dos locais onde o indígena trabalhou, por quanto tempo e na dependência de que empregadores. A este registo aplicava-se um outro que tinha a finalidade também de encaminhar o indígena ao trabalho forçado: o pagamento da taxa anual. Quando fosse requerido pelas autoridades a Caderneta Indígena, aquele que não tivesse pago a tempo o imposto da soberania portuguesa (que deveria constar na caderneta) seria encaminhado para penas de trabalho. As aplicações das penas de trabalho correcional encontram-se escalonadas no artigo 26 da portaria nº6:224: o indígena que deixasse passar mais de 90 dias para renovação da caderneta seria punido até trinta dias de trabalho correcional, aquele que se recusasse

⁶⁴ Diploma Legislativo nº2:911, 10 de Setembro de 1958 – Regulamento da Identificação dos Indígenas de Angola.

apresentar a caderneta às autoridades administrativas seria punido com pena de trabalho de trinta a sessenta dias, o indígena que não solicitasse a atualização da caderneta por casamento, prestações das autoridades gentílicas ou elementos colhidos anualmente pelas autoridades administrativas seriam punidos com penas de sessenta a noventa dias, a pena de noventa a cento e vinte e cinco dias seria decretada ao indígena maior de 16 anos, do sexo masculino, que não se encontrasse munido de caderneta (obrigatoriedade estabelecida no artigo 1º), aqueles que usassem a caderneta de outrem ou interferissem perto das autoridades para não proceder aos averbamentos seriam punidos de cento e vinte e cinco dias a cento e cinquenta dias de trabalho. O mesmo artigo estabelece ainda que, em caso de reincidência, seria automaticamente aplicada a pena máxima prevista para cada uma das situações detalhadas. A necessidade de acelerar os processos judiciais levou a que ficasse consagrado que tal seria decretado, sumariamente em corpo de delito, pelas autoridades de circunscrição ou concelho sem necessidade de depoimentos⁶⁵.

A mais significativa alteração introduzida em 1958 advém da clara preocupação colonial pelo crescimento dos grandes centros urbanos: diz-nos o documento que os indígenas que residissem em cidades teriam de estar munidos do Cartão de Identidade e do Livrete de Trabalho. Mais, a inscrição da fotografia, que se manteve como uma opção facultativa, pois estava na dependência da existência de fotógrafo no posto administrativo, passa a ser obrigatório para os centros urbanos onde é imposto ainda a construção de um arquivo fotográfico (artigo 24, § 2)⁶⁶. Tal comprova não só a necessidade redobrada de incrementar dispositivos disciplinares nas cidades, mais propensas ao pensamento e à consciencialização dos modelos repressivos, como o facto

⁶⁵ O princípio aqui consagrado remete-nos para duas observações: a primeira prende-se com o facto de, se numa primeira leitura, nos parece viável afirmar que o não encaminhar do indígena para um processo judicial poderia ser analisado como um reforço da prática de trabalho compelido, a leitura do Estatuto dos Julgados já nos demonstrou que tal não é verdade: de uma forma ou de outra esta acabaria por ser a sua realidade. No entanto o que aqui podemos problematizar, sem no entanto ganhar forma de afirmação, prende-se com os possíveis usos que o corpo do indígena sofre ao se encontrar tão à mercê das autoridades gentílicas e administrativas locais. O facto de a palavra dita ter força de lei coloca uma vez mais o indígena ao sabor das necessidades e das relações privadas entre autoridades e empresas concessionárias, plantações agrícolas, etc.

⁶⁶ Nesta nova versão do documento de identificação o artigo 40 enuncia o modo como se deveria proceder ao registo fotográfico: *a fotografia deverá ser nítida e apresentar o indígena de cabeça descoberta, em posição que não seja de perfil, devendo ter à altura do peito junto do pescoço uma inscrição, em caracteres de imprensa, do nome do posto administrativo e do número da caderneta*. In: Diploma Legislativo nº2:911, 10 de Setembro de 1958 – Regulamento da Identificação dos Indígenas de Angola.

de o contacto com os colonizadores constituir um passo importante na política de assimilação⁶⁷.

Ora, tal dispositivo, como se encontra na Biblioteca Nacional de Portugal, seria um documento pequeno, passível de transporte, mas extremamente denso. Numa primeira secção, ela apresentava o indivíduo: nome do indígena, outros nomes pelo qual o indígena também era conhecido, filiação, data de nascimento, idade provável, profissão, naturalidade, residência, tribo a que pertencia, a sua altura, sinais corporais distintos, fotografia, impressão digital, línguas e dialetos que falava, habilitações literárias, se as tivesse, regime de alistamento militar. Numa segunda secção, procedia-se ao registo do número de mulheres do indígena, às idades das mulheres, bem como à composição do agregado familiar no seu todo. Depois vinha, então, um espaço reservado à verificação do pagamento do imposto, a mobilidade no trabalho, a mobilidade de residência, uma descrição pormenorizada das propriedades que o indígena detinha – nomeadamente as alfaías agrícolas – deixando ainda uma secção para controlo da produção agrícola –

⁶⁷ A 26 de Julho de 1960 um novo decreto-lei é proclamado com vista à Reorganização do Registo Criminal no Ultramar. Tal advinha da necessidade de modernização dos serviços de registo que se encontravam inalterados há mais de um século e que apenas eram capazes de enunciar os antecedentes judiciais dos indivíduos. Serviam assim apenas o propósito da aplicação da pena justa (na medida em que continham o histórico criminal para os casos de reincidência) e para evitar que fossem exercidos direitos políticos ou civis que se encontravam suspensos ou dos quais o sujeito estava simplesmente privado. A sua função era a de um *mero repositório de condenações judiciais*, caracterizado muitas vezes como *inútil visto que a individualização dos delinquentes (era) feita, fundamentalmente, por um elemento de identificação – o nome – que, sobretudo nos meios de cultura não europeia, e independentemente de qualquer propósito fraudulento, não (seria) de forma alguma um elemento imutável*. A leitura deste decreto-lei encontra pontos de ligação a preocupações e princípios de simplificação que já se encontravam explanadas na segunda versão da Caderneta Indígena. Em primeiro lugar urge alterar a antiga organização deste serviço para que nele passe a constar informações que haviam ficado omissas na caderneta: o índice onomástico e o arquivo dactiloscópico. Para além disso, partilha com a caderneta o reforço do controlo sobre os grandes centros urbanos declarando a necessidade de criação em cada Capital de Província de um arquivo de Registo Criminal e em cada Província de instalações com vista à centralização dos serviços de Registo e Identificação criminal. A biopolitização do agente colonizado encontra uma vez mais abrigo na lei: o artigo nº13 declara que os boletins individuais devem conter o *nome, idade, filiação, profissão, naturalidade, residência, grupo étnico, habilitações literárias, aleijões ou deformidades permanentes e outros sinais particulares e as dez impressões digitais, roladas e de chapa, em tinta tipográfica ou litográfica*. Todo o natural da colónia que houvesse sido acusado ou condenado pelos tribunais de qualquer espécie, ou detidos à ordem de qualquer autoridade, deveriam ser introduzidos num prazo de 48 horas nos registos dos arquivos criminais. Da mesma feita, o artigo 21º estabelece que todos os indivíduos, não possuidores de Bilhete de Identidade – indígenas portanto – a quem as autoridades administrativas concedessem ou renovassem as cadernetas deveriam enviar para os arquivos provinciais no prazo de 48 horas também as respetivas impressões digitais. Esta seria a forma de garantir auxílio aos serviços de investigação da polícia que, mais prontamente, seriam capazes de identificar o suspeito e ter acesso ao seu registo. Para além disso, quando este decreto-lei se refere ao documentos de identificação indígena mantém a terminologia da *caderneta* o que nos parece comprovar o modo como tal mutação da categorização do documento indígena mais não foi do que uma tentativa de demonstrar o esforço empregue na política de assimilação.

perguntando-se pela data de distribuição das sementes, suas variedades e quilos e rendimentos assim obtidos.

Em ambas as suas versões, este documento constituiu um dispositivo administrativo que é aplicado ao corpo do indígena e que o objetiva num quadro de poder precisamente porque, ao permitir o controlo que o formula, funda o poder soberano. Ele possibilita ainda um controlo sobre o movimento do corpo no plano espacial e, simultaneamente, no interior do mercado de trabalho. Por este motivo ele é da ordem da agrimensura, não no sentido da limitação das fronteiras geográficas da soberania, mas uma agrimensura do corpo biológico da nação, leia-se:

Sempre que o Indígena mudar definitivamente a sua residência, deverá ser enviado à autoridade administrativa do conselho ou circunscrição da nova residência o processo individual, acompanhado de cópias ou fichas onomásticas e da folha individual (art.11º);
O Indígena que mudar de posto tem 15 dias para se apresentar às autoridades administrativas com a caderneta, para neste ser inserido o respectivo averbamento (art.19º);

Assistimos portanto à materialização da intromissão do estado colonial na esfera laboral, privada e na mobilidade do indígena. Apenas se encontravam dispensados da posse deste dispositivo aqueles que já estavam sob a alçada do controlo estatal e que participavam ativamente na manutenção do sistema da caderneta: cabos de cipaio, cipaio, cabos e guardas auxiliares da Polícia Civil, guardas indígenas da Guarda Fiscal e praças indígenas da Marinha e do Exército⁶⁸.

De facto, a finalidade última da caderneta não assentava no fixar de uma identidade num povo tão heterogéneo como o angolano, notável pela possibilidade da sua

⁶⁸Focamos aqui o papel das Autoridades Tradicionais/ Gentílicas que, instrumentalizadas pelo poder colonial, serviram como influentes mediadores entre colonizador e colonizado. A sua centralidade tanto no processo de registro dos indígenas (responsáveis pela autentificação da veracidade das suas declarações no ato da materialização da caderneta) como na delação dos indígenas que tentassem fugir à categorização é evidente. A necessidade de instrumentalização das autoridades tradicionais advém do fraco poder infra-estrutural do Estado, conceito cunhado por Michael Mann, incapaz de impor por si uma rede de controlo burocratizada. Nas palavras de Alexander Kesse: *Portuguese colonial state was chronically underfinanced, even in its late colonial phase; colonial officials had still less training than the representatives of other colonial systems; and the Portuguese style of organisation was more dependent on 'native' police forces than were those of the other colonial powers.* In Alexander Kesse, «Searching for the Reluctant Hands: Obsession, Ambivalence and the Practice of Organising Involuntary Labour in Colonial Cuanza-Sul and Malange Districts, Angola, 1926–1945» *The Journal of Imperial and Commonwealth History*, 41:2, 2013, 238-258

não-posse. Mais do que isso ela representava o controlo da escala civilizacional, o grau de proximidade no acesso à cidadania portuguesa e, principalmente, enquanto objeto que materializa a apresentação do corpo à lei, satisfazia a finalidade integrante do poder colonial: a obrigatoriedade do trabalho.

A análise aqui inscrita permite-nos apreender o desenvolvimento da justiça criminal colonial que faz do corpo o local/objeto de inscrição do poder soberano. Se no Estatuto dos Julgados encontramos o modo como a necessidade da presença física se alia invariavelmente à prática do trabalho, a Caderneta Indígena/ Cartão de Identidade Indígena afigura a moderna eficácia burocrática ao colocar o corpo no limiar da própria lei. Em ambos os casos a necessidade de controlo disciplinar funda-se na necessidade de incrementar a economia colonial. O modo como a noção de penalidade se formula no colonialismo português extravasa de facto, ainda no corpo da lei, a própria lei ou, pelo menos, parte daquilo que a integra.

Primeira sumula: denominar, segregar e legislar.

A leitura que aqui expomos, por partir dos mecanismos estatais de tutela do sujeito, assenta, claramente, numa explanação unilateral das lógicas de socialização. O recurso aos documentos legislativos e arquivísticos produzidos pela administração colonial constitui a base da produção do discurso do colonizador, ou seja, que cria, pela inscrição que lhe subjaz, a textualidade da conceção do *outro* alienado em mecanismos de representação que lhe são impostos e que o concebem autonomamente. A produção do discurso oficial, na medida em que assenta na construção textual das hierarquias de poder fabricadas por uma elite, podendo esta ser mais ou menos coesa, surge sempre *naturalizado* por ser essa mesma a finalidade que lhe subjaz⁶⁹. Simboliza tal, nas palavras de Cristina Sá Valentim, que estamos perante não mais do que os *processos de construção*

⁶⁹ James C. Scoot, *A dominação e a arte da resistência, discursos ocultos*. (Lisboa: Letra Livre, 2013) 133

do silenciamento e de ocultação do universo do Outro⁷⁰. A edificação da violência que recai sobre o corpo indígena no período colonial, uma violência que ultrapassa a barreira da fisicalidade, implica pois o recurso às bases materiais que a validam: quer isto dizer que não poderíamos compreender a implementação dos mecanismos de despolitização e segregação do sujeito sem antes nos debruçarmos sobre a tipologia da violência subjetiva. A implementação de *ritos de segregação* constitui a capacidade última e exclusiva do Pode Soberano de redefinir o sujeito de forma a concebê-lo politicamente, na medida em que é da própria natureza da *marginalidade* jurídica a capacidade de reforçar o estatuto criado⁷¹ - é a linguagem, que ao definir e compor em si o poder de diferenciação, despoleta e materializa a diferença entre sujeitos⁷². Assente no modo de criação dos princípios da dominação e disciplinarização, a violência subjetiva concerne o foco primeiro da edificação da diferença que se articula pelo recurso à denominação: capacidade de chamar a si, o legislador, o poder de construção do simbólico. Aquilo a que Lacan designava por *Significante Mestre* esbarra no plano da linguagem, mais precisamente, no modo como ao apreender, compor e textualizar os regimes de representação do *eu* se constitui inerentemente numa relação formuladora da segregação dos elementos⁷³. Em congruência com o exposto, esbatemos no plano de Muller: é indesejável que alguma vez se possa indagar sobre formas *boas* e *más* de violência na medida em que a apologia da linguagem enquanto materialização de um tipo de violência *boa* remete-nos para o perigo de monopolização da mesma, tornando-se desta feita fundamento legítimo e justificativo da implementação e da prática da violência objetiva⁷⁴.

⁷⁰Cristina Sá Valentim, «A Exclusividade e a exceção: Uma análise da relação entre seres e saberes na Lunda Colonial» *Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra*, 201, 25

⁷¹Mary Douglas, *Purity and Danger. An analysis of the concept of pollution and taboo*. (London: Routledge Classics, 1984) 95/96.

⁷²Slavoj Žižek, *Violência*. (Lisboa: Relógio de Água, 2008) 58/60.

⁷³Num estudo que aponta os limites mais derradeiros da desumanização impressa na administração dos campos nazis, Didi-Huberman realça precisamente o modo como o dispositivo linguístico – elemento que instaura a condição de *vida nua* dos prisioneiros dos campos de concentração pela via da segregação plena do corpo cívico da nação – foi negado às vítimas do Holocausto. Materializada tal negação pela proibição da escrita e do livre contacto comunicacional o autor recria as bases que anularam o poder de uma identidade reflexiva que assevera e fortalece o afastamento contínuo e agravado da condição humana. Para o autor, a exclusão da esfera da palavra consagra o ponto em que a tentativa de estabelecer uma diferença entre o humano e o inumano se materializa. O que fundamenta a não proibição total da troca da palavra verbal prendia-se com a certeza do carácter efêmero do que era dito: ao não lhes ser atribuído como desígnio a sobrevivência, aquilo que é do campo da oralidade, ainda que com reverentes limitações, não foi concebido pelos nazis como necessidade de total proibição. In Geroges Didi-Huberman, *Imagens apesar de tudo* (Lisboa: Kkym, 2012)

⁷⁴Slavoj Žižek, *op cit.* 65

No âmbito do nosso estudo importa ter em consideração que é precedente à efetiva ocupação territorial das colónias a sua construção discursiva, ou seja, a construção de um agrupado de premissas assentes, principalmente, no modo como a metrópole se espelhava a si mesma (no seguimento de uma ideologia de superioridade cívica) que fundou e legitimou a apropriação colonial⁷⁵. O recurso à textualização, primordialmente notável nos vários preâmbulos dos testemunhos jurídicos aqui apresentados, do indígena enquanto elemento que se encontrava numa posição de inferioridade civilizacional, a descrição do seu estado de quase barbária e da sua não compreensão da moralidade do trabalho – que vinha a justificar a necessidade da sua obrigatoriedade – constituiu o modo como se legitimou a política colonial de assimilação. A implementação de «lógicas de classificação metonímicas» que constituem «tanto uma forma de exclusão como de reconhecimento simultâneo»⁷⁶ permitem a materialização da força da palavra: o modo como se articulou na prática a vivência indígena administrada pelo poder da maquinaria burocrática. Ora, a forma como o princípio racial se alia à ideologia da burocratização no plano do colonialismo possibilitou o elevar da maquinaria estatal: a *raça* enquanto princípio que protagoniza a estrutura política do *outro*, ou seja, o modo como este é concebido; a burocracia enquanto princípio modelar da política de domínio. O entrelaçamento destes dois princípios de dominação, imbuídos no esforço de edificação de *regimes de verdade* na senda foucaultiana, permitiu a adoção de métodos de pacificação que reproduziam, eles mesmos, as *verdades* que protagonizavam⁷⁷. Este contínuo reforço de banalização da instrumentalização fortaleceu as barreiras simbólicas edificadas pelo discurso colonial pelo tão longo período em que foi experienciado o que problematiza a efetivação do fim do Estatuto do Indigenato em 1961. O contributo de James Scott quanto ao modo operante da hegemonia do poder encontra na premissa da assimilação uma possível exemplificação histórica. Quando o autor se debruça sobre as condições em que um grupo de subordinados tende aceitar, e até mesmo legitimar, os mecanismos de subordinação apresenta dois casos em que tal se tende a corroborar: o primeiro, quando se verifica a existência de expectativas por parte dos agentes subordinados de vir alcançar posições de maior poder – nestes casos poderíamos encontrar uma legitimação dos padrões de subordinação e um incentivo a comportamentos de passividade face à possibilidade de ascensão posterior; ou em

⁷⁵ Cristina Sá Valentim, *op cit.* 26

⁷⁶ *Idem, Ibidem.* 27

⁷⁷ Hannah Arendt, *As Origens do Totalitarismo* (Lisboa: Dom Quixote, 2004) 243/244.

situações onde se verifica um controlo absoluto capaz de tornar o grupo subordinado totalmente atomizado pelo sistema – esta última situação apenas se verifica, segundo o autor, em enredos panópticos micro onde nada escapa à visão do agente dominante: campos de concentração e alguns estabelecimentos prisionais onde se experimenta uma total ausência de vida para além das relações de poder e que, pela vigilância atroz que instituída, bloqueia qualquer possibilidade de edificação de um *espaço de relativa liberdade discursiva* o que, por sua vez, inviabiliza o emergir do *discurso oculto*, ou seja, a textualização da resistência⁷⁸. A cooptação e subsequente processo de subordinação do indigenato constituiu o sustentáculo do projeto colonialista, ou seja, um modelo de poder assente na produção de discursos, conhecimentos e normas estruturadas em torno de uma política racial cuja finalidade consistia no empurrar do indígena para a segregação e exploração laboral. Em 1946, José Rendinha, conservador do Museu do Dundo da Companhia de Diamantes de Angola, afirmava:

A colonização só manterá o indispensável equilíbrio enquanto o número de indígenas tribalizados não exceder o número daqueles que a civilização assimila. De contrário (...) [aumentarão] constantemente, multidões de homens sem rei nem roque, que são o fermento das desordens, os dissimuladores irresponsáveis das doenças, (...). E é aí que se recrutam os jogadores de jogos de azar e os “calcinhas” afadistas, que, não raro, empregam a faca na resolução de questões.⁷⁹

Esta citação demonstra que, por um lado, o estatuto do indigenato era efetivamente um dispositivo de segregação, mas, por outro, fundava o princípio legal da mobilidade social e civilizacional. É por isso que, enquanto diploma legislativo, nos parece que o Estatuto prefigura uma ordem social mais próxima do primeiro tipo-ideal apontado por James Scott, muito embora o caso angolano, no âmbito da teoria do autor, venha a comprovar o modo como o estado colonial português constituía principalmente o sustentáculo da produção social de uma aparência hegemónica do que se caracterizava propriamente por um efetivo poder dominante capaz de cooptar as bases subordinadas.

⁷⁸James C. Scott, *op cit.* 82/83. Importa referir que tal tipologia de controlo, tão extensivo quanto possível, historicamente apenas haveria tido lugar, segundo o autor, nos campos de prisioneiros de guerra na Coreia do Norte e na China no decorrer da Guerra da Coreia. Aplicação de técnicas extremas por parte dos carcereiros para a obtenção da confissão proporcionaram essa mesma atomização sublime do sujeito: níveis de completa exaustão física, negação de qualquer ligação ao mundo exterior, total isolamento no decorrer dos interrogatórios, utilização das confissões de outros prisioneiros em propaganda radiofónica que era proferida no interior do campo, etc. A principal finalidade prendia-se claramente com a construção de uma estrutura que impedisse o emergir de laços de solidariedade entre a massa de prisioneiros.

⁷⁹ Cristina Sá Valentim, *op cit.* 41.

A reiteração de tal ponto não se desvanece no debate que explana a sociologia da linguagem, ou por outra, o que poderíamos designar por uma *sociologia dos dispositivos de denominação*. Na senda foucaultiana da trilogia *poder-lei-verdade* o autor tenta relacionar os mecanismos de poder a dois pontos de referência: *a)* às regras de direito que delimitam formalmente o poder e *b)* aos efeitos de Verdade que o poder produz e transmite e que por sua vez o reproduzem. Desta forma o funcionamento dos mecanismos de poder e das relações de poder que penetrem todo o corpo social só são capazes e eficazes ao produzirem, acumularem e fazerem circular e funcionar certos *discursos de verdade*:

There can be no possible exercise of power without a certain economy of discourses of truth which operates through and on the basis of this association. We are subjected to the production of truth through power and we cannot exercise power except through the production of truth.⁸⁰

Precisamente, o poder institucionaliza e profissionaliza a própria procura da verdade nunca cessando de a registar e categorizar. A análise dos efeitos da dominação e da subjugação, ou seja, dos efeitos da lei nas relações mútuas que entabulam os sujeitos, permitem-nos compreender o modo como estes são instigados pela arquitetura legal bem como o modo como se revelam nas extremidades do poder: ultrapassando assim a mera edificação da legalidade e corporalizando-se nas margens sociais, ou seja, nos locais onde *é menos legal em carácter*⁸¹ mas mais factual a sua materialização. O cerne da questão que preconiza o debate prende-se na compreensão do sujeito enquanto efeito do poder, ou seja, enquanto não só alvo sobre o qual este age (mero objeto) mas, por ser produto do mesmo, enquanto elemento de articulação e circulação do próprio poder na medida em que são, eles próprios, os seus veículos⁸². O mesmo efeito de acumulação no sujeito da verdade impressa pelas redes de poder acontece na categorização destes: o processo classificatório afeta os sujeitos que são alvos dessa classificação e esse mesmo efeito afeta por si só a classificação contribuindo desta feita para a finalidade que o instiga - a «normalização do poder de normalização na organização de um poder-saber sobre os indivíduos»⁸³. A denominação classificatória por parte do poder, neste caso estatal,

⁸⁰ Michel Foucault, «Two Lectures» in *Power/ Knowledge* (New York: Pantheon Books, 1980) 92

⁸¹ *Idem, Ibidem*, 97

⁸² *Idem, Ibidem*, 98

⁸³ Michel Foucault, *Vigiar e Punir. História da Violência nas Prisões* (Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1975) 281

constitui a forma pela qual se forma uma nova classe – o indígena: inferior, não civilizado e que se marginaliza pela sua *preguiça inata*. É esta categoria criada pelo estado colonial, que ao legitimar a sua ação, constitui a estrutura sobre a qual se edifica a conceção de colonialidade que tão bem encontra expressão nas teses do luso-tropicalismo de Gilberto Freire. Assente em atos de dupla subjugação do corpo, o trabalhador negro representava não só uma fonte de riqueza para o estado colonial como a sua captação legal garantia a durabilidade do próprio projeto: medidas discriminatórias assentes na categoria civil, julgamentos sumários em que o sujeito era empurrado em todas as suas instâncias para o enredo do trabalho forçado, obrigatoriedade de pagamento do imposto indígena e, por extensão, a obrigação do trabalho, entre outras, constituem as bases operacionais do colonialismo.

A aplicação dos *dispositivos legais* não opera simplesmente do impulso de *domar* o corpo social mas, principalmente, nasce da necessidade de separar, individualizar e categorizar para que, pela aplicação destes “processos de decomposição” do corpo social, o Estado se torne ele mesmo capaz de *fabricar indivíduos*⁸⁴. Precisamente, este exercício disciplinar pressupõe a presença de um *dispositivo* ao qual é inerente o princípio estrutural do *jogo de olhares*: “um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam”⁸⁵.

A extensão da aplicabilidade da categorização do dispositivo legal remete-nos para uma outra análise que esbarra no efetivo engenho do Estado de imprimir o seu poder por meio dos seus enredos infraestruturais. Justamente, tal será o tema abordado no nosso segundo capítulo. A análise do enredo concentrário angolano permite-nos encontrar um vácuo entre a capacidade do estado de penetração territorial e a aplicação logística das decisões tomadas ao nível da cúpula estatal⁸⁶. Quer isto dizer que, apoiando-nos claramente nos contributos de Michael Mann, tal perspetivar do poder estatal remete-nos para a apreensão das inconstâncias entre o texto da lei – as decisões tomadas ao nível do aparelho de estado – e a sua aplicação logística – que se encontra na dependência de um

⁸⁴ *Idem, Ibidem* 164

⁸⁵ *Idem, Ibidem*, 165

⁸⁶ Michael Mann, «The autonomous power of the State: Its origins, mechanisms and results». *Archives Européennes de sociologie*, Vol.25, 1984, 113-114

efetivo poder de penetração territorial. No interior das Teorias do Estado não só Foucault como Anthony Giddens incluem o emergir de instituições de vigilância como configurações que preconizam o processo de racionalização e modernização do estado. O assomar de instituições de vigilância acompanha e incrementa o processo classificatório não só por nascerem e preconizarem o emergir de uma categoria – o condenado – mas por avançarem entre estas novas categorias – do indígena ao não indígena, do condenado incorrigível ao condenado apto a tratamento, do civilizado ao não civilizado, do trabalhador ao preguiçoso. Mais, se no plano interno do colonialismo português a necessidade de recorrer a mecanismo de classificação impunha-se como instrumento único capaz de garantir a manutenção do Império, no plano metropolitano e internacional o recurso ao *multirracismo* – apanágio da unidade multicontinental do território português – aparecia como característica vital e primeira da histórica missão ultramarina portuguesa que clareava os princípios morais que orientavam a política ultramarina⁸⁷.

De facto, como a investigadora Ann Stoler concluiu, todos os regimes coloniais apresentaram de si mesmos uma narrativa de excecionalidade. Os Impérios mantiveram-se não só discursivamente, mas também na prática, como regimes de exceção, ou, na verdade, Estados de Exceção, para os quais é fulcral a consolidação de um sistema de trabalho forçado e punições a ele associadas⁸⁸. Caroline Elkins num estudo desmistificador dos benefícios da missão civilizadora britânica – sobretudo a ênfase do senso comum na tradicional soberania da lei, direitos de propriedade individual efetivamente garantidos e instituições populares que garantissem o controlo e *accountability* dos executivos das colónias – mostrou a perversa destruição de documentos do *Colonial Office* que davam conta da extensão e número de indígenas *mao-mao* colocados em campos de concentração no Quénia⁸⁹. A maioria dos processos individuais foram de facto queimados na retirada colonial conservando-se apenas os relatórios que, do ponto de vista moral, justificavam o emergir de tais infraestruturas: as reformas prisionais, a missão civilizacional, os programas de reeducação do autóctone, etc. Uma vez mais o contraste entre a informação obtida pela análise da documentação arquivística – onde o paradigma do emergir de campos de concentração surge pela

⁸⁷Cláudia Castelo, *O modo português de estar no mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa* (1933-1961) (Porto: Edições Afrontamento, 1998) 136.

⁸⁸Ann Stoler, «On Degrees of Imperial Sovereignty» *Public Culture* nº 18, 2006, 125-146, 139/40

⁸⁹Caroline Elkins, *Imperial Reckoning: the untold story of Britain's gulag in Kenya*. (New York: Henry Holt and Company, 2005) XIII

necessidade de reeducação dos cidadãos insurgentes – contrasta com o trabalho de campo realizado pela investigadora – onde, esbatendo uma vez mais no contributo de James Scott, se torna claro o modo como tal envergadura tinha a finalidade de disseminar a produção e alastramento do *discurso oculto*⁹⁰. Muito embora os documentos oficiais mencionem a prática de alguma brutalidade no interior dos campos reportam tais acontecimentos enquanto “ocorrências isoladas”, dignas de registo apenas dada a prática de uma *honestidade administrativa*. Ora, o trabalho de campo realizado aquando da investigação revelou que no interior dos campos onde se encontravam detidos prisioneiros classificados com a fita preta – que era atribuída quando o detido era considerado altamente comprometido com o movimento de libertação e, consequentemente, classificado como *altamente perigoso* – os processos de desumanização eram prementes e utilizados numa tentativa de desvinculação à normalidade: espancamentos diários perante a população prisional num aparente processo de indiferença. Quer isto dizer que o recurso à punição física não surgia apenas relacionado com a necessidade de sanção comportamental mas também num aparente desprendimento racional: aquando da contagem diária dos prisioneiros aquele a quem coincidissem a nona posição era espancado sem manifesto motivo⁹¹.

Tal aponta para uma verdadeira indefinição dos efeitos do tipo de regime político em vigor na metrópole sobre as condições reais do quotidiano colonial. É necessário portanto que as unidades de análise sejam flexíveis o suficiente para passar a incluir modos de governança, e de biopolítica, que não são passíveis de catalogação em função das disposições jurídico-constitucionais. Ou seja, estudar o sistema colonial português enfatizando o autoritarismo do Estado Novo obscurece os fatores de longa duração quase desde sempre presentes nas colónias que possibilitaram verdadeiras experiências totalitárias, muitas das vezes não controladas pelo próprio Estado Colonial. Em suma, se partirmos apenas da análise das disposições constitucionais do Estatuto do Indígena, do Acto Colonial ou da Carta Orgânica do Ultramar (diplomas que regulavam a administração do Império) poderíamos cair no erro de integrar o Colonialismo Português num tipo ideal de um regime altamente centralizado pelo estado metropolitano quer do

⁹⁰ Com base no seu estudo Caroline Elkins aponta que o número de prisioneiros em campos de concentração no Quênia no início dos anos 50 deverá ser duas a quatro vezes superior aos descritos nos relatórios oficiais, entre 160.000 e 320.000 prisioneiros.

⁹¹ Caroline Elkins, *op cit.* 157-159

ponto de vista económico quer administrativo. Quer isto dizer que há um conflito claro entre as operações ideológicas do regime e as necessidades impostas pelo fraco e incipiente poder infra-estrutural ultramarino.

É do contraste que emerge da leitura comparada entre o texto da lei e os relatórios produzidos pelos administradores prisionais e agentes da PIDE quanto ao modo como se geria a vida daqueles que se encontravam detidos em campos de trabalho/ de concentração em Angola que nasce a nossa sequente análise. Ora, esta permite-nos problematizar não apenas a efetiva capacidade do poder colonial como, e principalmente, podemos a partir dela questionar a própria efetivação da ideologia centralizadora que é intrínseca ao discurso colonial português e que incita a necessidade de unificação dos textos legislativos no início dos anos 50.

Capítulo II:

Dos Códigos Penais à (in)disciplina Prisional

A implementação generalizada da prática de aprisionamento, mecanismo que corrobora o exercício de subjugação e exploração laboral no decorrer do colonialismo, constituiu um dos instrumentos administrativos do Estado Colonial que foi sendo progressivamente prescrito por atos de regulamentação legislativa. A centralidade deste dispositivo, nomeadamente no início da década de 60, na sequência do dealbar das atividades subversivas em Angola, cercou-o da introdução de novas categorizações, da abertura de novas instalações, da prática generalizada de julgamentos sumários, que, ao aliarem-se ao Estatuto do Indigenato – perdurado para além da sua consagração legislativa – fundavam um eficiente e complementar mecanismo de obtenção de mão-de-obra barata⁹². A primeira evidência do particularismo do regime prisional ultramarino prende-se com o facto do aspeto correcional e reintegrador da prisão, que bem se ajustava às teses do lusotropicalismo do modo português de estar no mundo, estava ausente, num sentido foucaultiano, das práticas penalizadoras do trabalho forçado. Tal perceção dos modos de funcionamento do aparelho prisional, quer isto dizer, a forma como esta instituição de poder foi implementada no contexto colonial, não fugiu no entanto à retórica humanitária empregue pelos agentes coloniais: o banir das práticas corpóreas (pelo menos no texto da lei), caracterizadas enquanto bárbaras e não civilizadas, consistiu no modo como, institucionalmente, não só se legitimou o enredo prisional como se sustentou, uma vez mais, a superioridade da cultura europeia⁹³.

Adriano Moreira, na sua obra *O Problema Prisional do Ultramar* de 1954, aponta desde cedo que o Estado Colonial, ao fazer assentar as penas nas colónias em atividades laborais, cultivava a ideia de que o trabalho corresponderia a um castigo⁹⁴. A problemática que instaura tal necessidade de coerção advinha, em grande medida, da relação contratual entre o Estado e as Empresas Concessionárias que, face à inexistência de uma oferta

⁹²Dalila Cabrita Mateus, *A PIDE/DGS na Guerra Colonial 1961-1974*. (Lisboa: Terramar, 2004) 124.

⁹³Frank Dikötter and Ian Brown, *Cultures of Confinement: A History of the Prison in Africa, Asia, and Latin America*. (USA: Cornell University Press, 2007) 10

⁹⁴Adriano Moreira. *O Problema Prisional no Ultramar*. (Coimbra: Coimbra Editora, 1954) 256

voluntária de trabalhadores, impunha a necessidade de aplicação de medidas coercivas de modo a garantir o encaminhamento eficaz do indivíduo para o mercado laboral. A este cenário juntava-se não só a carência de instalações e de pessoal administrativo capaz de garantir a efetiva aplicação de medidas disciplinares e do garante da ordem, como o facto de, até 1953, ter predominado a regra de aproveitamento das províncias ultramarinas enquanto depositárias da criminalidade metropolitana⁹⁵. A complexidade da prática prisional é ainda agravada pela disposição civil que havia de ter em conta aquando da aplicação da pena, ou seja, pela necessidade de empregar tratamentos e instalações diferenciadas entre indígenas e não indígenas, categoria última à qual acresce o particularismo da condição de *descendentes de metropolitanos*⁹⁶. Precisamente, a hermética prisional enfrentava diversas frentes que culminavam no evidenciar da falta de estruturas e na complexidade inerente à aplicação de um sistema dual assente nos estatutos civis. Quando em 1953 é decretada a supressão da pena de degredo, e substituída pela pena de trabalho maior acrescida para os indígenas, Angola mantém-se entidade recetora de delinquentes que provinham de São Tomé, Cabo Verde e Guiné, conservando por esta via traços característicos da extradição que tornavam mais débil o sistema penitenciário dada a impossibilidade de segregar diferentes grupos civis do contacto uns com os outros⁹⁷. Persistia assim a dificuldade de análise da autonomia da criminalidade ultramarina minada, à partida, não só pela receção da criminalidade metropolitana como pela ausência de efetivos de securitização que não colaborassem com a prática de infrações⁹⁸.

Em 1954, aquando do debate quanto aos modos de aplicação no Ultramar do regime prisional instituído pelo decreto-lei nº26643 de Maio de 1936, Vasco Lopes Alves, Ministro do Ultramar de então, apontava, numa troca de correspondência, não só a necessidade de construção de novas instalações prisionais (uma vez que não era factível a remodelação dos estabelecimentos já existentes para a aplicação da Reforma) como

⁹⁵*Idem, Ibidem.* 256

⁹⁶*Idem, Ibidem* 273-275.

⁹⁷*Idem, Ibidem* 257

⁹⁸ Para tal é instituído um decreto de lei que previa que a guarda dos estabelecimentos prisionais ultramarinos deveriam ser, maioritariamente, europeia. Tal nunca chegou, pela documentação consultada, a constituir uma realidade.

reforçava a importância e a urgência de levar a cabo o projeto de melhoria das bases materiais do sistema de encarceramento dada a

Impossibilidade de afastar a hipótese de uma possível evolução do sistema prisional no ultramar português (...) daí a necessidade urgente de se construírem simultaneamente em todas as províncias ultramarinas numerosos e diversos estabelecimentos.⁹⁹

As medidas adotadas e as intenções proclamadas nos decretos legislativos, que tantas vezes não passaram de desígnios sem expressão de materialidade, tentavam aproximar o enredo carcerário ultramarino de uma conceção de aplicação panóptica do poder. Podemos encontrar nos projetos prisionais coloniais uma tentativa de os colocar no caminho de uma conceção moderna dos dispositivos de subjectivização dos prisioneiros de modo a serem concebidos enquanto *Instituições Totais*, na senda de Erving Goffman. As várias tipologias que, do ponto de vista arquitetónico, compõem o projeto do enredo prisional colonial partem, todas elas, da premissa base que classifica, segundo Goffman, a particularidade de uma instituição totalizante enquanto

Local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrativa.¹⁰⁰

A progressiva *liberalização* administrada no decorrer da pena sobre o corpo do indígena, quer isto dizer, a faculdade de, mediante prova de bom comportamento e cumprimento de um terço da sentença, serem aceites convivências matrimoniais, o emergir de aldeamentos no interior das colónias penais e, nos anos 50, a criação de colonatos, constituem não mais do que medidas que comprovam, por um lado, a relação inaugural entre sistema prisional e mecanismos de trabalho análogo ao forçado, como o ímpeto estatal de observância constante do sujeito administrado que se mantém assim sob o olhar atento do agente que o coloniza. Desta feita, um estudo do sistema prisional ultramarino não se cinge à análise das estruturas do aparatos repressivo do Estado, nem tão pouco termina com a catalogação de prisões políticas e do combate a comportamentos subversivos. Ao compor um *instrumento central e decisivo da sobrevivência do*

⁹⁹AHU-PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/1950/09216 – Normas para a construção de estabelecimentos prisionais

¹⁰⁰Erving Goffman, *Manicômios, prisões e conventos*. (São Paulo: Editora Presença, 1974) 11.

*regime*¹⁰¹, o enredo prisional constitui-se também ele na dependência das finalidades primárias sobre as quais se ergue toda a discursividade colonial de conceção do outro. Esbatemos, uma vez mais, nos estudos foucaultianos, ao compreender a mutação dos padrões de governamentalidade com base não somente na sua estrutura legal mas dirigindo o nosso foco para a racionalidade que precede a materialização do poder. Tais *ofensivas modernas*, na linguagem de Wagner, diferem na sua extensão e encontram-se espalhadas no tempo e no espaço, mas formam, em si, a ferramenta de dominação mais poderosa que encarna um modo normativo de controlo¹⁰². Uma outra via analítica, que embora aparentemente contrária encontra, no caso do colonialismo angolano, validade empírica, Carlos Aguirre defende que, no espectro não-ocidental, o estudo da modernização das prisões constitui um indicador analítico capaz de expor os limites estruturais e conjunturais ao emergir do Estado-Nação. Dado o constante vácuo criado pelos recursos financeiros, as fracas estratégias de recrutamento de pessoal, a falta de controlo sobre os guardas prisionais e a corrupção inerente ao próprio sistema ergue-se um vazio entre os despachos administrativos e legislativos e os relatórios secretos que dão conta da realidade da vida prisional. Contrariando uma perspetiva foucaultiana, das prisões enquanto indicador do processo de racionalização e modernização dos estados, o autor defende que o estudo do cenário colonial imprime em si o modo como tais mecanismos se tornaram ineficazes na subjugação dos que por ela foram aglutinados, ao mesmo tempo que espelha as fragilidades morfológicas do poder infra-estrutural do estado¹⁰³. Muito embora a obra de Foucault de 1975, *Vigiar e Punir*, tenha colocado o estudo das prisões no centro dos debates quanto à edificação da modernidade, as suas antinomias e legados, a análise desta instituição noutros casos de estudo não nos permite aferir uma relação de causalidade, como Foucault encontra, entre a instauração de um sistema panóptico e a edificação de uma modernidade lata¹⁰⁴.

Com base nas perspetivas teóricas apresentadas o que se desenha deste estudo consiste na observância da implementação por parte do Estado Colonial de mecanismos de vigilância, utilizando o dispositivo prisional tanto como objeto ao serviço da economia

¹⁰¹Vitor Barros, *Campos de Concentração em Cabo Verde: as ilhas como espaços de deportação e prisão no Estado Novo*. (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009) 32.

¹⁰²Matthew Keller. 2013. «When is the State's Gaze Focused? British Royal Commissions and the Bureaucratization of the Conflict»; *Journal of Historical Sociology*, 2.

¹⁰³Frank Dikötter and Ian Brown, *op cit.* 13

¹⁰⁴Carlos Aguirre e Ricardo D. Salvatore, *The Birth of the Penitentiary in Latin America: Essays on Criminology, Prison Reform and Social Control, 1830-1940*. (USA: University of Texas Press, 1996) 3.

como objeto de controlo efetivo sobre o corpo do condenado, não abandonando o facto de encontrarmos na análise das prisões angolanas exatamente o oposto ao que os quadros legais proclamam: falhas sucessivas na edificação de um estado colonial capaz de cooptar eficazmente a população colonizada. Dois eixos analíticos abrem-se com vista à apreensão do nosso caso de estudo: interessa compreender não só o modo como a cúpula estatal administra, no decorrer da década de 50 e 60, o agravamento da situação colonial como aquilo que foge à decisão de Lisboa e se constitui enquanto *praxis* do sistema prisional.

O apparatus legal: a prisão disciplinar

O período que sucede à Revisão Constitucional de 1951 marca, do ponto de vista das fases de implementação da administração colonial, o regresso a concepções assimiladoras que, de forma a munir o texto legislativo da inquestionável unidade da pátria portuguesa, passa a conceber as a partir de então províncias ultramarinas num único quadro de soberania nacional¹⁰⁵. Na sequência desta nova leitura da colonialidade, a Reforma do Sistema Prisional, pelo decreto-lei nº39997 de 29 de Dezembro de 1954, assinalaria a unificação do sistema penitenciário colonial com as bases operacionais da penalidade da metrópole. Como fica desde cedo elucidado no preâmbulo do decreto tal *unificação de princípios* implicava a apreensão de um conjunto de particularismos, que advinham da natureza colonial, imprescindíveis para uma adequada aplicação e leitura do mesmo. Ora, deveriam ser aproveitados os estabelecimentos já existentes (sendo certo que a maioria assentaria na prática diária de atividades agrícolas) de forma a proporcionar ao prisioneiro “o regime mais adequado à sua personalidade”¹⁰⁶, a clara separação entre indígenas e cidadãos permanece intacta bem como a supressão, para os primeiros, do regime celular – mantendo-se o preceito que tal seria “excessivamente cruel para o seu modo de ser e ineficaz como instrumento de reabilitação”¹⁰⁷ – conservando-se,

¹⁰⁵ António Barreto e Maria Filomena Mónica, *Dicionário da História de Portugal*, Volume 1. (Porto: Figueirinhas, 2002) 47-49.

¹⁰⁶ Diário do Governo de 29 de Dezembro de 1954, nº290, Decreto-Lei nº39997, 1637

¹⁰⁷ *Idem, Ibidem*

similarmente, o trabalho enquanto principal instrumento de reabilitação do delinquente. A ideologia expressa nos códigos legais do Estado Colonial, retoricamente apontada para o dever moral de assimilação, esbate, do ponto de vista argumentativo, com os estudos que preconizam a busca por uma ciência colonial. Adriano Moreira, baseando-se no estudo elaborado por Silva Cunha, *O Trabalho Indígena*, afirma:

Sejam quais forem, porém, as modificações que ela deva sofrer, pode dar-se como assente que a prisão, e mormente a prisão sem trabalho e sem escola, não beneficia o africano, nem pela contrição, nem pela afeição, nem inculcando-lhe noções de deveres, ou acostumando-o a disciplinas salutares, ou ensinando-o a distinguir melhor o bem do mal, o justo do injusto. Sujeita-o antes ao contágio das grandes perversidades, embota-lhe os estímulos, se alguns tem, solta-o dos laços morais que a própria natureza ata e não raro consolida com afecto, acaba de o embrutecer com a apatia, paralisa forças vivas que uma direcção inteligente podia utilizar para eles próprios e para a sociedade.¹⁰⁸

Compreendia-se assim que o privar do negro da sua liberdade física, bem como afastá-lo da sua sede residencial, constituíam mecanismos de intimidação suficientemente aptos para, aliados ao culto pelo trabalho, administrarem o indígena. Assim, o artigo 12º § único assevera que «a vida prisional será orientada no sentido de criar o hábito pelo trabalho em cooperação»¹⁰⁹ sendo que o regime de reclusão apenas prosseguiria enquanto mecanismos de castigo ou para estudo do indígena (no início do cumprimento da pena e nunca superior a um período de um mês). O crime cometido pelo indígena não podia ser repostado da mesma forma que o era na metrópole. Tal resultava da consciência que a lei que regia a tipologia da criminalidade constituía, para o indígena, uma imposição de valores. Ora, o crime por estes cometido deveria ser compreendido essencialmente como um ato de desobediência à soberania portuguesa, aos seus valores e pilares sociais. Assim, a finalidade da intimidação penal prendia-se com a reposição do respeito pela ordem colonial e, por via desta e dos instrumentos que garantiriam a sua efetivação, erguiam-se as bases materiais do projeto de assimilação.

À semelhança dos Estatuto dos Julgamos de 1954, o particularismo na execução da pena constitui parte integrante da subjectivização do prisioneiro que se encontra, na Reforma Prisional, uma vez mais explanada: o regime de execução das penas estava na «dependência da personalidade do delinquente e não na natureza da pena a aplicar»¹¹⁰. O

¹⁰⁸ Adriano Moreira. *op cit.* 313

¹⁰⁹Diário do Governo de 29 de Dezembro de 1954, nº290, Decreto-Lei nº39997, Pag.1637

¹¹⁰*Idem, Ibidem*

documento diz-nos ainda que no interior dos estabelecimentos prisionais seria necessário agrupar as várias categorias de delinquentes de forma a garantir a ausência de ações de mútua corrupção, sendo que tal categorização ficaria a cargo de cada um dos estabelecimentos prisionais, não se decretando para o efeito qualquer tipo de categorização dita abstrata. Somente a categoria de «indígenas indisciplinados» é especificada nos termos do artigo 10º, compreendendo-se que integram este grupo os «indígenas a quem caiba a qualificação de delinquentes de difícil correção, de vadios ou equiparados»¹¹¹. Tal asserção deveria ser feita no ato da condenação podendo, no entanto, ser requerida pelo Procurador da República após contacto da administração da instalação prisional (artigo 10º § único).

Desta feita duas categorias de estabelecimento são desde logo avançadas: as colónias penais especiais deveriam agrupar indígenas perigosos e as colónias penais - ditas normais - os restantes, desta «subjacente a esta reforma estava a lógica de sistematização das prisões, dos criminosos e das penas respetivas»¹¹². Ambos os tipos de estabelecimentos, que se encontravam necessariamente afastados de áreas densamente povoadas por indígenas, deveriam assentar no princípio da autossuficiência alimentar. No entanto, não se concebe que o trabalho e a exploração agrícola convencie apenas saciar as necessidades do indígena. A produção agrícola de cada instituição deveria ainda estar integrada nos Planos de Fomento, sem interferir com áreas que já se encontrassem agricolamente organizadas, drenando os excessos da produção para mercados próximos ou outros estabelecimentos públicos¹¹³. O trabalho prisional, que deveria erguer a moralidade indígena bem como aproxima-lo dos hábitos de trabalho europeus, integrava as bases de uma economia mais ampla, na qual a força de trabalho indígena era absorvida no interior de um objetivo lato de produtividade económica, com os seus comuns cruzamentos às empresas coloniais. Da leitura do novo decreto apenas alterações de forma são introduzidas. O que o legislador colonial atesta no novo decreto parece mais assentar na *tradução* do modo como se deve ler a penalidade nas colónias com base no texto da lei metropolitana do que a apreensão de um conjunto de modificações de base.

¹¹¹ *Idem, Ibidem*

¹¹² Vitor Barros, *op cit.* 47.

¹¹³ AHU-PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/1950/09216 – Normas para a construção de estabelecimentos prisionais

A apropriação por parte do Estado do prisioneiro que entregava o enredo carcerário principiava-se, no entanto, bem antes deste transitar entre *prisões-aldeamentos-colonatos* e da sua correlação com o mercado laboral. No Arquivo Histórico Ultramarino encontramos documentação sobre o modo como se deveria proceder a iniciação do indígena à realidade penitenciária. O processo de admissão passava pela apropriação de todos os dados indispensáveis à sua identificação: fotografia, elementos antropométricos e dactiloscópicos, informações quanto à sua conduta familiar, profissional e social. Caso o indivíduo viesse de outro estabelecimento prisional seriam requeridas as informações anexas junto aos serviços administrativos do seu ulterior centro de detenção relativas às notas de observação do comportamento do recluso, documentos esses que passariam a fazer parte do processo biográfico do mesmo. À exceção das cadeias comarcãs – que teriam um baixo número de reclusos – tal processo era realizado na chamada «zona de admissão» onde deveria existir um arquivo, celas de observação comportamental e um gabinete médico com instalações anexas de radioscopia. Como nos diz o documento,

Enquanto decorre a análise biopsicológica e clínica, o preso aguarda o seu resultado numa das celas especiais destinadas aos presos que entram de novo e, só depois, é que ingressam na zona prisional propriamente dita¹¹⁴

Desta feita se procederia à categorização do indígena: a partir da observação do seu comportamento, da análise da sua *perigosidade* e da leitura do seu histórico, o recluso era orientado para o grupo com o qual passaria a poder coabitar, garantindo assim que não se estabeleceriam relações sociais entre elementos passíveis de reforçar ou influenciar a criminalidade que o qualificava. No decorrer do processo de iniciação, em que o indígena ficava confinado à «zona de admissão», corresponderia ao único momento da sua vida no interior da prisão em que este não estaria exposto à prática laboral, permanecendo em total isolamento, dormindo em celas individuais, sem estabelecer contacto sequer com os restantes *iniciados*. Para o efeito, o documento adianta a importância do médico residente em casa estabelecimento prisional ser especialista em psiquiatria, capaz, assim, de não só absorver nos seus relatórios a condição da ordem

¹¹⁴ *Idem, Ibidem*

fisiológica como também de melhor compreender a mente e a perversidade do recém-chegado.

Tal processo era, formalmente, comum a todos os estabelecimentos. A singularidade que distinguia as duas tipologias de instituições esbatia na concepção da noção de aldeamentos¹¹⁵. Nas coloniais penais os indígenas que tivessem cumprido um terço da pena e que mostrassem «condições de adaptação a uma vida honesta», poderiam ali constituir família. Ora, continuavam a trabalhar ao serviço da prisão, numa condição de aparentes beneficiários. O Estado Colonial conseguia assim não só garantir a cooptação de mão-de-obra como, e principalmente, garantir a permanente disciplinarização a partir da constante observação: o indivíduo apto para esta nova etapa da vida prisional passaria a viver, integralmente, no interior de um enredo panóptico, sob a observância das forças policiais do Estado. Ora, os aldeamentos, «alojamentos de reclusos e suas famílias em condições consideradas educativas»¹¹⁶, formavam não mais do que um prolongamento da própria prisão e, pelas condições sobre as quais se edificavam – escolas, abastecimento de água, instalações indispensáveis à exploração agrícola, habitações particulares –, um mecanismo claro de normalização do sistema de vigilância permanente¹¹⁷. Adriano Moreira, no seu estudo de 1954, referindo-se aos aldeamentos afirmava

(...) deverá ser consentida a formação de família monogâmica nos aldeamentos privativos das colónias penais, a título de recompensa, mas com as obrigações e deveres inerentes ao

¹¹⁵ Tal mecanismo disciplinar aparece já no diploma legislativo que concebe, em Maio de 1936, a Reorganização dos Serviços Prisionais na Metrópole. No Título II, *Anexos dos estabelecimentos prisionais*, o segundo capítulo, intituladas *Colónias de Refúgio e Albergues*, dá corpo à institucionalização de uma lógica semelhante àquela que aqui se apresenta: *poderão ser criadas colónias de refúgio para antigos reclusos, junto das cadeias centrais, das penitenciárias, das prisões especiais, dos manicómios criminais e dos estabelecimentos para vadios e alcoólicos* (artigo 179º). Tais organismos serviriam para *recorrer e dar trabalho* a ex-condenados que se encontrassem em liberdade condicional ou definitiva e que não obtivessem ocupação no mercado laboral. Desta, seriam instalados em edifícios que, embora fizessem parte do estabelecimento onde outrora cumpriram pena, eram totalmente separados de qualquer contacto com este, para assim se garantir a incomunicabilidade entre ambas as categorias agregadas. Seriam providos de habitação e alimentação dando em troca a sua força de trabalho ao serviço da instituição, trabalho esse agrícola ou hortícola (artigo 183º). Na situação de se recusarem a cumprir o trabalho que lhes fora administrado eram expulsos da colónia e, caso apresentassem um comportamento indisciplinado poderiam, por ordem do diretor, reintegrar a prisão por um período máximo de dez dias, pena essa que o Conselho Superior da prisão poderia elevar para sessenta dias (artigo 187º/1º).

¹¹⁶ AHU-PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/1950/09216 – Normas para a construção de estabelecimentos prisionais

¹¹⁷ *Idem, Ibidem*

tipo de família que se pretende transplantar para o ultramar, o que implica estabelecer como base de tal concessão o dever de sustentação pelo trabalho¹¹⁸

Sobre o mote da assimilação erguia-se assim mais um pilar do controlo estatal sobre os corpos coloniais supostamente, ou em vias de se encontrarem, reabilitados. Àqueles a quem tal fosse concedido deveriam, após o cumprimento total da pena, ser encaminhados para os *colonatos indígenas*, desde que se pudesse garantir que não exerceriam qualquer tipo de degeneração dos moradores. Uma vez mais, o sujeito administrado era assim aliciado por condições de habitação e segurança na troca das quais oferecia o seu trabalho. Acresce ainda que os colonatos eram instituídos em locais onde o povoamento e o nível de penetração estatal era incipiente. Desta feita o estado garantia não apenas a permanência do trabalhador em zonas agricolamente produzíveis, a conservação de um *jogo de olhares administrativo* como assegurava ainda o povoamento de regiões não só com as famílias dos internados como com o núcleo familiar dos guardas prisionais. Tal desejo de uma efetiva colonização europeia integrava uma abstrata narrativa histórica na qual o desejo estatal prendia-se com a necessidade de uma disciplinarização dos brancos nas colónias. No início dos anos 60 um projeto da Repartição de Povoamento e Assuntos Demográficos, intitulado «Estudo sobre as possibilidades de Povoamento em Angola: o soldado-colono», dava voz ao que deveria ser interpretado enquanto uma urgente preferência de colonização militar que servisse, desta feita, não somente as finalidades da efetiva colonização mas que conferisse ainda o fator disciplinarizante do qual a colónia carecia¹¹⁹.

Todo o enredo que envolve a administração da pena ao indígena assentava ainda num outro pressuposto de racionalidade: a delinquência indígena não pressupunha a recuperação do mesmo no sentido de levar o indígena a coadunar o seu comportamento à sua realidade originária. Pretendia-se sim, segundo Adriano Moreira, reconduzir tal sujeito a um «comportamento social pacífico», mantendo os seus costumes tradicionais ou, «se possível», fazer evoluir a sua conduta tornando-a concordante com os usos portugueses¹²⁰. Em suma, não constava enquanto desígnio do sistema prisional colonial, ao contrário do metropolitano, fazer com que o indivíduo a quem a pena era aplicada

¹¹⁸ Adriano Moreira, *op cit.* 317

¹¹⁹Diogo Ramada Curto e Bernardo Pinto da Cruz, “Cidades Coloniais: Fomento ou Controlo”, in Nuno Domingos e Elsa Peralta (Coord.), *Cidade e Império, Dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais*; (Lisboa: Edições 70, 2013) 139-140.

¹²⁰Adriano Moreira, *op cit.* 229

retomasse os seus hábitos naturais mas que este aprendesse a comportar-se em concordância com a ordem pública¹²¹. Uma vez mais chocamos nos estudos foucaultianos: a oposição exposta no argumento de Moreira entre a *recuperação* e a *fabricação de um novo indivíduo* remete-nos justamente para o contraponto feito por Foucault entre *domar o corpo social* e *adestrar o sujeito em si*. Para Foucault, a capacidade do enredo prisional de domar o corpo do sujeito a quem a pena era aplicada, institucionaliza-lo no interior do enredo concentrário, coloca-lo à mercê das forças de vigilância estatal, consistia no processo pelo qual o agente administrativo alcançava a capacidade de criar o novo sujeito, incutido nas lógicas disciplinares, adestrado ao comportamento esperado pela ordem proclamada. Desta feita encontramos o modo como os planos legais e administrativos do colonialismo, imbuídos no projeto do luso-tropicalismo, se encontravam impregnados numa teoria penal que não tem expressão factual na experiência colonial. Precisamente, o carácter inerente a uma política de assimilação ganhava uma vez mais corpo: o trabalho, prática pela qual o negro não apresentava nenhuma pré-disposição dita natural, permanecia como o meio pelo qual o indígena se aproximava dos hábitos culturais da praxis europeia. A passagem do delinquente da prisão ou colónia penal para um aldeamento e, posteriormente, para um colonato indígena pressupunha, em termos teóricos, que o indivíduo administrado passaria a viver segundo os ditames da organização social do modelo ocidental: trabalho, família e, claro, permanência de uma evangelização católica – princípios que orientariam o desabrochar do homem novo. A prisão colonial, nos seus parâmetros legais, constituía o puro ímpeto da política ultramarina: a produção, retórica, do indígena civilizado.

A prisão como espelho da morfologia do poder colonial

Os acontecimentos que marcam a noite de 3 para 4 de Fevereiro de 1961 abalam as estruturas do Estado Colonial e colocam o Ministério do Ultramar em alvoroço. Numa visão estritamente consequencial, tal acontecimento não só tornou evidente a força dos

¹²¹ *Idem, Ibidem* 230

movimentos subversivos, que há muito a PIDE vinha a investigar, como desobscureceu as falhas ao nível da firmeza das estruturas administrativas do Estado e, claramente, lotou os estabelecimentos prisionais existentes em poucos dias. Nos dias que se seguiram ao evento que marca o início da Guerra Colonial em Angola uma série de documentos informativos, relatórios e apontamentos fazem-se chegar por Silva Tavares, Governador-Geral de Angola, e pela Delegação da PIDE em Angola ao Ministério do Ultramar. Precisamente, tal evento não poderia passar em branco no âmbito do nosso estudo, não só pela consequente expansão do enredo prisional como pelo facto dos alvos dos ataques terem sido, na sua maioria, estabelecimentos prisionais ou instituições a estes afetos. Descrito pelo próprio Silva Tavares como um «ataque há muito tempo preparado», este foi conjurado por cinco brigadas, cada uma composta por aproximadamente trinta indivíduos, com a finalidade de atacar cinco alvos: a Cadeia da PIDE e a Cadeia Administrativa de São Paulo, aquartelamento da polícia móvel da PSP, a Cadeia de Reclusão Militar, o Campo da Aviação e a 2ª Esquadra da Polícia (os dois últimos alvos não chegaram a efetuar-se)¹²². Na literatura que premeia o estudo do 4 de Fevereiro é comumente apresentado como finalidade primária da ação subversiva a libertação de presos por atos contra a soberania portuguesa, que se encontravam distribuídos entre a Cadeia Administrativa de São Paulo e a Casa de Reclusão Militar e sobre os quais circulavam rumores que fossem, em breve, enviados para Aljube ou para o Campo de Concentração do Tarrafal¹²³.

Da documentação aferida no Arquivo Histórico Ultramarino dois eixos analíticos tomam corpo: o primeiro prende-se com a clara inquietação com que o Ministério do Ultramar recebe a notícia dos assaltos em Luanda (e que contrasta, em parte, com um discurso mais consciente da possibilidade de tal vir acontecer por parte do gabinete do Governador Geral de Angola); o segundo, mais na senda da nossa investigação, advém da imediata consciência administrativa da inexistência de mecanismos disciplinares capazes de fazer face ao crescimento da população prisional.

A troca de informação entre as duas sedes governativas evidencia a preocupação com a perceção e reação internacional aos acontecimentos. Importava reportar os factos

¹²²AHU – MU/GM/GNP/059/Pt.14. Relatório-informação sobre os acontecimentos ocorridos em Luanda na noite de 3/4, dia 5 e noite de 10/11 de Fevereiro de 1961. 15 de Fevereiro de 1961

¹²³Dalila Cabrita Mateus e Álvaro Mateus, *Angola 1961 – Guerra Colonial: causas e consequências*. (Lisboa: Textos Editores, 2011) 83

afastando-os do levar a cabo de uma contestação interna contra a soberania portuguesa ao mesmo tempo que se impunha a fabricação discursiva de modo a que tal acontecimento fosse relacionado com incentivos internacionais comunistas¹²⁴. Tal argumentação não parece ter sido apontada apenas com a intenção de combater a pressão internacional quanto à causa da descolonização mas tinha ainda em vista a necessidade de, no imediato, afastar possíveis jornalistas de acompanhar os “processos judiciais” que cabia agora à PIDE desencadear, como Afonso Mendes, funcionário do Gabinete dos Negócios Políticos, sugere no documento consultado. Nos dias que se seguiram ao 4 de Fevereiro mais de duas centenas e meia de elementos suspeitos de ligações a causas subversivas foram detidos¹²⁵. Ora, se a situação das instituições prisionais já há muito que não se encontrava desafogada passou a estar, numa questão de três dias, totalmente em apuros. O que nos leva a tal afirmação encontra-se explicitamente exposto numa troca de correspondência entre o Diretor da PIDE e o Gabinete do Ministro do Ultramar. Dias antes do 4 de Fevereiro, na sequência, muito possivelmente, dos acontecimentos da Baixa do Cassange, o diretor da PIDE apresenta a sua preocupação perante a situação prisional na província de Angola afirmando:

aumenta de dia para dia o número de presos acusados de crimes contra a segurança do Estado e pelas averiguações em curso e diligências a efectuar brevemente, não só em Luanda como em diferentes pontos do interior da Província, espera-se que esse aumento seja considerável¹²⁶

O mesmo documento dá conta ainda, em forma de conclusão, da necessidade daquilo que o relator aponta como as medidas urgentes que devem ser tomadas com vista à manutenção da ordem, que já se encontrava frágil. Assim menciona que «terão de se instalar diferentes campos e todos eles situados na região sul da província», é necessária a «escolha imediata de outros locais» para a construção de estabelecimentos prisionais e que permanece a urgência de «determinar o número máximo de presos a internar em cada campo, que nunca poderá ir para além das conveniências de segurança». Para o efeito o relator propõe que fosse criada uma comissão, a qual teria a responsabilidade de administrar as novas prisões bem como as condições de funcionamento que deveriam reger o dia-a-dia dos detidos. Termina referindo que, «por razões óbvias», tais

¹²⁴AHU – MU/GM/GNP/052/Pt.1. Ofício nº 847/B/6/4

¹²⁵ *Idem, Ibidem*

¹²⁶ AHU – PT/AHD/UM/GM/GNP/0029/04872 – processo nº 15.009.00

responsabilidades não deveriam ficar a cargo daquela polícia cujos trabalhos em mão fazia com que se encontrassem «assoberbados»¹²⁷. Em Junho de 1961 a Polícia de Luanda envia um pedido urgente ao Ministério do Ultramar, com conhecimento ao Gabinete de Urbanização, para que este concedesse o envio de 500 presos para um Campo de Concentração em Cabo Verde. O cenário relatado na informação nº1703 apresenta o estado caótico em que se encontravam as instalações prisionais na capital da província: 3000 elementos de raça negra encontravam-se presos, lotando totalmente as instalações da prisão e registavam-se, por esta via, diariamente mortes, principalmente no decorrer da noite, na casa da uma dezena¹²⁸. Em Novembro do mesmo ano um apontamento confidencial enviado pelo Gabinete dos Negócios Políticos dá conta de uma polémica que exigia ser resolvida. Muitos eram os ofícios que chegavam ao Ministério do Ultramar por parte da delegação da PIDE de Angola para que o Ministro do Ultramar autorizasse o envio de “indivíduos indesejáveis” para fora desta província. Nos termos na lei, pela aplicação do decreto 31216 de Abril de 1941, o Ministro do Ultramar detinha o poder de fixar residência noutra província quando se tratasse de elementos que representassem um perigo maior à segurança do estado. Tal, no entanto, teria de ser justificado pelo mesmo e publicado no Diário do Governo devendo ainda ser sujeito ao parecer do Conselho de Ministros. Ora o relator, Mégres Pires do Gabinete dos Negócios Políticos, justifica no apontamento em causa o perigo de aplicação desta medida. Preocupava-o o «estado de alerta generalizado» que tal pudesse provocar pelo «conhecimento numas (...) das ocorrências nas outras» províncias. Para que melhor fosse compreendido o perigo que tal medida representava recorre ao exemplo de Agostinho Neto que, tendo sido enviado para Cabo Verde, «não perdeu oportunidade, este angolano, de granjear simpatias». O relator defende pois que o primeiro passo no combate às atividades subversivas deve assentar em «não lhes facilitarmos as intenções de divulgarem as suas ideias proporcionando-lhes deslocações gratuitas», sendo necessário manter o interesse da política nacional acima das dificuldades com que se debatiam os governos das províncias ultramarinas. Com o início da Guerra Colonial e o avolumar das problemáticas prisionais, principalmente em dar vazão aos inúmeros processos judiciais que agora se aglomeravam nas instalações da polícia de Angola, Silva Tavares implementa a peregrina ideia de, através de um processo administrativo menos burocrático, se implementar a prática da fixação de residência no interior dos estabelecimentos prisionais. Desta feita, passaria a ser possível o

¹²⁷ *Idem, Ibidem*

¹²⁸ AHU – UM/GM/GNP/O59/Pt.8 – processo 15.003.0

encarceramento em colónia agrícola, sendo que a duração da medida não poderia ser superior a três anos com a possibilidade de prorrogação para mais três¹²⁹.

A falta de coordenação e de meios da administração colonial encontram aqui as suas primeiras fragilidades empíricas. Se o elevar da documentação e troca de correspondência entre os organismos estatais poderiam levar a concluir que estamos perante um nível de burocratização das instâncias governativas, a falta de consenso, o facto de constantemente encontrarmos referência nos despachos à necessidade de ouvir uma *terceira opinião* de outro gabinete ou de outra delegação, apontam para a instauração de uma ineficácia inerente ao próprio sistema. De Lisboa, o Ministério do Ultramar e todos os organismos a este afetos, ou que o compõem, chocam, ao nível discursivo, com o relatar da situação alarmante que descrevia a realidade colonial. Esta ausência de uma “articulação discursiva”, no sentido foucaultiano, que instaura uma ausência de fixidez e, consequentemente, de repetição da prática dita, marca a divergência entre as intersecções da ideologia e os procedimentos que organizam o corpo social¹³⁰. Ora, aquilo a que Foucault apontava como a fraqueza da sistematicidade original, à qual se contraponha o momento histórico em que estas já se encontrariam socialmente amplificadas, é a característica cardeal que corrobora o estado incipiente da envergadura colonial – a falta de uma institucionalização, ou por outra, a fraqueza da aplicação da própria lei.

Urgia, desta feita, a necessidade de criação de novas envergaduras capazes de fazer face ao aumento substancial do número de detidos por crimes contra a soberania do estado português, crimes esses que, segundo aplicação dos Códigos Legislativos, implicavam a adoção de medidas disciplinares específicas atestadas pela necessidade de um maior controlo e isolamento na ação sobre o sujeito. Em Abril de 1961 o Campo de Concentração do Tarrafal é reaberto, por Adriano Moreira, por ordem do Decreto nº 43600. Mais. A 24 de Agosto de 1961, pela Portaria nº 17702, é instituído no Concelho de Menongue no Distrito de Cuando Cubando o Campo de Trabalho de Missombo. No Distrito de Moçamedes é instaurado, com vista ao internamento de elementos subversivos também, o Campo de São Nicolau, comumente designado por Tarrafal Angolano¹³¹.

¹²⁹Dalila Cabrita Mateus, *op cit.* 120-123

¹³⁰Michel de Certeau, Foucault and Bourdieu in *The practice of everyday life*; (Berkeley: University of California Press, 1988) 46-47

¹³¹Dalila Cabrita Mateus, *op cit.* 131

Muito embora para este último não exista nenhuma portaria legal a criá-lo, os relatórios aos quais tivemos acesso permitem-nos apontar o edificar deste campo para o início dos anos 60, mais precisamente para o ano de 1962.

A primeira evidência que advém da análise da instalação destes estabelecimentos prende-se com a necessidade de os afastar tanto quanto possível dos centros urbanos. A documentação aferida no Arquivo da PIDE da Torre do Tombo corrobora vários dos argumentos que no início da nossa investigação foram formulados em interrogações. O modo como ambos os campos foram administrados, a falta de efetivos mecanismos de segurança e dos meios capazes de operar a prescrição da lei – categorização, segregação, etc. – permitem-nos problematizar não só as falhas inerentes aos mecanismos de disciplinarização colonial, como integrá-los no argumento apresentado por Carlos Aguirre quanto à necessidade de análise deste dispositivo como indicador da ausência de um poder infraestrutural do estado no enredo colonial e na dependência de configurações políticas e ideológicas específicas¹³².

Dois documentos produzidos, respetivamente, em Novembro de 1962 e em Julho de 1964 dão conta do panorama geral que regia os estabelecimentos em causa. Ambos os relatórios são dirigidos ao Governo-geral de Angola e à Delegação da PIDE desta colónia e focam as falhas de segurança, de materialização das categorias administrativas, a falta de formação por parte da guarda dos campos e a ausência de recolha de dados biográficos dos detidos.

O primeiro “relatório-informação”, de carácter nitidamente descritivo, aponta, para o campo de Missombo, que passados dez meses da sua instauração este encontrava-se já totalmente lotado – com 973 internados – e, à datada da visita do autor, estariam a caminho do mesmo mais 1500 indivíduos a quem haviam sido aplicadas medidas de segurança por via administrativa. Nos primeiros meses de funcionamento do campo, que se destinava à recuperação social de suspeitos participantes nos movimentos subversivos,

¹³² Constituindo o seu caso de estudo o emergir e sucessivo crescimento do sistema penitenciário na América Latina, o autor avança com uma nova conceptualização que pretende, fundamentalmente, conjugar as teses foucaultianas com a realidade do seu caso: *traditional organization* – forma como a construção de centros de detenção na América Latina deve ser compreendido como parte do processo de modernização do estado que não tem por finalidade substituir as antigas estruturas sociais, as formas de interacção social nem tão pouco as hierarquias raciais, mas, antes, reforça-las. Em suma, o projecto de modernização do estado havia sido na prática acompanhado pela contradição da manutenção da exclusão de classes.

as instalações estavam ainda a ser construídas tendo sido otimizada toda a força de trabalho dos detidos na construção dessas mesmas¹³³. O campo não era assim, como previa a lei, autossuficiente em termos alimentares na medida em que não havia como colocar os seus residentes a trabalhar no terreno agrícola enquanto as construções das restantes infraestruturas não estivessem concluídas. Por outra, no campo de São Nicolau, antiga fazenda que havia sido comprada pelo Estado Português para a criação do mesmo, os detidos exerciam «diversas atividades consoante o determinam as necessidades do colonato (pesca, agricultura, sapataria, tratamento do gado, entre outros)»¹³⁴. Situado na orla marítima, o campo dispunha ainda de salinas destinadas à recolha de sal junto à costa bem como local de pesca, sendo que os remanescentes da produção eram posteriormente encaminhados para Moçamedes onde o governo do distrito providenciava a venda dos mesmos.

A descrição dos elementos de segurança do campo ocupa, em ambos os relatórios, grande parte do seu corpo. Em ambas as descrições se procede ao relatar dos meios de delimitação dos campos, o número de guardas e as condições de observação a que tinham acesso. Relativamente ao campo de Missombo lê-se:

As edificações encontram-se cercadas por uma rede de arame farpado montado em fortes postos de madeira com a altura de 7 metros aproximadamente, formando um quadrado de cerca de 200 metros de lado, tendo em cada canto uma guarida que se eleva acima daquela rede, o que permite que as sentinelas observem todo o campo. Além das quatro sentinelas que se encontravam nas guaridas em referência, existe mais uma que guarda a única porta de acesso ao campo e outra que ronda a parte exterior.¹³⁵

No entender do relator o campo encontrava-se em condições de reprimir qualquer ato de rebeldia que pudesse vir a formar-se entre a massa prisional, tal, no entanto, devia-se não tanto ao facto do corpo da guarda prisional se encontrar exemplarmente composto e organizado (seis guardas da P.S.P. e noventa auxiliares comandados por três subchefes daquela corporação) mas principalmente pela falta de meios entre a população internada. Chegavam ao campo sem nenhuma posse, detinham apenas a roupa do corpo e, no final de cada dia, eram-lhes retiradas «as ferramentas com as quais constroem as instalações e que lhes poderiam servir de arma de agressão», ficando assim «sem meios para levar por

¹³³ PIDE/DGS; Del.A, P.Inf. – processo 16.24.A, NT 2133-2134 – Campo de Trabalho de Missombo

¹³⁴ PIDE/DGS; Del.A, P.Inf. – processo 16.22.A, NT.2132 – Centro de Recuperação de São Nicolau

¹³⁵ PIDE/DGS; Del.A, P.Inf. – processo 16.24.A, NT 2133-2134 – Campo de Trabalho de Missombo

diante qualquer ato de força». No entanto, a fragilidade deste dispositivo estaria totalmente à mercê das forças subversivas caso se verificasse um ataque preparado do exterior:

Porém se um acto de força de certa envergadura partir do exterior a guarda que ali existe ver-se-á em sérios embaraços, se para dominá-la tiver de recorrer a outras forças, e isso porque, o campo não é iluminado, situa-se a 200 quilómetros de Serpa Pinto e com esta localidade não tem quaisquer comunicações, não dispondo mesmo de uma viatura automóvel¹³⁶.

Posteriormente o relatório dá conta ainda da possibilidade de se vir a registar graves problemas que poderiam advir da falta de disciplina entre o corpo responsável pela guarda do campo que, na sua maioria, teria sido recrutado entre a massa de desempregados da região, de forma mais ao menos «falha de formalidades, entre brancos, cabo-verdianos e mestiços de Sá da Bandeira» o que tornaria o sistema de vigilância «satisfatoriamente falho do ponto de vista da propagação de ideias, dada a pouca ou nenhuma idoneidade dos auxiliares que a exercem»¹³⁷.

A situação seria ainda agravada quando os restantes estabelecimentos que iriam constituir no seu todo a envergadura do campo de Missombo estivessem concluídos e, assim, o número de detidos aumentasse:

Será porem insuficiente o número de guardas quando forem construídos os outros dois campos previstos, dado que o seu efectivo será então dividido por todos aqueles campos, que distam de 20 quilómetros entre si, parecendo-me que assim divididos não dispõem de força para garantir a disciplina e obstar a possíveis acontecimentos, situação que agravará quando construídas as instalações e os detidos passarem a cultivar os campos limítrofes, como está previsto¹³⁸.

Um outro relatório escrito no mesmo ano dá conta de um cenário notoriamente mais calamitoso:

O que parece afligi-lo é aquela grande massa de indivíduos ali reunidos, sem que sejam acompanhados do mais leve dado acerca dos seus antecedentes, a pouca ou nenhuma confiança que merece qualquer guarda auxiliar, alguns dos quais são de carácter e intenções criminosas, confessando que seriam capazes de aniquilar os detidos (...) a desproporção desses já maus elementos de vigilância em relação ao número de indivíduos que constituem cada grupo de trabalho¹³⁹

¹³⁶ PIDE/DGS; Del.A, P.Inf. – processo 16.24.A, NT 2133-2134 – Campo de Trabalho de Missombo

¹³⁷ *Idem, Ibidem*

¹³⁸ *Idem, Ibidem*

¹³⁹ *Idem, Ibidem*

No que concerne ao campo de São Nicolau a debilidade do sistema de segurança é claro:

Não tem o campo ou as salinas quaisquer meios de delimitação, como vedação ou arame ou quaisquer outros materiais, talvez por se situarem numa zona desértica, consequentemente despovoada, e a muitos quilómetros de qualquer agregado populacional¹⁴⁰.

A guarda do campo era composta apenas por um administrador e pelo adjunto do mesmo, três guardas e oito empregados os quais «auxiliarão aqueles guardas na manutenção da ordem e da defesa». O documento justifica, no entanto, que seria «contraproducente» para o campo o envio de indivíduos de difícil correção. Tal advinha da própria natureza *aberta* do campo que, ao não se encontrar vedado, faria com que o internado se esquecesse que se encontrava num centro penitenciário, fator que contribuía notoriamente para a sua recuperação mais veloz:

O próprio internado, verificando que vive numa “granja” a todos os títulos exemplar, onde não falta o posto de socorro, hospital, escola, à ausência de grades, que forçosamente lembraria prisões, chega a esquecer que se encontra num campo penitenciário, dadas as circunstâncias em que a sua reabilitação decorre. Que assim é, atestam-no alguns, ao pedirem para ficar quando a sua pena terminar¹⁴¹.

Precisamente, o relator procede à categorização do que, para bem do campo, se pretende evitar ao descrever *indivíduos de difícil correção*, sendo, de modo geral, todo aquele «bastante evoluído ou habilitado literariamente» que pudesse coagir os demais internados. Mais. Dois outros fatores são enunciados como pontos corroborantes da manutenção da orgânica organizacional do campo nos moldes expostos: o contacto dos internados com o exterior era praticamente nulo não só por se situar numa zona desértica mas também porque, prevendo um possível contacto dos internados com o relativo trânsito da estrada de Moçamedes, esta havia sido desviada para outro percurso. Para além desta medida tomada, os poucos agregados populacionais que se encontravam naquela área eram, na sua maioria, pertencentes à tribo nómada *mucubais*, que raramente se fixavam por longos períodos e que habitavam no deserto de Moçamedes. O documento termina com a especulação quanto às lacunas do colonato:

No colonato (...) subsiste o perigo de não tendo guardas em número suficiente e praticamente sem vigilância nos diversos trabalhos, uma mentalização de natureza subversiva acabar por

¹⁴⁰ PIDE/DGS; Del.A, P.Inf. – processo 16.22.A, NT.2132 – Centro de Recuperação de São Nicolau

¹⁴¹ *Idem, Ibidem*

originar incidentes de certa gravidade adentro do colonato com a consequente repercussão e especulação além-fronteiras.¹⁴²

Dos 671 internados do campo, 51 encontravam-se, à data do relatório, com a pena cumprida, mantendo-se no campo apenas por estarem aguardar que as autoridades lhes fixassem residência numa área que, naturalmente, não poderia corresponder àquela de onde eram naturais.

A análise até agora exposta dos relatórios apresentados permitem-nos anteceder algumas conclusões. A primeira das quais ressaí prende-se com a ausência de uma unificação das estruturas e tratamentos aplicar aos internados. Contrariamente ao que o corpo da lei previa a edificação de centros de detenção nesta última fase do colonialismo português foi marcada pela necessidade de uma rápida resposta ao problema subversivo bem como pela necessidade de afastar todos aqueles que representavam algum perigo para a soberania portuguesa dos grandes centros urbanos, o que levou ao emergir de uma orgânica interna marcada por uma clara desorganização e pela ausência de meios. A segregação termina, pelo menos nos casos explanados, no envio desses elementos para os campos de trabalho que se localizavam afastados das cidades. A discriminação com base na pena aplicada dos elementos no interior do campo mantinha-se inexistente. Mais. No caso do Campo de Missombo, como podemos averiguar, os prisioneiros chegavam sem que dos mesmos houvesse qualquer tipo de informação biográfica:

Nos moldes em que o campo de Missombo foi delineado não há possibilidade de se fazer selecção dos presos, com vista à sua separação em função das responsabilidades. (...) Tal separação teria em conta evitar o contacto entre agitadores que possam propagar entre a massa de nativos ali albergados ideias subversivas e separatistas. Por outro lado, os indivíduos para ali enviados não são acompanhados de dados biográficos que registam os motivos da pena aplicada, o tempo de internamento, etc. o que torna impossível definir a responsabilidade e classificação dos internados.¹⁴³

¹⁴² *Idem, Ibidem*

¹⁴³ PIDE/DGS; Del.A, P.Inf. – processo 16.24.A, NT 2133-2134 – Campo de Trabalho de Missombo. A mesma querela é relatada num outro relatório que dá conta, em 1966, da situação presente na Casa de Reclusão Militar de Luanda onde o Agente Manuel P. Filipe assinala a falta de selecção dos internados: «os presos não são agrupados segundo as suas penas, ou causas que provocaram a sua condenação, do que resulta, por vezes, ficar um indivíduo que tenha cometido um pequeno delito, no meio de verdadeiros cadastrados. Assim surgem os inconvenientes de aquele ser facilmente aliciado, por estes, tendo já acontecido que, presos, em princípio de bom porte, transformam bruscamente o seu comportamento, sem dúvida movidos por influências de companheiros». In PIDE/DGS, Del. A, P. Inf, processo 11.05.B/3, NT 1815 – Casa de Reclusão Militar de Angola.

À falta de informação, aliada à já descrita ausência de efetivos mecanismos de aplicação de medidas disciplinares, juntava-se ainda a suspeita de formação no campo de uma «célula comunista». O relator descreve que o aparecimento de tais atividades encontrava-se correlacionada com o envio para o campo de indivíduos suspeitos de ingressarem no MPLA, a quem tinham sido administradas penas por fixação de residência. Tal situação deveria merecer toda a atenção que pudesse ser prestada por parte da administração do campo sendo que as informações que muniam o corpo de tal alegação centravam-se apenas nos testemunhos de alguns prisioneiros com quem os elementos da PIDE mantinham boas relações, não tendo sido apreendida pelas forças do campo. Em Março de 1964 novo relatório é produzido pela PIDE intitulando-se «Actividades Subversivas no campo de trabalho de Missombo» onde se apresenta a premência de classificação dos internados que, no entanto, já não requeria a categorização minuciosa que a lei acolhia mas apenas a seleção dos internados em dois grupos: «o dos mais evoluídos e o dos menos evoluídos». A situação encontrava-se agora bem mais preocupante. Para tal ocorria não só o aumento no número de internados como, e principalmente, o facto de muitos destes já se encontrarem nas «aldeias satélites» a viver com as suas famílias, admitindo-se a possibilidade destas se comportarem como «agentes de comunicação entre os internados e o exterior»¹⁴⁴. Existe ainda um outro indicador da fraqueza matizada do poder disciplinar no interior destas prisões coloniais: segundo Dalila Mateus era comum a existência de *comités* entre os prisioneiros com a finalidade de arbitrar disputas entre a população ali internada. Desta feita a autora fala da nomeação por parte dos guardas de «representantes não oficiais dos prisioneiros» que facilitariam a disciplina no interior do mesmo. Adianta ainda que na maioria dos campos os prisioneiros encontravam-se organizados de modo a criar as próprias regras de conduta que teriam por finalidade não só orientar o comportamento no interior dos mesmos como substituir, por via destes, a autoridade dos guardas impondo uma espécie de «disciplina interna dos prisioneiros» com vista à manutenção do ideal revolucionário¹⁴⁵.

Em Setembro 1965 Silvino Silvério Marques, Governador-geral de Angola, anexa a um relatório enviado ao Ministro do Ultramar as respetivas referências quanto a elementos do campo de Missombo que se impunha transferir. Da análise das fichas pessoais elaboradas ressalta o facto de todos os elementos em causa terem sido detidos

¹⁴⁴ *Idem, Ibidem*;

¹⁴⁵ Dalila Cabrita Mateus, *op cit.* 160/163

no decorrer do ano de 1961 sobressaindo ainda, na tabela «actividades praticadas antes e depois desenvolvidas no campo», o carácter «aliciador» que os qualificava, bem como o facto de se suspeitar que alguns dos indivíduos em análise tivessem sido intencionalmente detidos com a finalidade de divulgarem ideias subversivas no interior dos campos de trabalho. Mais. Na tabela das «observações» prevalece a classificação da pena enquanto «fixação de residência por tempo indeterminado» o que, legalmente, não era possível¹⁴⁶.

Em 1966 uma informação secreta, que não se encontra assinada, é enviada ao Governador-Geral de Angola na qual se informa que «por determinação superior foi encerrado o campo de trabalho de Missombo e transferidos os seus residentes para o Distrito de Moçamedes - Campo de São Nicolau». O documento diz ainda que não se deveria concluir que a situação ficaria «solucionada de vez» na medida em que, «muito embora o estabelecimento de São Nicolau tenha recebido grandes beneficiações» continuava a carecer de um sincero incremento de disciplina¹⁴⁷. Na sequência do explanado o Chefe da Repartição do Governo-Geral de Angola presta informações quanto ao modo como se procedeu ao envio dos detidos para São Nicolau. A transferência contou com a supervisão de um corpo de guardas recrutado entre «o pessoal militar com muita experiência operacional», sendo que nada na documentação aponta para qualquer irregularidade no transporte dos detidos. Ainda no mesmo relatório, na sequência das características de perigosidade e indisciplina que caracterizavam os detidos de Missombo, dá-se conta do incrementar das forças de segurança de São Nicolau: mais 35 efetivos e 6 auxiliares juntavam-se agora ao corpo da guarda do campo. O mesmo documento refere a fuga de cinco prisioneiros, pouco dias depois do internamento dos detidos de Missombo, que haviam «saído da área aramada». Os primeiros relatórios elogiavam o carácter aberto do campo de São Nicolau que se pautava pela inexistência de qualquer tipo de vedação. Na documentação aferida não encontramos nenhum indício que nos permita conferir a data da aplicação de tal medida. Não deixando, no entanto, de tal facto ser relevante na medida em que esbarra factualmente com a discursividade predominante nos relatórios de 1964 quanto à particular orgânica do mesmo. Quer isto dizer que num espaço de dois anos, entre os relatórios de 64 e a informação secreta apresentada agora de 66, o campo de São Nicolau passou a estar vedado. Tal apenas pode ser interpretado na sequência não

¹⁴⁶ PT/AHD/MU/GM/GNP/RNP/0607/02582 – Colono de São Nicolau

¹⁴⁷ *Idem, Ibidem*

somente do aumento da população prisional mas do alastrar das práticas subversivas no interior do mesmo, agravadas em 66 com o envio dos detidos de Missombo.

Mais dois outros documentos arquivísticos comprovam o sobressalto em que se encontrava o Ministério do Ultramar e a urgência sentida em munir as colónias de novos aparelhos prisionais. No Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros encontramos uma troca de correspondência entre o Ministro do Ultramar, o Governador-Geral de Moçambique e o Gabinete dos Negócios Políticos, datada de 1962, quanto à possibilidade de envio de uma comissão «á vizinha República da África do Sul onde a eficiência dos Serviços Prisionais é notória»¹⁴⁸. No documento em causa outras possibilidades são exploradas com vista à melhoria da eficiência dos serviços de detenção, entre elas o envio à Metrópole da Comissão de Construções Prisionais ou o deslocamento de dois engenheiros da metrópole às provinciais. O autor ressalva, no entanto, que o problema não se centra apenas nos métodos de organização dos estabelecimentos de detenção mas sim que a questão se cinge essencialmente à construção dos mesmos, precisamente, à incapacidade das infraestruturas prisionais imporem não só um efetivo sistema de vigilância como, e principalmente, serem capazes de operar administrativamente a separação baseada na categorização dos detidos¹⁴⁹. Em 1967 nova informação é apresentada ao Ministério do Ultramar via Delegação da PIDE de Angola: nesta consta a proposta de utilização do Ilhéu das Rolas, junto à costa de São Tomé, para a criação de um estabelecimento onde fossem internados «presos por atividades subversivas em Angola» noutra Província. O Ministro recusa a proposta após consultar o GNP que elabora um estudo quanto à questão. O principal fator que leva o Gabinete a desaconselhar tal medida prende-se com a situação geográfica do Ilhéu que se encontrava exposto à navegação de todos aqueles que se dirigissem para sul com escala em São Tomé. Desta feita em breve «seria conhecido internacionalmente, passando a constituir mais um

¹⁴⁸ Já em 1954 Adriano Moreira apontava o sistema penitenciário da África do Sul como modelo a seguir, com as devidas regulamentações do que a prática ali impunha e a lei não regulava: (...) Ali, sobretudo pelas dificuldades do estado de guerra, a centralização foi substituída, para as penas curtas, pela fundação de pequenas centrais, sob vigilância administrativa, onde os delinquentes são obrigados a trabalhar, mesmo ao serviço de particulares, em brigadas sob a vigilância da autoridade, e com salários fixados contratualmente em regime de administração pública de direito privado. (...) Parece ser este o sistema a adoptar. (...) A concentração nesses pequenos núcleos, estrategicamente determinados em função do mercado de mão-de-obra, será um eficaz instrumento de distribuição de trabalhadores, (...) Teremos assim uma pena a que não faltará inteiramente a intimidação do desterro, que será regeneradora do trabalho e economicamente aconselhável. In Adriano Moreira, *op cit.* 318.

¹⁴⁹ PT/AHD/MU/GM/GNP/RNP/0029/04914

elemento a aproveitar pela propaganda inimiga»¹⁵⁰. Acrescia ainda a falta de condições do mesmo para a edificação de um efetivo campo de trabalho na medida em que a sua extensão permitiria apenas a construção de um «presídio de recinto fechado», estabelecimento-tipo que não se adequava não só ao tipo de pena para autóctones como não apresentava vantagens do ponto de vista económico¹⁵¹.

Segunda súmula: do poder infra-estrutural do Estado à administração do enredo prisional

O evidente contraste entre as reformas formuladas pela administração colonial, na metrópole, e a prática prisional apontam para uma total antinomia no modo como as colónias eram percecionadas. O modo como os códigos legais contrastam com os relatórios internos produzidos pelos administradores prisionais ou pela polícia política testemunham a impraticabilidade de importação do modelo prisional europeu para o cenário colonial¹⁵². A primeira evidência teórica que nos permite sustentar tal afirmação prende-se com a própria evolução geracional do estudo das prisões coloniais. Segundo Taylor C. Sherman podemos agrupar em três momentos distintos o estudo desta instituição colonial: num primeiro momento marcado pela apreensão das medidas coercivas implementadas pelo estado colonial; num segundo momento ultrapassando a mera análise das prisões em si e passando a incorporar a punição corporal e os modos de funcionamento das polícias e tribunais e, num terceiro momento, mais centrado nas tensões e paradoxos que caracterizam a punição colonial¹⁵³. Ora o mote que consubstancia este terceiro momento está precisamente relacionada com a impossibilidade de articulação e encaixe da teoria foucaultiana à análise do estudo do caso colonial. Ao contrário das teorias marxistas, Foucault não compreende a prisão enquanto expressão de

¹⁵⁰ PT/AHD/MU/GM/GNP/RNP/0607/02582 – Colonato de São Nicolau

¹⁵¹ *Ibidem*

¹⁵² David Arnold, *The Colonial Prison: Power, Knowledge and Penology in Nineteenth-Century India; Subaltern Studies VIII: essays in honour of Ranajit Guha*; (New Delhi: Oxford University Press, 1994) 155

¹⁵³ Taylor C Sherman, «Tensions of Colonial Punishment: Perspectives on Recent Developments. Study of Coercive Networks in Asia, Africa and the Caribbean» *History Compass* 7, Issue 3, 2009, 670

uma coerção levada a cabo por uma classe nem tão pouco enquanto mero artefacto do aparelho coercivo do estado. Tal resulta da própria natureza do poder, incorporal, ou seja, que é analisado na ausência de um corpo ou que resulta da mera expressão dos códigos legais. Na teoria foucaultiana o poder constitui-se na iminência do seu carácter normativo, caracterizado pela sua capacidade de penetrar o corpo social sobre o qual se aplica e se formula¹⁵⁴. O poder não deve ser visto em termos de posse (como uma mercadoria ou riqueza) de um indivíduo sobre outro, ou de um coletivo sobre outro (por. Ex. Classes); o poder circula, funciona em cadeia, numa organização em rede. Aqueles que normalmente são considerados os destinatários do poder, o seu alvo, fazem também parte dele, enquanto elementos de articulação e circulação, são veículos do poder, «não os seus pontos de aplicação»¹⁵⁵. Da mesma forma a prisão não é analisada, na obra *Vigiar e Punir*, como uma instituição isolada justamente porque ela representa e é causa do carácter normativo do próprio poder que não se cinge ao ato pelo qual o estado maneja o controlo social. Tal estaria directamente correlacionado à desenvoltura inerente do sistema disciplinar que, progressivamente, munira o estado de uma capacidade de controlo político adestrado por técnicas de vigilância, registro e categorização do qual resultara um quadro de conhecimento mais legível do corpo social¹⁵⁶. Ao inverter a questão clássica da Soberania e da Legitimidade Política centra-se nos efeitos do direito e nos mecanismos ou métodos de subjugação que são instigados pelo direito e que se revelam sobretudo nas extremidades do poder, ou seja, instiga-se na microfísica do poder, no campo de atuação que opera nas margens sociais, onde este se corporaliza¹⁵⁷. Da mesma forma também a teoria de Bourdieu se insurge contra uma leitura *legalista* que «describe the social world in the language of rules and to behave as if social practices were explained merely by stating the explicate rule»¹⁵⁸. Ora o que podemos aqui problematizar não assenta na afirmação do carácter “inútil” que os códigos legais coloniais possam apreender, mas antes da impossibilidade da sua efetiva aplicação na medida em que se encontravam na ausência de um poder normativo na senda foucaultiana. O corpo colonial mais do que constituir um veículo do poder articulou-se, de facto, como o seu ponto de aplicação. Os modos de incorporação e de colonização do corpo extravasam o processo de incorporação física dos sistemas de disciplina ao se materializarem ainda num processo

¹⁵⁴David Arnold, *op cit* 157

¹⁵⁵ Michel Foucault, «Two Lectures» in *Power/ Knowledge* (New York: Pantheon Books, 1980) 97-98

¹⁵⁶ *Idem*, *Vigiar e Punir, História da Violência nas Prisões* (Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1975) 218-129

¹⁵⁷Michel Foucault, *op cit*. 99

¹⁵⁸Pierre Bourdieu, *In Other Words*. (California: Stanford University Press, 1990) 97

dito ideológico de inclusão discursiva (assente num conjunto de prescrições legais que fabricavam o corpo como local de inscrição do poder colonial), entre um e outro, entre a lei e os mecanismos de poder, ressalva-se a falta de unanimidade discursiva, espaço do emergir de uma “arena contestatória” cuja materialidade assenta primordialmente na cúpula administrativa: dividida entre os relatórios burocráticos e as medidas legislativas¹⁵⁹.

As críticas que se assomam na teoria das prisões coloniais à inadaptabilidade de emprego da teoria foucaultiana à prisão colonial tendem a falhar na intelecção de poder no qual a teoria da obra *Vigiar e Punir* se enquadra. Restringindo a apreensão do pensamento de Foucault ao estudo dos estabelecimentos prisionais, a primeira evidência crítica prende-se com o reportar dos episódios de resistência que se aglomeram nos relatórios produzidos pelas autoridades que observam e explanam o dia-a-dia da prisão colonial. No caso angolano o relatar do iminente perigo das atividades subversivas demonstra a incapacidade das autoridades coloniais de atingirem o que, para Foucault, constituía a finalidade última do estabelecimento prisional: “tornar os corpos dóceis”, transformar os indivíduos de acordo com os princípios vigentes na sociedade. Muito embora encontremos apontamentos no qual se descreve a intenção por parte de detidos de permanecer nos campos de trabalho após finda a pena – supondo, o que já por si constitui uma não verdade, que tal resulta do facto destes se encontrarem disciplinarizados – não podemos deixar de concordar que o estabelecimento de prisões constituiu no colonialismo mais um *ajustamento material* entre o sistema de exploração económica e o ímpeto do controlo político do que propriamente um mecanismo disciplinar de tipo panóptico. Mais ainda. A realização plena do sistema panóptico de Bentham pressupõe a simultaneidade de aplicação de dois dispositivos: o da vigilância – manutenção de um olhar permanente – e o da observação – recurso ao registo permanente da ação dos internados. O panóptico penitenciário era, por esta via, um sistema de produção de documentação individualizante e permanente, materializado na existência de um “boletim”, de modelo uniforme, no qual se produzia a legibilidade do condenado. Justamente, é pela aplicação deste dispositivo que, no interior da prisão, o principal fator que classifica o prisioneiro não mais é a pena que cometeu mas o comportamento que apresenta. Ora, no caso angolano, os boletins oficiais somente eram produzidos,

¹⁵⁹David Arnold, *op cit*, 159

principalmente no caso de Missombo, aquando da necessidade de análise de elementos do campo cujas atividades importava reportar à PIDE ou ao Ministério do Ultramar. Como foi anteriormente descrito, a inexistência de uma classificação e da entrega dos elementos biográficos dos internados às autoridades do campo constituía a primeira barreira à implementação de uma segregação categorial, à qual se juntava a impossibilidade, em termos das estruturas arquitetónicas, para a sua materialização. A inscrição detalhada da delinquência indígena como se encontrava decretada nas Normas de Construção dos Estabelecimentos Prisionais não foi implementada de forma alargada por todos os estabelecimentos. No Arquivo da PIDE da Torre do Tombo, no entanto, encontramos exemplares de boletins individuais de internados no Campo de São Nicolau. Neste, o cabeçalho é composto por fotografia, nome, alcunha, classificação criminológica e classificação policial. No corpo da ficha inscreve-se informação de tipo biográfica e biopolítica: data de nascimento, raça, naturalidade, filiação, estado e grau de instrução, residência, fórmula dactiloscópica, profissão e a marca do polegar e indicador direito. O final do documento é composto pela data de entrada na prisão, o número do processo e a assinatura do detido¹⁶⁰. Tal evidência não acompanha assim mesmo todo o período em que o campo funcionou, como ficou patente aquando da explanação do relatório de 1964 que descreve a dificuldade de separação da criminalidade no interior do mesmo dada a ausência de dados. Ora, a prisão e a sua instrumentalização no plano colonial não coincidem com os imperativos disciplinares e panópticos que modelavam as instituições ocidentais análogas. Parece-nos que tal não pode ser apenas analisado pela constatação da ausência de meios por parte do agente estatal mas também pela racionalidade primária que enveredava a conduta da missão colonial, essencialmente - retomando o referido no nosso primeiro capítulo - aquilo que, sendo simultaneamente exposto e encoberto nos termos da lei, compunha o desígnio motor da ação colonial: o encaminhar do sujeito colonizado à prática de trabalho análogo ao forçado.

Uma segunda leitura pode ainda ser formulada compreendendo a prisão fora da conceção foucaultiana de poder e colocando-a na dependência das estruturas estatais. Apreendendo o estado na iminência da *centralidade* e da *territorialidade* do mesmo – características que o fundam – Michael Mann premeia o estudo das teorias do estado com a conceção de “poder infraestrutural”. Para Mann, a fonte singular do poder dos Estados,

¹⁶⁰ PIDE/DGS, Del.A, P. Inf, processo 16.22.A, NT 2132 – centro de recuperação de São Nicolau

que o faz diferenciar e distanciar-se dos movimentos ideológicos, económicos e militares de outros grupos que compõem a Sociedade Civil, é justamente o potencial de coordenação centralizada. Opondo-se fundamentalmente a uma visão reducionista do Estado (nas quais inclui tanto a tradição liberal como funcionalista e marxista das teorias do estado), acolhe duas tipologias históricas de poder: aquele que, sendo despótico se encontra na dependência de uma elite, e o poder infra-estrutural que se estabelece pela capacidade do estado penetrar a sociedade civil e assim implementar, logisticamente, as decisões políticas¹⁶¹. Ora, tal conceito permite-nos, como expusemos no início deste capítulo, sustentar as fragilidades estruturais do Estado Colonial Português. Assente numa discursividade de centralidade do poder, imanado da metrópole que prescrevia o *modos vivendo* dos sujeitos colonizados a partir de decretos de lei e normas legislativas, esbatia com a impossibilidade, já mencionada, da sua efetiva implementação. Tal inaptidão logística é materializada pela falta de recursos financeiros, pela ausência de infraestruturas que permitissem uma real disciplinarização, pela incapacidade de um recrutamento de efetivos de segurança - nomeadamente entre a população metropolitana cuja lei aconselhava que compusessem, maioritariamente, o corpo da guarda prisional - bem como pela falta de domínio sobre os guardas prisionais que, frequentemente, são caracterizados pela sua “idoneidade” e “caracter duvidoso”.

É com base na incapacidade de implementação territorial do que compõe o poder decisório de Lisboa, essa mesma incapacidade que não permite uma efetiva cristalização das relações sociais e que munuiu o sistema prisional colonial de um vácuo entre a lei e a realidade administrada, que reafirmamos o argumento apresentado no início deste capítulo: tal como já tem vindo a ser objetado no interior dos estudos dos sistemas prisionais coloniais, as sucessivas inconstâncias aliadas a uma descrição que dava conta da situação caótica dos estabelecimentos penais, permitem-nos “ler” a prisão na inerência das fragilidades morfológicas do poder infra-estrutural do estado.

Jack Goldstone preconiza a defesa teórica de que os princípios da organização social se repetem a eles mesmos a diferentes escalas. Quer isto dizer que o autor testa as teorias das revoluções que se centram no Estado, aplicando-a ao nível micro-institucional. Partindo da análise de casos de revoltas em instituições prisionais de média e alta

¹⁶¹Michael Mann, «The autonomous power of the State: Its origins, mechanisms and results» *Archives Européennes de sociologie*, Vol.25, 1984, 104-105

segurança nos EUA, o autor defende que o princípio que está por detrás de uma ação coletiva contra as autoridades parece ser fundamentalmente o mesmo quer se trate de uma revolução contra as estruturas estatais, quer se trate de revoltas contra as autoridades prisionais¹⁶². Para Goldstone, tanto as sociedades ao nível macro, como as relações entre agentes ao nível micro podem enfrentar disrupção quando se verifica a combinação de cinco fatores: erosão administrativa; conflito entre elites; queixas da base popular da instituição; disseminação de ideologias heterodoxas e incidentes que demonstram injustiça ou comprovam ineficiência por parte dos oficiais de uma instituição¹⁶³. Esta autonomização da análise da prisão, testada pelo autor quanto à possibilidade das revoltas, permite-nos problematizar a possibilidade de dilatação dos mecanismos de causalidade apreendidos no caso das prisões angolanas para um quadro analítico no qual passam a ser apreendidas outras instâncias do aparelho estatal.

É no seguimento da exposição dos argumentos de Michael Mann e de Jack Goldstone que surge, precisamente, o ímpeto analítico do nosso próximo capítulo. O estudo das prisões coloniais, que emergem na causalidade do dealbar das atividades subversivas e da própria Guerra Colonial, clarificaram as falhas inerentes ao poder de implementar logisticamente as decisões de Lisboa. Ora a questão que fica por clarificar, na qual se consagra a nossa sequente análise, prende-se no modo como se munuiu o estado colonial de estruturas capazes de corroborar não só no efetivo controlo sobre o corpo do indígena mas que mantivessem as finalidades produtivas da colonialidade. Neste sentido algumas empresas constituíam de facto, na colonização portuguesa, excelentes locus institucionais que apreendem a débil capacidade do estado colonial, sobretudo em zonas rurais, e que assim se tornaram agentes de direito próprio e, de um ponto de vista racional, acabaram por suportar a ocupação efetiva do interior das colónias portuguesas. Esta nossa tentativa de expor princípios de comparabilidade institucional entre as diferentes empresas concessionárias e do potencial heurístico de um modelo centrado na firma concessionária como paradigma que capte as características essenciais de um Estado em funcionamento – coerção organizada, burocratização e poder-infraestrutural – deve a Jack

¹⁶² Jack A. Goldstone e Bert Useem, «Prison Riots as Microrevolutions: as extension of state-centered theories of revolution» *The American Journal of Sociology*, Vol.104. No.4, 2009, 985-1029, 984/986

¹⁶³ *Idem, Ibidem*; Pp.1002-1003

Goldstone a possibilidade de entendermos teoricamente o que se quer dizer quando falamos em «Estados dentro de Estados».

Capítulo III:

Da Soberania Estatal à dupla subjugação do Indígena

A implementação de políticas de confinamento, que não se esgotam na análise das suas manifestações mais perceptíveis como o caso do enredo prisional, constituem a técnica pela qual os Estados Modernos materializam os processos de *disciplinarização societal*. A racionalidade que os precede, como Foucault analisa no caso do emergir das ciências militares, não se circunscreve à aplicabilidade de formas de violência mas, fundamentalmente, reporta-se à perpetuação da noção de ordem¹⁶⁴. Os planos de disciplinarização do corpo do sujeito colonial, que se corporalizam via implementação de políticas de planeamento urbano e, mais tarde, de reagrupamento das populações, satisfaziam uma dupla finalidade do Estado Colonial: não só facilitavam o controlo dirigido pelas autoridades administrativas como permitiam, também, a concentração territorial das populações nas regiões produtoras de bens sujeitos a regimes de concessão¹⁶⁵. No entanto, como já expusemos nos capítulos anteriores, a premente incompatibilidade entre a decisão de Lisboa, promulgada no corpo da Lei, e a prática administrativa da vida colonial, levou-nos avançar com a impossibilidade logística do aparelho de Estado Colonial no que concerne à edificação das necessárias bases para a operacionalização dos seus programas de controlo do *corpus civili*. Esta *inércia administrativa* enquanto característica inerente ao Estado Colonial permite questionar a possibilidade do agente estatal, face à incipiente capacidade de materialização do planeamento legal de governo dos corpos, se munir de prerrogativas de cedência, mesmo que parcial, do seu poder soberano. Quer isto dizer que, neste capítulo, problematizamos a possível existência de uma relação de causalidade entre o fraco poder infraestrutural do Estado Colonial e a consolidação de empresas concessionárias em Angola, bem como nos debruçamos sobre as bases organizacionais do sector privado colonial e a eventualidade de estas serem pensadas enquanto *Estados dentro de Estados*. Mais. No âmbito do nosso estudo preocupava-nos compreender se existia ou não uma racionalidade na escolha

¹⁶⁴ Michael Dillon and Andrew W. Neal. 2008. *Foucault on Politics, Security and War*; Palgrave Macmillan, U.S.; pp. 67-68.

¹⁶⁵ Elisa Maria Lopes Costa. 2006. *Os Colonatos em Angola: génese, evolução e estado actual*. Instituto Superior Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa (Tese de Doutoramento); pp. 40

geográfica das prisões que emergem na sequência dos movimentos subversivos em 1961, localizadas a Sul da Província, dependente do facto das principais empresas concessionárias se encontrarem instaladas no Norte de Angola. A análise aqui inscrita leva-nos assumir, desde já, o carácter lacunar do nosso estudo. A impossibilidade de aceder a toda a documentação, quer pelo volume da mesma quer pelo seu carácter disperso nos vários arquivos, estando ainda muito dela indisponível ao investigador, impôs que efluíssemos a um levantamento da questão e sequente apresentação das bases que justificam o enveredar desta análise. Para além disso, não poderíamos afirmar perentoriamente que a atuação destas empresas se encontra imbuída de princípios de soberania sem antes nos debruçarmos numa análise mais alargada das mesmas, tanto do ponto de vista temporal como administrativo-organizacional, o que nos distanciaria do nosso objeto de análise e, só por si, constituiria uma análise autónoma. No entanto, tal indagação emerge também ela de uma problematização que não advém unicamente da pesquisa arquivística. Na obra *State in Society*, Joel S. Midgal, ao se debruçar sobre a análise das práticas de poder local, traça o potencial de ameaça que os Estados mais fracos podem sofrer por parte de *outras organizações*, nomeadamente no que concerne ao rompimento destas com as regulamentações legais oficiais e a implementação de práticas internas próprias¹⁶⁶. No âmbito dos estudos que preconizam o debate quanto à conceptualização da noção de *company town* e *company state*, a autonomia na gestão diária dos seus trabalhadores, bem como o controlo sobre a organização espacial da área que gerem, reforça a hipótese de pensarmos tais empresas enquanto entidades munidas de um poder soberano para agir sob o corpo dos seus trabalhadores, exercendo práticas de controlo e *bem-estar* que, normalmente, se encontram sob a égide do Estado¹⁶⁷.

A maioria dos estudos que se debruçam sobre a análise do colonialismo tendem a adotar as fronteiras do Estado Colonial enquanto vantagem metodológica que lhes permite definir uma unidade de análise una e coesa. Se até agora tal abordagem analítica guiou a nossa investigação, permitiu-nos também, por via do exposto, problematizar a sua validade empírica no interior do estudo do colonialismo nomeadamente no que

¹⁶⁶Joel S. Midgal, *State in Society* (Cambridge: Cambridge University Press, Cambridge, 2011) 61

¹⁶⁷Marcelo J. Borges e Susana Torres, *Company town: labor, space and power relations across time and continent* (Palgrave Macmillan, 2012) 9-11

concerne à existência de uma sobreposição ou indefinição de duas ordens normativas: a do Estado Colonial e a das Empresas Concessionárias em Angola.

O encadeamento contratual da dupla subjugação

No caso Angolano, o sector privado ficou marcado pelo florescimento de certas empresas de capital misto (nacional e estrangeiro) que funcionaram em regime de monopólio na extração, cultivo e exportação de produtos coloniais como o algodão, os diamantes, o café e o açúcar. Embora difiram, sem dúvida, entre si, estamos em crer que algumas destas empresas na sua organização interna e no controlo efetivo que exerciam sobre os domínios territoriais onde o Estado Colonial falhava em intervir, controlavam funções que vão para além da meramente económica. Encontramos pelo menos três exemplos prementes deste tipo de arranjo monopolístico concessionário em Angola: a Companhia de Diamantes de Angola, a Sociedade Agrícola da Cassequel e a Cottonang. A análise deste tipo de arranjos monopolísticos não deve ser considerada na ausência do facto de constituírem verdadeiras exceções à política de centralização económica empregue no decorrer do Salazarismo e que se pautava pela defesa do chamado “interesse nacional”, associada, pelo menos formalmente, por uma adesão aos princípios nacionalistas e centralizadores¹⁶⁸. A relação contratual estabelecida entre o Estado e cada uma destas empresas ultrapassava, de alguma forma e com variantes, a esfera económica, espelhando-se na mesma a obrigatoriedade por parte do sector privado de contribuir ativamente para a melhoria das condições sociais do indigenato e, concomitantemente, a necessidade de empregarem políticas que garantissem o progresso dos mesmos na escala civilizacional¹⁶⁹. Muito embora possamos olhar, unilateralmente, este fenómeno do ponto

¹⁶⁸ Tais princípios encontravam-se explanados no Acto Colonial que ditava que as futuras concessões, mesmo quando a capitais estrangeiros, estariam sempre subordinadas à nacionalização e ao interesse económico das colónias. A Revisão Constitucional de 1951, impulsionada pelas pressões que se faziam sentir no panorama internacional, que integra o Acto Colonial na Constituição parecia já favorecer um *maior nível de descentralização* e uma autonomia gradual das Colónias em questões de administração política e de gestão interna dos interesses das colónias, cuja implementação prática é discutível. In Cláudia Castelo, *O modo português de estar no mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa* (1933-1961) (Porto: Edições Afrontamento, 1998) 45-65.

¹⁶⁹ O caso mais extremo que a literatura aponta deste tipo de fornecimento de bens aos actores exteriores à própria organização empresarial é o da Companhia de Moçambique. Verdadeira empresa majestática, à semelhança da British African Companies, estabelecida na Região central de Moçambique desde 1888, esta fornecia incentivos locais à reprodução social de mão-de-obra através da criação de escolas primárias e

de vista da obrigatoriedade contratual estabelecida entre as empresas e o Estado Português, na verdade, a literatura sobre o tema aponta para o facto destas gozarem de uma verdadeira soberania sobre o território que não só administravam como procediam à manutenção da ordem por intermédio de força própria, organizavam a cobrança de impostos, detinham direitos alfandegários e eram responsáveis pela prestação de serviços de saúde e de educação¹⁷⁰. Acresce ainda que o regime sectorial era mantido por via da possibilidade de gerir internamente as concessões agrícolas, industriais e comerciais obtidas do contrato com o Estado. Tal exposição argumentativa inflige uma leitura do território concessionário enquanto locus de um poder que já não constitui unicamente uma prerrogativa da soberania estatal, ou seja, que muito embora se encontre no interior do território colonial não espelha exclusivamente a tipologia administrativa do aparelho estado.

A análise da documentação referente à administração das penas, de fixação de residência e da vida no interior de aldeamentos já nos elucidou para a perseverança da utilização desta a favor da produtividade laboral via encaminhamento dos detidos para a prática do trabalho. Ora, no caso das empresas concessionárias o potencial de análise da produtividade económica do indígena e, sequencialmente, da dupla subjugação do corpo colonizado e da privatização dos instrumentos disciplinares, encontra-se ancorado no processo de recrutamento levado a cabo pelas autoridades estatais e materializado, numa segunda instância, nos deveres contratuais das empresas de melhoria e progressão das bases materiais dos indígenas, que acabam por se manifestar, na prática diária, na administração de mecanismos disciplinares panópticos¹⁷¹.

Por via da relação contratual, o Estado estava obrigado a satisfazer a procura de mão-de-obra por parte das Empresas¹⁷². O incipiente poder infra-estrutural do Estado, que

profissionais, ajuda aos planos de colonização branca na colónia e financiava o aparelho judicial e eclesiástico da região.

¹⁷⁰ Da literatura sobre o tema, destacam-se: Jeromy Ball. *“Little Storybook Town”: Space and Labour in a Company town in Colonial Angola*; pp.91-110 in Marcelo J. Borges e Susana Torres, *Company town: labor, space and power relations across time and continent* (Palgrave Macmillan, 2012); Jeremy Ball, *The Colossal Lie: The Sociedade Agricola da Cassequeel and Portuguese Colonial Labour Policy in Angola, 1899-1977*. (California: University of California, 2003); Todd Cleveland, *Rock Solid: African Laborers on the Diamond Mines of the Companhia de Diamantes de Angola (Diamang), 1917—1975*; (Minnesota: Faculty of Graduate School of the University of Minnesota, 2008) (Tese de Doutoramento).

¹⁷¹ Jorge Varanda, «A saúde e a companhia de diamantes de Angola; História, Ciências e Saúde»; *Manguinhos* Vol. II (suplemento), 2004, 261-268, 262/63

¹⁷² Muito embora a literatura raramente mencione tal ruptura, a documentação arquivística, nomeadamente os Relatórios anuais dos Governadores de Distrito, apontam para o facto de tal prática ter sido abolida em

se manifesta nomeadamente na falta de censos e na incapacidade das autoridades estatais obterem mais mão-de-obra nos momentos de maior necessidade sazonal, tornava a Caderneta Indígena e, sucessivamente, o pagamento da Taxa Anual, um mecanismo insuficiente para o encaminhamento do indígena para o enredo laboral do sector privado¹⁷³. A prática colonial pautou-se desta feita pela consolidação de um sistema adjunto a este: as autoridades coloniais viam-se na necessidade de capturar e forçar indivíduos a integrar o mercado laboral do sector privado sem que estes se encontrassem, no entanto, em situação de incumprimento no pagamento da taxa anual ou, tão pouco, perante incumprimento penal¹⁷⁴. A introdução do indígena à dupla soberania iniciava-se, assim, com o processo de recrutamento de mão-de-obra. Em termos sintéticos tal prática ocorria da seguinte forma: as Empresas requisitavam aos chefes de posto – os funcionários mais baixos da estrutura hierárquica do Estado Colonial – determinado número de homens necessários, estes enviavam os *cipaio*s até as aldeias e vilas onde, com a ajuda das Autoridades Tradicionais, reuniam os trabalhadores que eram posteriormente encaminhados para a sede do Distrito Administrativo sendo que aqui, por vezes na presença dos Administradores das Empresas, eram forçados a legalizar via assinatura do contrato de trabalho o seu comprometimento laboral sendo, posteriormente, conduzidos para os locais de plantação ou para as minas¹⁷⁵. A partir do momento que tal se efetivava o trabalhador passaria a ser *governado* por um tipo de autoridade que já não reportava ao Estado mas antes à administração do sector privado.

1961. No entanto, a manutenção ou não do exercício diário deste processo de recrutamento envolveria uma investigação mais aprofundada nomeadamente no que concerne às relações clientelares entre os Administradores das Empresas Concessionárias e as Autoridades Locais, tradicionais ou não. Todd Cleveland, que se debruçou na análise do processo de recrutamento dos trabalhadores indígenas para a Diamang, menciona, brevemente, a existência deste corte legal, afirmando: *Thus, despite the Portugal's claims, in no way did the colonial state dramatically relax labor recruitment conditions during the post-1961 era; in practice, ostensible improvement were tragedy illusory or simply cosmetic*” in Todd Cleveland, *Rock Solid: African Laborers on the Diamond Mines of the Companhia de Diamantes de Angola (Diamang), 1917–1975*; (Minnesota: Faculty of Graduate School of the University of Minnesota, 2008) (Tese de Doutoramento) 42

¹⁷³ Alexander Keese. 2003. Searching for the Reluctant Hands: Obsession, ambivalence and the practice of organising involuntary labour in Colonial Cuanza-Sul and Malange District, Angola, 1926-1945; *The Journal of Imperial and Commonwealth History*. Pag.243

¹⁷⁴ Jorge Varanda, «A saúde e a companhia de diamantes de Angola; História, Ciências e Saúde»; *Manguinhos* Vol. II (suplemento), 2004, 261-268,243/44

¹⁷⁵ Todd Cleveland, *Rock Solid: African Laborers on the Diamond Mines of the Companhia de Diamantes de Angola (Diamang), 1917–1975*; (Minnesota: Faculty of Graduate School of the University of Minnesota, 2008) (Tese de Doutoramento).43; Alexander Keese, «Searching for the Reluctant Hands: Obsession, Ambivalence and the Practice of Organising Involuntary Labour in Colonial Cuanza-Sul and Malange Districts, Angola, 1926–1945» *The Journal of Imperial and Commonwealth History*, 41:2, 2013, 238-258, 245.

Ora, o que podemos identificar através desta *dupla soberania* mais não é do que uma *dupla subjugação* do corpo do indígena. Se, num primeiro momento, os agentes estatais, no processo de racionalização do território, agem sobre o corpo do indígena forçando-o a integrar as práticas de trabalho forçado nas explorações coloniais, já dentro do enredo do trabalho forçado, o indígena passaria a estar sob a autoridade de uma hierarquia de atores associada aos imperativos da empresa monopolista cuja função primordial seria a de manter a disciplina no trabalho quotidiano. Tanto a manutenção da ordem no interior de determinado retalho geográfico, como aquilo a que Foucault denominou de *prática de governabilidade*, passariam a estar sobre a alçada da Empresa. A leitura que Judith Butler faz deste conceito foucaultiano é particularmente elucidativo para a análise do poder exercido pelas empresas concessionárias coloniais. Segunda a autora o particularismo inerente à conceção de *governabilidade* prende-se com facto do conceito, por se reportar a um poder controlador e regulador das populações e dos bens, constituir o modo pelo qual esse poder é vitalizado muito embora não se legitime via a sua perpetuação¹⁷⁶. O que a autora expõe assenta no reforço do carácter difuso do conjunto de estratégias e táticas que compõe a conceção de *governamentalidade* e que não se apreendem pela identificação precisa de um centro soberano unificado mas na ausência das quais esse mesmo poder é empurrado para uma condição de decadência¹⁷⁷. Ora, no caso das empresas concessionárias em Angola, é pela manutenção perpetuada de um controlo panóptico, alicerçado na rotinização do trabalho não voluntário e ancorado no controlo administrado pelo sector privado - que se solidifica pela fraqueza morfológica do poder infraestrutural do estatal colonial – que assistimos ao emergir de uma sobreposição da condição soberana. No Arquivo Oliveira Salazar na Torre do Tombo encontramos uma troca de correspondência entre o Conselho de Administração da Diamang e as Autoridades Estatais, nomeadamente o Governado-Geral de Angola, Silva Tavares, e o Governado de Distrito da Lunda, onde se discutia a dureza do horário de trabalho administrado pela Companhia. Na sequência do tema o Governador-Distrito da Lunda escreve a Silva Tavares:

Nas suas visitas ao Dundo, foi dado a observar ao senhor delegado de saúde haver nas explorações um único período de trabalho, das 6 às 2 ou 3 horas da tarde. Durante todo este período nenhum descanso era dado ao indígena achando-se este, portanto, a trabalhar, durante as horas de maior calor e de estômago vazio, pois nenhum alimento tomava antes de começar a trabalhar. Fiz ver os inconvenientes de tal sistema aos Senhores Administradores e

¹⁷⁶ Judith Butler, *Prekarious Life. The Powers of Mourning and Violence*. (Verso, 2004) 252-254

¹⁷⁷ *Idem, Ibidem*, 256

Directores e estes diziam ser impossível modifica-lo, pois a sua modificação trazia prejuízos incalculáveis para a produção. Acrescentavam que o indígena é como uma máquina a vapor que, para trabalhar devidamente, precisa é pôr primeiro em pressão, que com o preto sucede o mesmo e que, havendo no meio do trabalho um descanso, a pressão perde-se e novo tempo será depois preciso para novamente fazer vapor. Poderão ter muita razão mas acho preferível poder fazer vapor indígena duas vezes ao dia durante muitos anos, embora a menor pressão do que fazê-lo uma só vez por dia durante poucos, ainda que com pressão elevada¹⁷⁸

A discórdia quanto ao tema entre as duas entidades parece, no entanto, fazer recair o poder decisório para a alçada da Empresa, mesmo quando esta não contava com o apoio das autoridades estatais, apontando tal para uma aparente autonomização da decisão da Diamang dos pareceres adscritos pela elite governativa em Angola. A impossibilidade prática de um controlo territorialmente vasto por parte do Estado, principalmente pós-Conferência de Berlim que impunha uma efetiva colonização em Angola, determinou a necessidade de o Estado Colonial se munir de atores privados capazes de administrar um efetivo poder infraestrutural com vista, também, à manutenção da própria soberania muito embora, em termos práticos, consumassem a parcial cedência da mesma no que concerne à tipologia de controlo exercido sobre corpo. Quer isto dizer que, no interior do enredo do trabalho forçado, aquele que passa a observar a atividade diária do trabalhador, que o pune por incumprimento ou incompetência, que o proíbe de consumir álcool em determinados dias, que o força a viver em demarcadas habitações, que lhe impõem o horário de trabalho, que lhe providência a roupa, que determina o preço dos bens alimentares por via da gestão das concessões agrícolas, entre tantas, reporta sempre, nas diferentes áreas, à Empresa. No entanto não queremos com isto afirmar que a causa do despontar de Empresas Concessionárias em Angola se esgota na necessidade de consolidação de uma efetiva colonização, apenas que a sua perpetuação, ao longo da história do colonialismo português nos moldes expostos, se encontra imbuída também na necessidade sentida pelas autoridades estatais de descentralizar funções que, tradicionalmente, são desempenhadas pelo poder estatal, muito embora a racionalidade que as precede derive, como nos diz Clarence Smith, de uma escolha nitidamente económica¹⁷⁹. Compreendendo como etapa cardeal do emergir dos modernos estados

¹⁷⁸TT- AOS/CO/UL-8; Pasta 5: despacho quanto à aplicação da lei da mão-de-obra indígena à Diamang

¹⁷⁹ Opondo-se ao argumento exposto por Richarde Hammond no seu artigo *The Portuguese Consolidate: Portugal and Africa, 1815-1919*, o qual consiste na defesa que a base racional que funde o ímpeto colonial lusitano encontrava a sua origem não numa matriz de pensamento economicista mas sim num ideal de concretização do que denominada de “orgulho nacional”; Smith aponta que a racionalidade que precede o imperialismo português encontra a sua causalidade nas profundas alterações socio-económicas do Portugal do final do século XIX. Segundo o autor, o projeto colonial consolida-se pelo emergir da burguesia e pela “sede” desta nova classe de obter os frutos económicos da vitória política pós-guerra civil. In Clarence

burocráticos o ímpeto estatal de obtenção do monopólio da movimentação espacial dos corpos governados, John Tropey abarca uma defesa teórica que se parece afastar do inaugural proposto por Michel Foucault da primazia de uma relação de poder assente na obtenção de informações biológicas. Em suma, o que o autor parece afirmar ao definir como finalidade primária dos estados a de *embrace society*, prender-se-ia com a necessidade de, numa primeira fase a par de um poder infraestrutural incipiente, a prioridade dos estados assentar no ajuntamento populacional servindo este as finalidades inerentes à obtenção de um controlo amplificado, no qual as autoridades locais e privadas constituíram efetivos parceiros estatais¹⁸⁰.

Na senda dos argumentos expostos, o retomar do contributo mencionado no início deste capítulo, a conceptualização de *company town* e *company state*, permite-nos focalizar a nossa análise. Ambas as categorias partilham características chaves como a presença de capitais mistos, a obtenção de trabalhadores migrantes e a relativa autonomia face às autoridades locais¹⁸¹. Nas palavras dos autores, numa primeira abordagem ao tema, é possível avançarmos com uma definição comum enquanto:

Residential and service centers built by companies near or adjacent to the places of extraction or production in which companies operated not only as employers but also as landlords, as the fact enforcers of security and social harmony, and often as providers of services and goods for workers' consumption.¹⁸²

Aquilo que as diferencia resulta, fundamentalmente, do tipo de controlo empregue. Tal categorização advém do facto dos autores considerarem que nas empresas agrícolas, que na sua maioria se enquadram na noção de *company state*, uma vez que a produção é sazonal o trabalhador não se encontra ininterruptamente sobre o controlo da mesma. A não necessidade contínua de força de laboral implica que o trabalhador, nas alturas em que não é assalariado pela empresa, se veja forçado a encontrar formas alternativas de subsistência. Muito embora no decorrer do período em que se encontra a trabalhar nas plantações o controlo administrado sobre o corpo possa ser extremo, do

Smith, *The Third Portuguese Empire, 1825-1975: a study in economic imperialism* (Manchester: Manchester University Press, 1985)

¹⁸⁰ John Tropey. *The invention of the passport: surveillance, citizenship and the state*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000) 9/11.

¹⁸¹ Marcelo J. Borges e Susana Torres. *Op cit.* 2

¹⁸² *Idem, Ibidem.* 3

ponto de vista da implementação de recursos panópticos de vigilância é tendencialmente mais frágil. As *company town*, empresas industriais cuja produção não depende de épocas sazonais, o controlo administrado sobre o corpo é contínuo e o isolamento social do trabalhador maior, durável ininterrompidamente nos termos do contrato de trabalho. Os autores adiantam ainda que, no caso das empresas que se incluem nesta última categoria, a dependência face a trabalhadores externos à área de extração é maior e, na sequência de tal, o controlo é analogamente mais extensivo notável, incluindo, por políticas de urbanização mais amplas que normalmente incluem a edificação estabelecimento lúdicos como museus, cinemas, etc.¹⁸³

Não nos é possível descrever historicamente cada uma das Empresas Concessionárias angolanas, nem mesmo, face ao exposto, aglomera-las de modo a torná-las um objeto de análise composto. Optamos assim por nos debruçarmos sobre o estudo de caso da Companhia de Diamantes de Angola, a única das três mencionadas que se enquadra na categoria de *company town*, não só por se ter revelado a maior e mais importante empresa privada na colónia em questão mas também pelo trabalho de arquivo nos ter permitido um acesso comparativamente mais detalhado no âmbito dos mecanismos de gestão dos corpos. Acresce ainda a localização geográfica da empresa que, por se localizar na remota zona fronteiriça do nordeste angolano junto ao Congo Belga, impõe um paradigma de análise que se complexifica dada a necessidade *à priori* de ocupação territorial no hinterland.

Notas quanto ao processo de biologização da Diamang

A origem desta Empresa remonta ao início do século XX após a descoberta, por parte da empresa Belga Forminière, de diamantes nos territórios contínuos ao Nordeste de Angola¹⁸⁴. Composta por um agregado de capital misto, é-lhe concedida, em 1921, por

¹⁸³ *Idem, Ibidem*. Pp. 9-10

¹⁸⁴ Jorge Varanda, *oo cit.* 261-268,

Norton de Matos, a exclusividade na prospeção de diamantes em todo o território¹⁸⁵. Um dos fatores idiossincráticos que apontam o particularismo da Companhia advém do precisamente da sua natureza não ortodoxa: contrariamente à maioria das empresas coloniais o controlo decisório da Dimang não se encontrava sob a égide de uma só pessoa o que garantia, em grande parte, a não prevalência de interesses nacionalistas¹⁸⁶. Desta, o seu Conselho de Administração era constituído «de não menos de cinco nem de mais de vinte e um membros, eleitos por três anos, com exceção de dois, cuja nomeação pertence ao Estado», dividindo-se entre a sua Sede Social em Lisboa e um Comité Técnico em Bruxelas¹⁸⁷. Acresce ainda o particularismo notável da natureza do contrato estabelecido com o Estado, palpável pela isenção outorgada à Companhia no que concerne ao pagamento de impostos relativos a bens alimentares e têxteis, maquinaria e outros equipamentos industriais, detendo ainda a exclusividade da gestão sobre toda a atividade comercial na área de concessão¹⁸⁸. Mais. No interior do que foi denominado como *zona de protecção única* a Diamang mantinha-se como entidade soberana sob a decisão de circulação: quer se tratassem de europeus ou indígenas a passagem ou permanência no interior da área operacional da Companhia implicava o envio prévio de um pedido de autorização à sua Administração. No Arquivo Histórico Diplomático deparamo-nos com um caso exemplificativo do poder territorial da Empresa exposto por via de um pedido, enviado pelo GNP à Companhia, para autorizar a implementação de uma empresa de táxis na Região da Lunda, pedido esse formulado por um cidadão português. A pasta contém, para além do pedido manifestado, troca de informação entre as duas entidades na qual é solicitado por parte da Companhia o envio de ficha criminal, a descrição profissional do indivíduo em questão bem como a natureza numérica da sua família¹⁸⁹. É necessário ter em conta que tal pedido não compreende a solicitação de trabalho assalariado pago pela

¹⁸⁵ Jorge Eduardo da Costa Oliveira, *Memórias de África*. (Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento. 2005) 77

¹⁸⁶ Jorge Varanda. *Crossing Colonial and Empires: The Health Service of the Diamang Company of Angola*, 165-184 in Anne Digby; Waltraud Ernst e Projit Muhkarji, *Crossing Colonial Historiographies: Histories of Colonial and indigenous medicines in transnational perspective* (Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2010)

¹⁸⁷ Companhia de Diamantes de Angola, *Estatutos da Companhia de Diamantes de Angola*. (Lisboa: Tip. Silvas, 1969)

¹⁸⁸ Em 1937, por ordem direta de Salazar, um novo contracto era celebrado entre o Estado Português e a Companhia de Diamantes de Angola. Muito embora não viesse a alterar as bases do anterior contracto, impunha um cunho mais nacionalista na sua atuação forçando-a a garantir a preferência por produtos portugueses e angolanos e estipulando que pelo menos 70% dos trabalhadores da empresa fossem portugueses. In Clarence Smith, *The Third Portuguese Empire, 1825-1975: a study in economic imperialism* (Manchester: Manchester University Press, 1985)2-3.

¹⁸⁹ PT/AHD/MU/GM/GNP/RNP/04915

Companhia mas apenas a implementação de um serviço na área concessionária. Não podemos deixar de analisar tal procedimento na ausência de uma leitura biopolítica da conduta desta empresa nem tão pouco sem dela retirar a capacidade burocrática de obtenção de informações precisas e detalhadas sobre as populações que administrava. Se a solicitação da ficha criminal e de um resumo profissional do indivíduo em questão pode ser compreendido à luz de um natural interesse económico pelo tipo de trabalhador, o pedido de informação quanto à natureza privada do mesmo e respetiva família demonstram um controlo que extravasa a arena laboral e se estende à necessidade biopolítica de obtenção do máximo de conhecimento sobre vida privada, conhecimento esse que tem na sua base o mesmo interesse que motiva os agentes estatais a implementar práticas de governamentalidade: a possibilidade de antecipação de risco, o facilitar da aplicação de estratégias de *normalização* e, numa última análise, a obtenção de *corpos dóceis*.

A biologização do corpo administrado pela empresa é perentoriamente perceptível na alusão a um outro documento arquivístico. Na sequência de um pedido levado a cabo pelo Governador-Geral de Angola, Silva Tavares, às autoridades locais das circunscrições de onde eram naturais a maioria dos trabalhadores da Diamang, estas elaboraram um pequeno relatório no qual é descrito as arduidades e particularidades com que se deparavam no processo de recrutamento. Comum a todas as exposições figura a desmedida dificuldade com que as autoridades se deparam no processo de recrutamento face à relutância indígena em integrar o mercado laboral da Companhia pelo facto de implicar o abandono da casa e da tribo. A este obstáculo juntava-se o facto da Empresa apenas aceitar indivíduos que apresentassem uma determinada fisionomia assente, fundamentalmente, «na medição do peso e do perímetro torácico o que originava que apenas uma limitada percentagem da população válida dessas regiões fosse trabalhar para as explorações»¹⁹⁰. Na circunscrição do Minungo, onde o recrutamento de trabalhadores era feito exclusivamente para a Diamang, o relator informa que, pela «robustez natural que caracteriza os indígenas desta região», estes tendem a ser muitas vezes requisitados pela Companhia o que acarretava que, passados seis meses do fim do contrato forçado, fossem novamente compelidos a trabalhar na empresa. Esta *processo de seleção biopolítica* do corpo dos trabalhadores, que permite uma análise da Empresa que não se esgota nos processos de vigilância mas que se estende efetivamente a uma espécie de

¹⁹⁰ AOS/CO/UL-8; Despacho quanto à aplicação da lei da mão-de-obra indígena à Diamang, 5

triagem, isto é, de preferência biológica dos sujeitos, é claramente exposta no envio de um pedido por parte da administração da Diamang para que lhe fosse reservado o recrutamento de trabalhadores também na circunscrição do Songo:

Dada a natureza dos trabalhadores da nossa Companhia na Lunda, as qualidades de resistência, de docilidade e de aptidão ao trabalho dos indígenas na Circunscrição do Songo, condições estas que não se encontram, por exemplo, nos indígenas da região do Cassai, desejaria esta companhia recrutar ali, anualmente, o maior numero possível dos seus trabalhadores, para se refazer do seu natural gastamento proveniente na idade e do trabalho dos seus trabalhadores, recrutados propriamente no distrito da Lunda.¹⁹¹

Tal pedido advém do facto da Circunscrição do Songo não pertencer ao Distrito da Lunda. Significa portanto que embora a empresa detivesse a exclusividade no recrutamento de trabalhadores no interior da zona concessionária, esta expandiu tal prática a este, Distrito do Malange, bem como a sul, Moxico. Tal advinha da necessidade de não só fazer face à baixa densidade populacional que caracterizava a Lunda como de obter mão-de-obra mais “robusta” como o excerto transcrito apresenta¹⁹². Do ponto de vista da organização interna impunha-se a necessidade de proceder a uma categorização capaz de facilitar a implementação de políticas de manuseamento do corpo: aqueles que eram recrutados no interior da zona concessionária, forçados pelos *cipaios* a apresentarem-se à Diamang, eram denominados de *voluntários*; ora, apenas os indivíduos recrutados fora da zona da Lunda, obrigados abandonar as suas vilas na companhia das mulheres e filhos, eram categorizados de *contratados*¹⁹³. Esta categorização, cuja base é meramente geográfica, impunha-se face à necessidade de, no interior já das vilas de trabalhadores da Companhia, agrupar os indígenas não tanto consoante a sua etnia tribal mas face à categorização apresentada. É possível lermos tal política de gestão dos corpos na sequência da necessidade de travar o emergir de um sentimento de classe, afastando, desta forma, sujeitos com experiências de vida diferentes e não permitindo o contágio de frustrações. Mais. Do ponto de vista da racionalidade estatal, a necessidade de encaminhar o sujeito colonial a enveredar o mercado laboral privado servia, pelo menos, um duplo objetivo: não só por esta via o Estado cumpria as suas obrigações contratuais como ficaria desobrigado de caucionar a melhoria material das condições de vida do sujeito colonial que passariam a ser obrigação da empresa em todas as esferas da vida social –

¹⁹¹ *Idem, Ibidem*; 11

¹⁹² *Idem, Ibidem*; 6-8

¹⁹³ Todd Cleveland, *oo cit.* 49.

nomeadamente no que concerne à regulamentação laboral e à prevenção de comportamentos. A otimização do corpo do sujeito colonial atinge, aqui, o que nos parece o pico da sua utilização: não somente estamos perante a total desresponsabilização estatal do *cuidado*, no sentido foucaultiano, do sujeito colonial como perante uma espécie de afastamento matizado do mesmo do *corpus civil*. Se apenas no que concerne á necessidade de uma fabricação discursiva nacionalista e integradora tais indivíduos permanecem como parte, mesmo que apolítica, do corpo estadual, o que podemos concluir prende-se com que, a essa ausência de direitos políticos, que marcou e potencializou a história do colonialismo, juntava-se agora a cedência, mesmo que parcial, do poder soberano sobre o corpo duplamente assujeitado.

*

A maioria dos estudos publicados referentes à Diamang comprovam a carência de uma análise mais alargada da essência de soberania incutida à empresa. Da literatura consultada denotamos que três temas prevalecem como os mais estudados no âmbito da análise deste enredo empresarial privado: o estudo dos Serviços de Saúde, a análise do Museu Etnográfico do Dundo, criado e administrado pela Companhia de Diamantes de Angola e o processo de recrutamento da mão-de-obra¹⁹⁴. Nos três casos o argumento invocado não se afasta do que aqui apresentamos – muito embora se foquem em análises de caso de organismos específicos da empresa – na medida em que atestam formas disseminadas de poder e controlo de natureza privada no Distrito da Lunda. Ora, é possível a partir dos mesmos apreendermos traços gerais da responsabilidade factual da empresa de tomar a seu cargo o cuidado biológico do corpo dos que ali passavam, no

¹⁹⁴ Respectivamente: Jorge Varanda. *Crossing Colonial and Empires: The Health Service of the Diamang Company of Angola*, 165-184 in Anne Digby, Waltraud Ernst e Projit Muhkarji (Coord.) *Crossing Colonial Historiographies: Histories of Colonial and indigenous medicines in transnational perspective* (Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2010); Nuno Porto, *Modos de Objectificação da Dominação Colonial: O Caso do Museu do Dundo, 1940-1970* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, col. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, 2009); Cristina Sá Valentim, «A Exclusividade e a excepção: Uma análise da relação entre seres e saberes na Lunda Colonial» *Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra*, 2012; Todd Cleveland, *Rock Solid: African Laborers on the Diamond Mines of the Companhia de Diamantes de Angola (Diamang), 1917—1975*; (Minnesota: Faculty of Graduate School of the University of Minnesota, 2008)

entanto, a documentação consultada nos vários Arquivos Nacionais potencializou a problematização de abordagens mais macro quanto às políticas de administração da vida dos indígenas e, conseqüentemente, ancoradas numa visão mais biopolítica da atuação da mesma. O controlo exercido pela empresa, como referimos no início deste capítulo, estendia-se também à implementação de políticas de *bem-estar*, vistas enquanto incentivos à promoção social dos aborígenes. Por via contratual, a Companhia deveria prestar assistência médica e religiosa aos seus trabalhadores, instruir e elevar a moral dos nativos, providenciar condições de habitação e contribuir para o desenvolvimento da região¹⁹⁵. Por esta via, a planificação do projeto urbanístico esteve na mão das autoridades administrativas da Diamang, estando o ordenamento do mesmo ancorado ao processo extrativo da empresa e arquiteturado sob o impulso de políticas de controlo e vigilância do corpo. As palavras do investigador Jorge Varanda demonstram com clareza a inexistência da presença estatal na região concessionária bem como a responsabilidade soberana depositava na Companhia para o desenvolvimento da região:

Ao “chegar” à circunscrição do Chitato em 1917 a Diamang deparou-se com um território “vazio”, um espaço em que a “civilização” colonial ainda não se tinha feito sentir. Os postos administrativos eram postos isolados numa paisagem com pouquíssimos exemplos da presença colonial. Para explorar industrialmente os diamantes de aluvião, a companhia viu-se forçada a criar condições para tal, o que implicou edificar nas quase seis décadas seguintes, além das explorações industriais mineiras, estradas, pontes, vilas e cidades, barragens, redes elétricas e estruturas de saneamento básico. Esse panorama ilustrava bem o esquecimento a que tinham sido relegadas as zonas do interior, pelo governo da colónia (...) ¹⁹⁶

Pelo facto das bases materiais do desenvolvimento infraestrutural da região da Lunda terem sido projetadas e corporalizadas pela Companhia, a empresa munuiu-se, em larga medida, da capacidade de conjugação das duas facetas que compõem os sistemas panópticos de vigilância: ora, não só procedia à observação de largos segmentos do dia-a-dia dos atores sociais no decorrer do cumprimento laboral, como, pela concentração territorial imposta, procedia à observação de períodos substanciais de uma forma mais alargada aproximando-se, por esta via, do tipo de controlo exercido por instituições totais¹⁹⁷. As denominadas *vilas para trabalhadores* foram assim projetadas e edificadas

¹⁹⁵ Cristina Sá Valentim, *op cit.*, 26

¹⁹⁶ Jorge Varanda, «Cuidados Biomédicos de saúde em Angola e na Companhia de Diamantes, 1910-1970» *Manguinhos*, V.21, abr.-jun 2004, 591

¹⁹⁷ Retomamos aqui o conceito teorizado por Ervin Goffman já exposto no segundo capítulo: «Local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da

próximas de estradas e, segundo Cleveland, rodeadas por uma cerca e vigiadas por uma sentinela responsável não apenas pela manutenção da ordem como pela verificação do nível de higienização das habitações dos trabalhadores¹⁹⁸.

No Arquivo Histórico Ultramarino encontramos os relatórios anuais enviados ao Governador-Geral de Angola por parte da Diamang que nos fornecem um conhecimento mais pormenorizado da administração privada do corpo dos trabalhadores. À parte da descrição quanto à atividade económica anual no interior da área concessionária, o relatório de 1965 apresenta, num subcapítulo do mesmo, a exposição do desenvolvimento infraestrutural em áreas como a assistência médico-sanitária, assistência escolar, assistência social e religiosa e a construção rodoviária¹⁹⁹. Tal explanação centra-se apenas na contagem dos serviços prestados por conta da empresa sendo os resultados apresentados detalhadamente o que, pelo nível de burocratização que tal exposição impõe, nos remeta a assumir uma total compreensão da Companhia como instituição interveniente em todas as esferas da vida do indigenato com uma capacidade organizacional que excede, em muito, a do próprio Estado Colonial. Segundo o mesmo a Diamang era, no que concerne à assistência médica, responsável pela criação de nove hospitais, seis dispensários, sete maternidades e noventa e um postos de assistência de socorro. O nível de especificação do controlo médico é-nos ainda apresentado pelo enunciar numerado do total de consultas prestadas (122.589), de vacinações (95.826), de partos realizados (4.541) e determinações de grupos sanguíneos (13.104). O relatório dá conta ainda do trabalho que havia sido desenvolvido no terreno no que concerne à assistência escolar afirmando que, no final do ano de 1965, a empresa contava com 45 edifícios dos quais 25 correspondiam a escolas preparatórias e 23 a escolas primárias. Mais. A rede escolar construída pela Companhia repartia-se em escolas primárias para adultos, escolas de condutores de engenhos, escolas preparatórias de motorista e escolas de aperfeiçoamento de auxiliares sanitários. Segundo o mesmo, a assistência alastrava-se às famílias dos trabalhadores afirmando o relatório que a Diamang distribuía, diariamente, 823513 rações diárias a mulheres de empregados e 53656 refeições diárias a «grávidas, débeis ou com filhos menores». De entre a rede de assistência prestada a

sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrativa» in Erving Goffman, *Manicômios, prisões e conventos*. (São Paulo: Editora Presença, 1974)

11

¹⁹⁸ Todd Cleveland, *op cit.* 166

¹⁹⁹ AHU- PT/IPAD/MU/ISAU/6297

envangelização dos indígenas não era renunciada tendo sido realizados, no espaço de um ano, 1564 batismos e 142 casamentos contando tal com a existência de 113 catequistas ao serviço da empresa. No que concerne a rede rodoviária financiada pela Diamang o relator apresenta que esta cobria, no final do ano de 1965, um total de 2,672 quilómetros. Os números que mais facilmente nos elucidam quanto ao total de trabalhadores que a empresa empregava corresponde à contabilização do numero de habitações criadas, dividindo-se, a contagem entre: 112 óctuplas, 2 sêxtuplas, 285 quádruplas, 17 triplas, 1287 duplas, 141 “simples”, 14 camaratas de seis leitos, 5 de vinte leitos, 6 de trinta e seis leitos e 15 de quarenta leitos. O documento que dá conta dos valores aqui apresentados, e que demonstram não só o efetivo controlo sobre áreas da vida do colonizado que em muito se afastam da área económica como também comprova o modo como havia sido resvalada a missão civilizacional ao âmbito privado, termina afirmando:

É-nos muito grato constatar que o grande esforço despendido, no relativo aos nossos trabalhadores, não nos tem impedido de:

- Continuar a construir novas estradas e pontes e a conservar as existentes
- Continuar a fazer novas edificações e a criar novos centros populacionais
- Continuar a desenvolver todos os nossos serviços de assistência e protecção aos nativos da Lunda, fazendo melhorar progressivamente, sobre múltiplas formas, as suas condições de vida
- Continuar a ampliar os nossos serviços culturais, que tão brilhantemente se têm expandido e que tão alto prestígio tem granjeado à Companhia nos meios civilizados de quase todo o Mundo.

Assim, prosseguiremos sempre. E, com auxílio de Deus e a colaboração dedicada dos Homens que resolutamente nos acompanham, estamos confiantes – sim, absolutamente confiantes – em que conseguiremos levar até ao fim a grande Obra de civilização que temos em curso.²⁰⁰

Não surpreende portanto que Oscar Soares Barata, um funcionário do GNP, numa informação com a data de 1962 acerca das deficiências das estatísticas ultramarinas, vai apelar à necessidade do Estado se dotar dos dados produzidos pelas empresas coloniais, sobretudo as concessionárias, nos domínios da assistência e da saúde, em que elas deveriam, por lei, exercer uma ação determinante²⁰¹.

É face a esta documentação que surge o ímpeto de análise deste tipo de arranjo concessionário enquanto evento que pode, também, ser pensado como crítica à Teoria do Estado desenvolvida por Michael Mann. Como avançamos no final do capítulo anterior, para Mann, a singularidade do Estado, aquilo que o discerne das demais instituições da

²⁰⁰ AHU- PT/IPAD/MU/ISAU/6297

²⁰¹ AHD – MU/GM/GNP/RNP/0108/O5917 – Informação nº 417 – Deficiências das Publicações estatísticas relativas ao Ultramar, do ponto de vista político.

Sociedade Civil, encontra-se explanado nas suas características base: a centralidade e a territorialidade²⁰². Quer tal dizer que a autonomia do agente estatal, tanto na produção monopolística da lei, como no uso legítimo da violência e no desempenho de funções que se encontram embutidas num pressuposto de centralidade (manutenção da ordem, defesa militar, redistribuição económica, etc.) decorrem das características aludidas²⁰³. Esta inflexão à volta do Estado encontra-se esplanada na variável introduzida pelo autor de *poder infraestrutural do Estado*, referindo-se tal à *capacidade do Estado penetrar a sociedade civil e implementar logisticamente decisões políticas através do território*²⁰⁴. A tese central de Mann estaria, portanto, assente no pressuposto de que a falta de territorialidade centralizada, característica das empresas modernas ou dos domínios dos senhores feudais da Europa Ocidental, seria a premissa que os afasta da particularidade do poder Estatal. Dos exemplos apresentados pelo autor, os grupos económicos, nomeadamente, as empresas capitalistas, não podem ser equiparadas a Estados, na medida em que não exercem um controlo geral dentro de um território específico – obedecendo a leis de interesse económico (e racional), as corporações orientam-se pelo princípio da transnacionalidade e da rendibilidade²⁰⁵. Nas palavras do autor «the scope of modern and some historic economic institutions is not territory; they do not exercise general control of a specific territory»²⁰⁶. A análise da Diamang remete-nos a avançar com a possibilidade de existência de um poder central de uma instituição que irradia do centro para a periferia exercendo territorialmente questões de soberania tradicionalmente imputadas aos Estados. Tal leitura, embora estejamos conscientes que necessita de uma análise mais minuciosa de forma a contestar a universalidade da afirmação de Mann, encontra-se ancorada não apenas no processo de *biologização* do corpo de trabalhadores da Companhia mas principalmente por conseguirmos, face à pesquisa arquivística, asseverar que a conceção de *poder infraestrutural*, a capacidade de gestão e penetração territorial, encontrava-se no Distrito da Lunda sob a alçada desta Empresa Concessionária. A análise levada a cabo por Clarence Smith, assente na defesa categórica da necessidade de uma

²⁰² Michael Mann, *op cit*, 104

²⁰³ Rui Branco, *The Cornerstones of Modern Government: Maps, Weights and Measures and Census in Liberal Portugal (19th century)* (Florença: European University Institute, Department of History and Civilization, 2005) (Tese de Doutoramento) 15

²⁰⁴ Michael Mann, *op cit*.117

²⁰⁵ *Idem, Ibidem*, Pp.120-121

²⁰⁶ *Idem, Ibidem*, Pp. 123

leitura economicista das bases motivacionais do colonialismo português, corrobora a nossa argumentação quanto à Diamang:

Running practically every aspect of life in the remote north-eastern corner of Angola, with its own police, roads, dams hydro-electric installations, radio, schools, health services, agricultural stations, rural extensions services, missions and museums, Diamang has become a state within a state, referred to as the ninth colony of the empire by wits in Lisbon.²⁰⁷

Munindo-se retoricamente por uma adesão integral à missão civilizacional que espelhava os ideais do colonialismo português, de um ímpeto de assistência à promoção social do indígena, de melhoria das suas bases materiais, de educação por via do gosto pelo trabalho, a Companhia de Diamantes de Angola erguia-se no plano discursivo como uma espécie de entidade auxiliar do Estado Colonial que não só traduzia os princípios “históricos” do povo português em África como era reflexo do seu expoente máximo. No entanto, não podemos cingir o seu nível de atuação a uma esfera meramente económica dada a sua intervenção na seleção dos habitantes da Lunda, o controlo exercido via trabalho forçado e a implementação de mecanismos panópticos que regulamentavam a esfera privada dos que a ela se encontravam submetidos.

Terceira sùmula: dupla soberania, dupla exploração.

Dois eixos de problematização fundaram, como exposto anteriormente, a necessidade sentida de enveredar pela análise do que aqui denominaremos por *dupla subjugação colonial*: a primeira prende-se com a determinação de compreender a racionalidade da escolha que levou os atores estatais a determinar o local para a implementação das prisões no início dos anos 60, a qual se articula com a possibilidade de pensarmos o enredo criado pelas empresas concessionárias numa analogia à prisão colonial. Tal hipótese de “encadeamento de causalidade” encontra o seu primeiro apoio documental num testemunho já apresentado no capítulo anterior. Referimo-nos, uma vez

²⁰⁷ Clarence Smith, *op cit.* 173

mais, ao documento enviado pelo Diretor da PIDE em Angola ao Ministério do Ultramar, documento esse que precede os acontecimentos que marcam a noite de 3 para 4 de Fevereiro e no qual é tratada a questão da necessidade de criação de novos estabelecimentos prisionais. Neste mesmo comunicado o Diretor da Polícia Política de Angola assevera que tais construções devem ser feitas na região Sul da Província²⁰⁸. Muito embora não explique o porquê desta posição, é possível lermos tal afirmação na sequência da já mencionada necessidade de afastamento das prisões dos grandes centros urbanos, no entanto, pela leitura do mapa de Angola, podemos atestar que os novos centros de detenção se encontravam localizados, de facto, na região Sul afastados, tanto quanto o território permite, dos retalhos geográficos administrados pelas principais empresas concessionárias.



Fonte: <http://mapsof.net> (com alterações)

²⁰⁸ AHU – PT/AHU/UM/GM/GNP/0029/04872 – Processo nº15.009.00

Um segundo documento arquivístico reforçou a necessidade de ponderarmos o peso destas empresas no equacionamento da análise do enredo prisional. Falamos aqui de um documento enviado pela PIDE de Angola ao Ministério do Ultramar, em Fevereiro de 1960, no qual a Polícia Política informa que Jonas Savimbi já se encontrava no Distrito da Lunda havendo, inclusive, registos fotográficos que o comprovavam. Tal alerta, na opinião da PIDE, impunha a necessidade de uma resposta pronta não só por parte do Ministério mas fundamentalmente por parte da Empresa Concessionária que operava na região, a Diamang. Na sequência de tal o Gabinete dos Negócios Políticos informa o Governador-Geral de Angola da possibilidade de virem acontecer novos atos subversivos, responsabilizando-o por comunicar que

Todo o pessoal em serviço na Companhia deverá, no exercício das suas funções, ser treinado e mentalizado no sentido prevenir quaisquer actos de sabotagem, ou de os remediar prontamente, bem como no sentido de assegurar a auto-defesa de todos os núcleos de trabalho ou residência²⁰⁹

Ora, na senda do nosso estudo, a análise desta troca de correspondência prende-se com a possibilidade de lermos no excerto transcrito uma parcial desresponsabilização por parte do Estado Colonial da manutenção da ordem bem como da defesa no território concessionário em voga. Tal afirmação não decorre unicamente do facto de serem convocadas as unidades internas ao serviço da Companhia para se prepararem para a eventualidade de um ato subversivo mas, principalmente, pela análise dos agentes estatais envolvidos no processo de comunicação, nomeadamente, pelo facto da PIDE, entidade informadora da ameaça, não ser envolvida no processo de convocação de forças subversivas. Embora não possamos afirmar que a Polícia Política de Angola tenha sido descorada totalmente, a leitura conjunta de ambos os documentos aqui tratados leva-nos a problematizar a sua efetiva capacidade de atuação no decorrer do dealbar dos atos subversivos em Angola, dado que, como apresentamos no capítulo anterior, já havia comunicado tanto ao Gabinete como ao Ministério do Ultramar que se encontrava com fraca capacidade de resposta aconselhando até que os novos estabelecimentos prisionais não estivessem sob a sua alçada administrativa. No entanto, não podemos descurar que tal cedência do poder estatal do uso legítimo da violência demonstra um outro aspeto que mina a possibilidade de pensarmos a Companhia de Diamantes de Angola enquanto entidade autónoma, nomeadamente, salientasse a dependência da Diamang face ao Estado

²⁰⁹ TT – AOS/CO/UL- 44

Colonial no fornecimento de informação quanto ao desenvolvimento das atividades subversivas e, mais ainda, quanto à possibilidade de risco a que o território concessionário estaria exposto. Sabemos ainda, por via de um outro documento arquivístico no qual são enumeradas as atribuições de autoridade dos Governadores de Distrito, que era função destes a convocação e emprego da força militar e policial, em harmonia com o Governador-Geral, sempre que a manutenção da segurança e ordem assim o exigissem²¹⁰. O que fica por responder prende-se com a incompreensão se há falta de efetivos da Polícia Política se agrupava, em 1961, uma incapacidade das forças militares de garantirem a efetiva manutenção da ordem em Angola, delegando às “forças internas” da Companhia o dever de defesa da soberania portuguesa e, concomitantemente, a manutenção da ordem.

Muito embora alguma literatura consultada aponte para a existência de estabelecimentos prisionais administrados pela Companhia bem como para a presença de entidades de policiamento privadas, as fontes arquivísticas consultadas apenas nos apontaram indícios, como os expostos, para a verificação de tal afirmação. No relatório já aqui tratado em que a Companhia presta contas ao Estado do nível de penetração territorial ao especificar o número de escolas, consultas médicas, hospitais, batizados, etc, não menciona por uma única vez a existência de estabelecimentos prisionais. A única alínea que aponta para a efetivação de algum tipo de policiamento interno prende-se com um pequeno item do relatório de contas de 1964 em que menciona os gastos internos em *segurança*.

Em 1963 o Governador de Distrito de Angola, Artur João Cabral Carmona, elabora um relatório, que deveria ser anual, onde presta conhecimento ao Ministério do Ultramar do desempenho das suas funções de 1961, ano em que assumiu o cargo, até então. Desta feita, afirma:

Três dias após aqui chegar, iniciava a primeira visita a algumas populações fronteiriças do Conselho de Chitato e Circunscrição de Camaxilo. E, mal tinha regressado à Sede de Distrito, chegava-nos a notícia do assalto às prisões de Luanda e tudo que depois se seguia. Também fervilhavam, por esta altura já, notícias que se faziam na Baixa do Cassange (...)²¹¹

²¹⁰ AHU- MU/GM/GNP/184

²¹¹ AHU.MU.ISAU/A2.01.001/02.00009 – Artur João Cabral Carmona; Relatório do Governador de Distrito da Lunda 1961-1963; Pp. 2-3

Na descrição do alastramento dos movimentos subversivos no distrito da Lunda, Cabral Carmona recorre frequentemente à descrição da ação da Companhia no travar da propagação dos mesmos. Informa, por exemplo, que poucas semanas após os acontecimentos em Luanda vivia-se um ambiente de «muita preocupação no Chitato nos aglomerados dos empregados da Companhia de Diamantes». Tal situação ocorreu principalmente pela difusão de notícias, entre as mulheres dos trabalhadores, que «entraram em grande alarme» e haviam influído os seus maridos. Informa ainda que a Companhia sofreu múltiplas «chantagens» por parte dos trabalhadores e louva a capacidade de, internamente, a Diamang ter sido capaz de gerir tal sublevação, elogiando, em especial, «o espírito de presença do então Diretor Geral, Major de Artilharia, José Manuel Tarujo Nunes Correia»²¹². Nas palavras do mesmo, declara que «no Concelho do Chitato, a disciplina interna e o respeito em alto grau pela hierarquia, na Companhia de Diamantes, evitam a discussão e, mais ainda, qualquer agrupamento ou incidência política»²¹³. Fala-se ainda de «efetivos muito reduzidos e inexistência de Polícia» na maioria dos postos administrativos e da necessidade «indispensável» da sua institucionalização, referindo que o controlo e a manutenção da ordem administrada pelo Estado estava fundamentalmente à mercê de «cipaios», indivíduos africanos, munidos de pouco «prestígio, instrução e sem quadros orientadores» que se comportavam na «vida social, moral e privada como qualquer nativo de “sanzala”» sendo ainda facilmente subornados²¹⁴. No que concerne a instalações de confinamento o Governador de Distrito indaga apenas quanto à criação de uma cadeia administrativa no ano de 1962 que, embora finalizada, não se encontrava em funcionamento, faltando-lhe para os devidos efeitos todo o tipo de equipamento indispensável. Se, por si, tal informação já levanta suspeitas, principalmente numa área fronteiriça, perto do Congo Belga recém-independente, o autor informa ainda:

Se não se verifica ainda necessária a criação de cadeias comarcas na Lunda, julga-se conveniente a instalação de Tribunal de Trabalho tantos são os casos a requerer sentença arbitral por acidentes de trabalho, principalmente na área do Concelho de Chitato onde, mercê da actividade industrial, se concentram próximo de 30000 trabalhadores. Os casos de conflito entre empregador e empregado são felizmente poucos.²¹⁵

²¹² *Idem, Ibidem*, 8

²¹³ *Idem, Ibidem*, 10

²¹⁴ *Idem, Ibidem*, 119

²¹⁵ *Idem, Ibidem*, 195

O trabalho altamente disciplinarizado, acompanhado de baixos salários e de uma relutância por parte dos trabalhadores a integrarem o mercado laboral da Diamang constituem premissas analíticas que nos fazem questionar a efetiva não existência de prisões no interior da Diamang. A ausência de uma estrutura de resistência organizada por parte daqueles que se encontravam à mercê da Companhia é justificada por Cleveland na sequência da alta capacidade de implementação de estruturas repressivas por parte da empresa bem como pela relação clientelar que mantinha com as autoridades locais que, assim que encontravam um trabalhador em fuga, o remetiam de volta ao enredo administrado pela Companhia²¹⁶. Mais, na opinião de Cabral Carmona um dos problemas intrínsecos ao Distrito da Lunda prendia-se com a sua fraca densidade populacional consequência direta do desencadear de um processo migratório para os países vizinhos por parte dos trabalhadores da empresa que viam neste a única fuga possível ao regime de contrato imposto pela Companhia. Se por parte dos trabalhadores ditos *voluntários*, ou seja, aqueles que eram recrutados no interior da Lunda, tal parecia ser a única hipótese de desvinculo, a ausência de atos de resistência por parte dos *contratados*, trabalhadores de distritos vizinhos, é atribuída por Porpart ao facto de estes se fazerem acompanhar das suas famílias o que desencorajava o desencadeamento de atos de revolta²¹⁷. A administração dos corpos parece, pelo exposto na literatura, advir, fundamentalmente, da implementação de mecanismos sociopsicológicos que atuavam como instrumentos capazes de quebrar o espírito de resistência dos indígenas. Numa obra recebida com um algum desconforto por parte do Estado Colonial e da Companhia de Diamantes de Angola, Gilberto Freyre descreve a sua visita à Lunda em 1953 ancorando à mesma a acusação de uma desmedida exploração laboral que em nada comungava com os princípios assimilacionistas que a Empresa alegava enquanto estrutura teórica da sua administração. Nas palavras do mesmo:

A tendência da Companhia dos Diamantes – e das companhias e empresas do seu tipo que operam na África portuguesa do mesmo modo que nas outras Áfricas – talvez seja para

²¹⁶ Todd Cleveland, *op cit.* 164; No mesmo documento aqui tratado e assinado por Silva Tavares em 1951, o então Governador Geral afirma quanto ao envio de familiares: *A ida das mulheres na companhia dos maridos não tem por fim, no caso especial da Diamang, o objectivo da natalidade, mas fixar na circunscrição do Chitato uma forte população nativa que possa resolver, in locos, as necessidades da mão-de-obra da própria Diamang* in Torre do Tombo – AOS/CO/UL-8; Pasta 5: despacho quanto à aplicação da lei da mão-de-obra indígena à Diamang.

²¹⁷ *Idem, Ibidem*, 166

reduzir as culturas indígenas a puro material de museu. Os indígenas vivos interessam-nos quase exclusivamente como elementos de trabalho, tanto melhores quanto desenraizados de suas culturas maternas e mecanizados em técnicos, operários e substitutos de animais de carga. A proletarianização de tais indivíduos, sua segregação em bairros para ‘trabalhadores indígenas’ dentro de comunidades organizadas em pura função desta ou daquela actividade económica, constitui um dos maiores perigos para a gente africana do ponto de vista social e, ao mesmo tempo, cultural. (...)

É o que não acontece dentro das grandes empresas capitalistas que hoje se instalam na África e utilizam-se de africanos arrancados às suas tribos sem lhes darem oportunidade de participação em novos sistemas de convivência e de cultura. São eles mantidos num ambiente socialmente artificial – e não só artificial: humilhante – do qual só pode resultar a sua degradação [...]. O estado de escravo no sistema patriarcal luso-brasileiro nada tinha de fixo: era transitório, plástico. O indivíduo poderia superá-lo. O estado de “trabalhador nativo” do africano destribalizado, dentro das grandes empresas capitalistas instaladas na África, é uma situação de condenado sociologicamente à morte. Baseia-se na concepção de ser ele inferior ao branco, não transitoriamente – como cativo de guerra ou devido a outro acidente – mas como raça. Biologicamente. Fatalmente²¹⁸.

Não nos é, de facto, possível asseverar com a certeza que só poderíamos ter se o arquivo nos munisse de comprovação incontestável, que no decorrer do colonialismo português nos deparamos com uma total cedência de soberania ao sector privado nem mesmo que a Diamang é exemplificativa na análise da privatização de instituições prisionais. Mas podemos pensar a estrutura organizacional da Companhia de Diamantes de Angola enquanto instituição análoga à prisão colonial e, desta, conceber a racionalidade na escolha geográfica das prisões criadas no seguimento do dealbar da Guerra Colonia na dependência do afastamento das zonas concessionárias. O trabalho forçado, estrutura empregue em ambos os enredos, não só constitui a premissa que as coloca num igual patamar de comparação como aquilo que os diferencia. Se o fraco poder infraestrutural do estado ditou o carácter incipiente da gestão do enredo prisional, marcado por processos de vigilância cuja expressão findava no diploma legal, as empresas concessionárias, neste caso a Diamang, ao mobilizar eficazmente recursos alocativos e autoritários, que potencializaram não só uma efetiva urbanização mas principalmente a edificação de lógicas panóticas, sugere, por esta via, ter obtido um persuasivo ordenamento da população. A descrição de Freyre colmata esse mesmo argumento ao colocar a tónica não só na *fatalidade* a que o indígena estava entregue no interior do enredo do trabalho forçado como ao evidenciar a artificialidade do planeamento urbano

²¹⁸ Gilberto Freyre, *Aventura e rotina: sugestões de uma viagem a procura das constantes portuguesas de carácter e ação* (Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953) 432-33.

da mesma que se edifica com vista a encobrir o mecanismo que o precede e que compõe a finalidade última e primária da Companhia: a exploração laboral do indígena.

São, portanto, as premissas materiais da regência diária da vida dos trabalhadores no interior da Lunda concessionária que nos instigam a integra-la na categoria apresentada na introdução desta dissertação de *prisão em sentido teórico*, conceito ancorado, como afirmamos, nos estudos agambenianos. À administração diária e meticulosa do dia-a-dia dos trabalhadores, sob a égide do autoritarismo laboral, junta-se o *confinamento* involuntário no interior da zona administrada pela Companhia baseado na prevalência da prática do trabalho forçado. Já em 1947, Henrique Galvão apresentava à Comissão das Colónias um «Relatório sobre os Problemas Nativos nas Colónias Portuguesas» e, referindo-se ao processo descrito, asseverava:

Em certo ponto de vista, a situação é mais grave do que a criada pela escravatura pura. Na vigência desta, o negro comprado, adquirido como um animal, constituía um bem que o seu dono tinha interesse em manter são e escoreito, como tem em manter são e escoreito o seu cavalo ou o seu boi. Agora, o preto não é comorado, é simplesmente alugado ao Estado, embora leve o rótulo de homem livre. E ao patrão pouco interessa que ele adoença ou morra, uma vez que vá trabalhando enquanto existir – porque quando estiver inválido ou morrer, reclamará outro²¹⁹.

Do ponto de vista da literatura, o debate que compreende a cedência de trabalhadores a empresas privadas emerge no final da 2ª Guerra Mundial aquando da problematização que rodeia a venda de prisioneiros dos campos de concentração nazis a empresas privadas por parte das SS. Importava compreender se o uso destes trabalhadores nos remeteria para a análise do reemergir de práticas de escravatura moderna ou se estaríamos perante um novo sistema de controlo e maneo da condição humana e, principalmente, se poderíamos falar da ocorrência de importação e incorporação de uma característica feudal – a escravatura – para o panorama capitalista. Dois entraves são desde logo enunciados: o primeiro prende-se com o facto de o Estado não ter tido um papel ativo na captura e transporte de escravos, função levada a cabo por atores privados, muito embora tenha enquadrado tal prática no interior de uma *framework* legal; um segundo ponto prende-se com o *valor* que é atribuído à força de trabalho humana por parte do empregador, isto é, no caso do trabalho escravo tal indivíduo, por ser comprado,

²¹⁹ Dalila Cabrita Mateus, *op cit.* 94

representava uma propriedade do agente patronal já no caso do trabalho forçado no interior de campos de concentração o trabalho responderia essencialmente a um mecanismo que, não tendo uma finalidade iminentemente económica, procurava quebrar o espírito de resistência do prisioneiro. Apenas nos últimos anos da 2ª Grande Guerra os prisioneiros dos campos de concentração foram efetivamente vistos como mais-valia económica, levados a trabalhar na produção de artilharia de guerra para fazer face às dificuldades que a mesma impunha. No entanto, tal sistema não teria como finalidade a perpetuação da prática do trabalho forçado mantendo-se o desígnio da aniquilação dos mesmos²²⁰. Ora, na senda do nosso estudo, muito embora não possamos enquadrar o trabalho forçado colonial no interior de nenhuma destas “categorias”, é-nos possível pensar o modo como o indígena angolano apreende traços comuns de ambos os “modelos”. Discursivamente enquadrado no interior da retórica assimiladora, o trabalho forçado integrava não só uma necessidade estatal como a sua perpetuação ao longo da história colonial constituiu um dos alicerces que possibilitou a própria manutenção do *status quo*. O enredo do trabalho forçado no interior de empresas concessionárias, pelo menos na Lunda pela ação da Diamang, enquadra o sujeito colonial administrado por esta força privada num patamar comparável ao que o Estado pretendia que fosse a prática no interior das instalações prisionais: disciplina laboral, políticas de assimilação e, numa última análise, apolitização do mesmo. A diferença, parece-nos, residia fundamentalmente na disparidade de recursos que diferenciava ambas as forças de governo dos corpos (privada e estatal), ou seja, na efetiva capacidade de implementação dos programas de gestão das massas administradas. O estudo aqui apreendido, como referimos no início deste capítulo, não nos permite edificar conclusões irrefutáveis mas apresenta-nos as bases que justificam a necessidade de uma análise numa perspetiva mais minuciosa quanto à possibilidade de enquadrar o enredo empresarial colonial numa analogia a instituições de confinamento.

²²⁰ Marc Buggeln, «Were Concentrations Camps Prisoners Slaves?: The Possibilities and Limits of Comparative History and Global Historical Perspectives» *International Instituut voor Sociale Geschiedenis* n°58/2, 2008, 104-110

Súmula Final: premissas conclusivas e levantamento de questões

O encadeamento que estrutura o corpo da nossa investigação assenta num propósito que *foge*, em grande medida, ao próprio texto que os formula. Embora tenha havido um esforço para se referenciar e introduzir em cada secção o trabalho que lhe seguia, a intenção que os instiga apenas se agrega na apreensão do todo. A análise da categorização administrativa legal do indígena, da prática que regia o *modus operandi* das instalações prisionais e, por fim, da possibilidade de existência de *vácuos* de soberania estatal no interior do território colonial preconiza um estudo que, ao focar-se na análise dos mecanismos de disciplinarização do sujeito, pretende evidenciar não apenas os dispositivos de controlo administrados pelo Estado Colonial mas essencialmente foca-se na problematização da efetiva capacidade soberana de gestão do corpo colonizado. O nomear de um objeto de análise *movediço*, que não toma continuamente as fronteiras do território angolano como campo analítico coeso, apreende esse mesmo propósito de não dotar de homogeneidade a administração colonial, de a pensar tendo em conta as bases que a edificam e que não devem ser refletidas sobre o desígnio da centralidade e unidade pluricontinental. Amparamo-nos portanto num foco de análise dual, na senda do que Midgal avança como perspetivas de observância do enredo estatal, que tanto perceciona o Estado enquanto organismo que pode ser referido em termos singulares como enquanto «connected parts of fragments, frequently with illdefined boundaries»²²¹, de modo a apreender aquilo que escapa à análise da ciência do direito, da textualização legal das ambições biopolíticas do Estado Colonial e que, estando patente na análise arquivística, nos remete para a factualidade da administração burocrática nos territórios ultramarinos. O foco do nosso estudo não se debruçou assim na catalogação das emergentes estruturas criadas no sentido de implementar mecanismos categóricos de vigilância dos sujeitos mas antes, motivo pelo qual alguns documentos consultados acabaram por não ser incluídos neste projeto final, compôs o nosso objetivo compreender, à luz das disposições materiais e legais do enredo penal, o modo como o Estado Colonial Português concebeu e ministrou a população ultramarina. O trabalho de arquivo, pelo menos para quem o experiencia pela primeira vez, impôs esta mesma orgânica por não consentir com uma planificação rígida

²²¹ Joel S Midgal, *State in Society* (Cambridge: Cambridge University Press, 2001) 11

dos temas a ser abordados, por levar ao questionamento de instâncias que numa primeira análise são tidas como independentes, por levantar tantas mais questões do que responder a dúvidas e, principalmente, por ditar a necessidade de uma abordagem articulada que não dota de barreiras os temas estudados.

A necessidade de um olhar bipolarizado sobre o governo dos povos colonizados despontou a estrutura tripartida da nossa dissertação: se num primeiro momento, recorrendo à análise legislativa dos estatutos que categorizam e balizam o sujeito colonizado, adotamos uma perspectiva que dota o Estado de uma unicidade que se espelha nos seus desígnios biopolíticos, na análise que lhe segue tal perspetivar vai sendo progressivamente posto em causa, constituindo o estudo das instituições penais emergentes na década de 60 tanto um retrato do poder infraestrutural do estado como evidência da inércia administrativa que o acompanha e que nos remete, pelo confronto entre a lei e os relatórios produzidos pela administração colonial, para uma autonomização destes enredos da lógica burocrático-estatal dominante. Ora no estudo das instâncias carcerárias ambos os olhares sobre o enredo estatal confluem preconizando o terceiro capítulo da nossa tese, que analisa a Companhia de Diamantes de Angola e problematiza a cedência da soberania estatal à mesma, um estudo de caso que evidência a presença de *fragmentos territoriais semiautónomos* que, assim, fundam um olhar sobre o Estado que rompe com a unidade proclamada nos textos legais.

Dos códigos legais às categorias administrativas, em consonância com o exposto na Introdução, não pretende edificar uma análise que sustente a existência de uma homogeneidade e centralidade na orgânica colonial nem tão pouco a sua incorporação na metrópole. Muitos tem sido aqueles que evidenciam os constrangimentos inerentes a um estudo centrado na arquitetura legal essencialmente por se afastar da *razão prática* que regia a vida nas colónias. No entanto, a primeira evidência analítica que subjaz à nossa análise prende-se não só no evidenciar da racionalidade que imbui o agente colonizador, mas também conceber a análise legislativa mantendo um enfoque no modo como a estrutura legal colonial se construiu via legalização da exceção, exceção essa que não se formula pela prática da segregação e segmentação de sujeitos governados mas principalmente por assentar na constante possibilidade de mutação das bases jurídicas que, por via da mesma, se formulam e reformulam. Tal análise constitui em si uma instância que nos permite sustentar que a aplicabilidade dos mecanismos legais raramente

se emancipavam do corpo teórico que os proclamava, uma vez que, do ponto de vista da burocracia estatal, tal materialização implica frequentemente a aplicação de recursos que escapavam à capacidade de ação estatal. Tal pressuposto encontra muitas vezes a sua confirmação pela leitura dos preâmbulos que antecedem o corpo da lei e onde é frequente o legislador referir-se ao corpo que agora reformula apontando as falhas e incoerências que se pretendem ver “emendadas”. Quer tal dizer que, se a leitura dos códigos legais nos ilude de um amplo poder sobre o corpo, poder esse organizado e categorizado que capturaria um amplo domínio sobre a população afeta, a leitura dos preâmbulos que os antecedem, ao justificar a necessidade da sua alteração, ao apontar aquilo que não passou da posse da palavra, constituem a primeira e mais precisa demonstração da sua falta de manifestação. A falta de precisão astuta dos mecanismos estatais permanece ainda consagrada no próprio corpo das três versões do Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas aquando da menção à necessidade de *atender às especificidades regionais, raciais e tribais bem como ao grau de convívio com o europeu*. Este processo de mapeamento da diferença e de compartimentação do próprio indígena funda o vácuo jurídico face ao qual o legislador se torna soberano no atendimento ao que constitui, ou não, o âmbito dos *usos e costumes* de determinado indivíduo, ou seja, onde a avaliação pela falta de especificidade da lei abre espaço ao emergir de ditames administrativos que atendem não à apreciação da *perigosidade* mas antes a determinantes circunstanciais como a necessidade de mão-de-obra ou a impossibilidade de agregar determinado indivíduo nas repletas instalações prisionais. Quer tal dizer que este *vácuo da lei*, como nos temos vindo a referir, acaba por não só ser demonstrativo do incipiente poder do estado colonial como a base que sustenta a excecionalidade que, no geral, regia a vida do indigenato face à constante possibilidade da sua alteração bem como pelo facto de se atender constantemente ao *particularismo* que extravasa o próprio âmbito da lei.

Dos códigos penais à (in)disciplina prisional acarreta, numa primeira fase, a apreensão de documentos que acabam por ser contínuos à abordagem dos códigos legais por constituírem, na sua maioria, estudos e troca de correspondência entre as autoridades administrativas do Estado Colonial que dão conta da fragilidade inerente ao sistema de encarceramento então vigente. Espelham, tanto o estudo levado a cabo por Adriano Moreira como o projeto de reforma do Sistema Prisional, a necessidade de construção de novas instalações e de alteração das lógicas vigentes, necessidade essa que é *apriori* ao início dos movimentos subversivos e que evidencia não só a debilidade inerente ao

próprio sistema, patente já numa situação de *normalidade* governativa, como o ímpeto estatal de aproximação das bases materiais do enredo colonial ao sistema panóptico empregue no ocidente. Ora, tal incapacidade é clareada com o desabrochar dos movimentos subversivos na colónia principalmente pela situação de sobrelotação das mesmas que os relatórios dão conta dias depois aos acontecimentos que marcam a noite de 3 para 4 de Fevereiro. Mais evidente ainda, como já exposto no capítulo, é a incoerência entre a leitura de tais eventos por parte da cúpula estatal metropolitana, o assombro na receção dos relatórios informativos, e o discurso dos atores coloniais que colocam uma certa previsibilidade nos eventos narrados. Esta disfunção discursiva, ainda patente na exigência de rápidas medidas pelos atores coloniais que contrasta com o invocar de padrões de atuação “bem estruturados e dotados de racionalidade”, coage a uma leitura que coloque em relevo o modo como a burocratização estatal, o constante reportar administrativo a Lisboa, se encontrava adstrito a um conhecimento *fantasiado* da realidade material colonial por parte da elite governativa lisboeta. Se tal evidência arquivística não fosse por si suficientemente esclarecedora, o corpo argumentativo que se debruça sobre o emergir dos Campos de Trabalho na sequência do início da guerra colonial, Campo de Trabalho de Missombo e Campo de São Nicolau, mostra que estes se edificaram precisamente via ignorância das normas e projetos que, teoricamente, deveriam reger a prática prisional principalmente quando o corpo de detidos era composto, quase que exclusivamente, por sujeitos que haviam agido contra a soberania portuguesa e, por isso, imediatamente colocados no mais alto patamar de perigosidade face às categorias pensadas. A fraqueza estrutural destes dispositivos era extensiva a toda a envergadura dos estabelecimentos: ausência de efetivos mecanismos de segurança, inexistência de fichas biométricas e criminais que munissem o corpo administrativo de informação quanto aos detidos, carência de uniformização das estruturas e tratamentos aplicar aos internados, impossibilidade de isolamento dos detidos por falta de estruturas, corpo policial caracterizado por uma intrínseca falta de formação notável não só pelas características descritas nos relatórios como por um processo de recrutamento falho de padronização, excesso do número de detidos por prisão face ao limite aconselhável, etc. Tal constatação não foge, como se evidenciou, ao corpo teórico que se debruça na análise de instituições penais coloniais. O desajustamento na transladação das teses foucaultianas da modernização penal como espelho do crescimento infraestrutural estatal - que reflete o emergir do Estado dito Moderno - à análise colonial assenta na debilidade morfológica que estes planos apreendem na prática colonial e que, não deixando de aglutinar, como

no caso europeu, as características inerentes à entidade que os constitui – o Estado –, comprovam apenas o seu incipiente poder infraestrutural que, *lato senso*, os caracterizou e que é, indubitavelmente, mais premente no caso do colonialismo português. Nas palavras de Alexander Keese

it is also know that the Portuguese colonial state was chronically underfinanced, even in its late colonial phase, that colonial officials had still less training than the representatives of other colonial systems, and that the Portuguese style of organization was more dependent on native police forces than those of the other colonial powers²²².

A falta de recursos, aliada a uma administração que se pretendia centralizadora, e face à necessidade de uma resposta pronta perante o dealbar da Guerra Colonial ditou a fragilidade do sistema. No entanto, sendo este o ponto que nos parece mais conclusivo, tal *fragilidade* não pode ser analisada na necessidade isolada de uma rápida construção face ao início da guerra mas deve ser apreendida enquanto *outcome* das estruturas de longo prazo que compunham o Estado Colonial Português.

Da Soberania estatal à dupla subjogação do indígena depreende uma problematização que encadeia a análise da geoestratégia estatal quanto à localização das prisões coloniais pós-60 e que corrobora a fragilidade do poder de atuação territorial do estado. O estudo de caso que conclui a nossa investigação, e que recai sobre a Companhia de Diamantes de Angola, consagra-se como uma primeira abordagem à necessidade estatal de se munir de parceiros institucionais a fim de garantir uma efetiva colonização nas zonas mais remotas da colónia angolana. Tal institucionalização, por ser anterior à consagração do Estado Novo, apreende características de longa duração do colonialismo português que evidenciam a efetiva e contínua falta de recursos que impôs *vácuos de soberania* ou, pelo menos, que preconizou a prática de delegação tácita de poderes sobre a gestão da vida do povo autóctone ao sector privado. A documentação arquivística consultada para efeitos desta análise sustenta uma leitura dilatada dos poderes de administração, das condições e dos hábitos de vida da massa trabalhadora. O controlo diário sobre os trabalhadores da Companhia, alicerçado à imposição de adequação da sua conduta aos preceitos evolucionistas da entidade estatal, determinou a construção das mais amplas e variadas estruturas materiais que potencializam um controlo não só sobre

²²² Alexander Keese, «Searching for the Reluctant Hands: Obsession, ambivalence and the practice of organising involuntary labour in Colonial Cuanza-Sul and Malange District, Angola, 1926-1945» *The Journal of Imperial and Commonwealth History*. 2003, 240-241

o corpo mas uma possível alienação do sujeito convergente com os propósitos panópticos que sustentam as teses foucaultianas e goffmanianas da institucionalização do dia-a-dia. A diferença entre o exercício de fiscalização da Companhia e aquele administrado pelo Estado, a um nível claramente mais matizado, aproxima-se da disparidade que Foucault encontra entre as origens do sistema jurídico-científico dominante no Ocidente, o sistema panóptico que reportam ao século XVIII e XIX, e sua posterior institucionalização. Ao traçar tal genealogia foucaultiana do sistema de dominação estatal, Michel Certeau foca a fraqueza da sistematicidade original, isto é, a dispersão das práticas, em contraponto com o momento histórico em que estas já se encontram amplificadas, multiplicadas e socialmente reproduzidas a uma amplitude antes desconhecida²²³. Com isto não queremos dizer que a acção de controlo da Companhia converge com a exercida pelos Estados Modernos Ocidentais, apenas que sustenta a validade da hipótese destas empresas serem apontadas enquanto *Estados dentro de Estados* e caracterizadas por um controlo sobre a massa que a elas reportava comparativamente mais amplo do que aquele exercido pelo Estado Colonial. A racionalidade da escolha das prisões coloniais parece-nos assentar em dois pontos: não só interessava que a localização das mesmas se afastasse das zonas com maior incremento populacional – as grandes cidades –, como não demonstrava qualquer benefício acomodar tais dispositivos de controlo na proximidade de zonas que, pelas suas características de trabalho, se encontravam sujeitas a um controlo amplo e que constituíam em si e por si só mecanismos análogos às instituições totalizantes.

*

Subsiste ainda um segundo denominador referente à capacidade de edificação de uma engenharia social colonial que, parafraseando Bandeira Jerónimo, se introduz quase autonomamente. Nas palavras do investigador «a análise das políticas coloniais e da organização do Estado Colonial tem de se fazer acompanhar da análise de novas modalidades de trabalho forçado»²²⁴. Se quando falamos de aplicabilidade de dispositivos de gestão do corpo biológico e de poder infraestrutural encontramos, por um lado, a

²²³ Michel de Certeau, *Foucault and Bourdieu in The practice of everyday life*; (Berkeley: University of California Press, 1988) 47

²²⁴ Miguel Bandeira Jerónimo, *Livros Brancos, Almas Negras. A «missão civilizacional» do colonialismo português c. 1870-1930*. (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2009) 9

duplicidade da sua índole – Material vs. Legal – bem como o fator que diferencia as instâncias institucionais em análise – Estado e Sector Privado –, o trabalho forçado constitui a premissa comum às três subunidades de análise.

O modo como se encontra consagrado nas estruturas legais não pode ser compreendido apenas enquanto processo de incorporação *per si*, mas implica a intelecção da racionalidade que precede a própria construção da lei e que compõe, assim, a fonte do projeto colonial da soberania política. A apreensão conjunta dos dispositivos analisados, a sua consagração e teorização legal, acarreta uma leitura dos mesmos na qual se apreende a efetiva urgência estatal de engendrar o mercado de trabalho da economia colonial sem nunca violar os “preceitos humanitários” que levaram à abolição da escravatura no século XIX. Em suma, o trabalho compelido constitui uma razão apriorista, sendo a sua inclusão na arquitetura da lei não mais do que um processo de cristalização e legalização de uma prática que antecede a sua própria materialização. Discursivamente fundamentado enquanto prática que não só possibilitava a elevação moral do indígena como enquanto elemento capaz que desvincular o autóctone da *preguiça inata* a que era sistematicamente associado, o trabalho compelido constituía o principal pilar do projeto de assimilação que pretendia dotar o indivíduo de características que eram “congénitas” ao ocidental: o gosto pelo trabalho constituía a primeira delas. No Arquivo da Torre do Tombo acedemos ainda a um parecer escrito em 1951 por Carlos Henrique Jones da Silveira, da Inspeção Superior dos Negócios Indígenas, que face a um estudo levado a cabo pelo Conselho Federal do Comércio Externo Brasileiro, que pretendia avaliar a concorrência comercial das províncias portuguesas, acusava a prática lusitana de formas análogas de escravatura. Em resposta a tal, e em concordância com o argumento por nós exposto, Jones da Silveira escrevia:

Mão-de-obra escrava ou semi-escrava não existe nas nossas colónias, mas temos ainda a necessidade de impelir para hábitos de trabalho povos semi-bárbaros que assim algumas vezes são contratados sem ser da sua espontânea vontade ou iniciativa. De resto o indígena vive em permanência com a inteira liberdade de dispor de si mesmo²²⁵

Se nos capítulos que se encarregam dos parâmetros civis do povo colonizado nas três versões do Estatuto Civil, Político e Criminal dos Indígenas (1926, 1929 e 1954) se aponta essa mesma *necessidade de moralização do cumprimento legal do trabalho*, a

²²⁵ TT- AOS/CO/UL-8

finalidade intrínseca de otimização económica dos sujeitos colonizados é mais premente nos capítulos que consagram o direito penal. A recuperação da criminalidade indígena não é apreendida em nenhuma instância na ausência da prática do trabalho. Justificada neste ponto não só pelo dever do estado de não incitar à inata displicência mas introduzindo a necessidade de atender à natureza dos colonizados e ao modo como o isolamento penal ocidental constituía uma pena demasiado dura ao indígena que, pouco civilizado, estava habituado a uma liberdade ímpar, o confinamento em celas constituiria um processo que levaria o autóctone à demência. Esta *humanização*, à qual se poderia aglutinar o banir das penas corpóreas, constituía a base de validação de um certo paternalismo estatal que o colocava retoricamente numa posição de respeito pelo povo ultramarino ao mesmo tempo que reproduzia, por via deste, a finalidade que o produz. O Estatuto dos Julgados de 1954 e a Caderneta Indígena, mais tarde Cartão de Identidade, constituem possivelmente os mecanismos que mais colocam em evidência a necessidade de otimização do corpo colonizado. Se no primeiro ponto, ao se estabelecer que no decorrer do processo de instrução o arguido aguardava julgamento em regime de trabalho (correcional ou publico, consoante acusação), a Caderna compunha o mais absoluto exemplo da relação entre a administração colonial e a necessidade de fabricar o mercado de trabalho. Ao aliar ao registo biológico do indígena a necessidade de pagamento da Taxa Anual, a burocracia estatal consagra o trabalho como a finalidade primária da gestão e do conhecimento da vida dos sujeitos subjugados. Nos dois casos, a implementação de um controlo regulamentado e apreendido por mecanismos de subjectivização, explicito pela apreensão de conhecimento objetivado no corpo biológico, consagra-se pelo imperativo basilar do estado de incrementar a economia colonial. Mesmo que se denote uma ausência de real sistematização da prática de implementação destes dispositivos, focamos aqui aquilo que se apreende enquanto *ambição administrativa*.

A Reforma do Sistema Prisional de 1954, analisada no nosso segundo capítulo, não foge à repetição do trabalho como o melhor veículo para a recuperação do delinquente. Ao compreender o crime cometido na colónia invariavelmente como uma ação de desobediência à soberania portuguesa nos territórios, na medida em que a mesma pressupunha o respeito pelos valores e princípios lusitanos, a recuperação do delinquente não previa a reaquisição dos habituais comportamentos inerentes à sua socialização, mas antes a cooptação da sua ação numa relação de concordância com a ordem pública decretada pelo Estado Colonial. Tal estruturação das finalidades da pena, como foi

sustentado por nós, encontrava-se corroborada pelos estudos que preconizavam a análise deste tipo de enredos, nomeadamente por Adriano Moreira na sua obra *O Problema Prisional no Ultramar*. Interessa ainda reforçar que o trabalho no interior das prisões não pressupunha apenas a autossuficiência dos estabelecimentos, mas deveria estar enquadrada nos Planos de Fomento sem nunca imiscuir-se nas zonas agricolamente organizadas, devendo o excesso da produção no interior de cada prisão ser direcionada para mercados próximos ou para outros estabelecimentos públicos. Desta feita, a exploração laboral dos detidos inteirava-se num vasto quadro económico, onde a força de trabalho era apreendida no interior de um lato objetivo de produtividade económica. Ora, a centralidade do enredo do trabalho forçado na administração colonial dos sujeitos, embora se reforce por via da otimização económica das penas, não se esgota pelo cumprimento das mesmas. A tríade prisões-aldeamentos-colonatos demonstra precisamente o argumento adiantado ao conceber infraestruturas contínuas à prisão que, iludindo ou coagindo o sujeito para uma melhoria material das suas condições de liberdade, o mantem sobre a égide da exploração laboral a par de um controlo delimitado ímpar, face ao vasto território angolano, dadas as já mencionadas características do infraestrutural poder estatal. No que concerne aos estabelecimentos prisionais emergentes na sequência do início da Guerra Colonial a centralidade da otimização económica dos sujeitos não é descartada. Ambos os Campos de Trabalho, Missombo e São Nicolau, impunham a prática laboral no interior da gestão diária do corpo de detidos. Importa ainda reforçar que o Campo de Missombo, segundo o relatório explorado, não só não era autossuficiente como os detidos até 1964 eram lucrados a trabalhar na construção das infraestruturas anexas, que no seu todo iriam compor o campo, não se registando qualquer tipo de atividade agrícola. O Campo de São Nicolau, dadas as suas características geográficas – localizado numa zona desértica, com vastos terrenos e junto à costa marítima –, é descrita uma intensa atividade laboral que se ajustava tanto às necessidades do colonato como às do mercado de Moçamedes. Em 1966 o Campo de Missombo é encerrado e os seus detidos transferidos para São Nicolau. A ausência de capacidade de autossuficiência e de planeamento agrícola pode compor uma das causas que levou ao encerramento do mesmo muito embora não seja adiantado em nenhum dos relatórios consultados a racionalidade administrativa que despoletou tal medida, nem tão pouco se encontrou nestas informações quando ao estado da construção do campo no ano do seu encerramento. No entanto avançamos a possibilidade de tal ser objetado no pressuposto do campo constituir, numa última análise, um custo para o Estado face ao qual era

preferível lotar o campo de São Nicolau onde as condições para o aproveitamento da mão-de-obra eram mais atrativas.

A relação entre trabalho forçado e empresas constitui a premissa mais evidente entre os argumentos expostos. O nosso contributo à relação introduzida prende-se apenas em pensar o enredo referido como fundador de uma *dupla subjugação do indígena*, por um lado, e como processo que possibilita uma analogia entre a prática de gestão privada das empresas concessionárias e as prisões coloniais. A contratação *com intervenção do Estado* estabelece o pressuposto que legitima uma nova fonte de poder que passa a administrar o corpo dos indivíduos que integram o mercado laboral privatizado. Quer tal dizer que a partir do momento em que determinado sujeito é cooptado a trabalhar no interior da Companhia de Diamantes de Angola, empresa sobre a qual recai o nosso caso de estudo, a gestão e administração do mesmo passa a estar associada aos imperativos da empresa monopolística que determina não só os ditames das atividades laborais como intervém ativamente na determinação de esferas que ultrapassam a arena económica: políticas de habitação, providenciar de cuidados de saúde, cedência de vestuário, controlo sobre os preços dos bens alimentares, atividades lúdicas, etc. A preferência por determinadas etnias, consideradas biologicamente superiores ou mais aptas, aponta ainda para a centralidade do corpo do indígena no enredo privado, isto é, para um constante interesse de otimização do corpo e de obtenção de uma elevação da força de trabalho capaz de fazer face à dureza da exploração mineira. O trabalho forçado, a par de uma capacidade de gestão de mecanismos subordinares, funda o pressuposto pelo qual a empresa pode ser pensada enquanto instituição análoga à prisão colonial que, pela disciplina administrada, pelo enquadramento nos ditames das políticas de assimilação, concebe o sujeito colonizado num quadro de ação e de controlo próximo daquele que constituía o ímpeto do sistema prisional expresso nos códigos legais. Mais, ao se fazer valer da rigidez do trabalho como mecanismos capaz de quebrar o espírito de resistência mas ao mesmo tempo veículo do seu progresso civilizacional, o sujeito colonizado é dirigido e administrado unilateralmente em ambos os cenários tendo como propósito a otimização económica da fonte de trabalho.

«Colonial political rationality characterizes those ways in which colonial power is organized as an activity designed to produce effects of rule».

David Scoot, “*Refashioning Futures: criticism after postcoloniality*”

É sobre o mote da citação de David Scoot que o propósito do nosso estudo se conjectura. A inicial intenção de estudar as prisões emergentes no início da década de 60, de apreensão das políticas de regulamentação e disciplinarização empregues, encaminhou-nos para a necessidade de compreender, antes de mais, a racionalidade política das autoridades coloniais portuguesas. Foi, de facto, a intenção de não apresentarmos aqui um trabalho meramente descritivo da realidade prisional que nos permitiu mover entre instâncias de análise que no seu todo parecem-nos apresentar uma imagem desmistificada da prisão colonial, ou seja, permite-nos compreender a centralidade desta instituição não apenas na imediação das políticas de confinamento nem tão pouco sobre o olhar *míope* das teorias centradas na sua evolução no caso europeu. Os seus usos políticos no interior do enredo colonial abarca não apenas a punição face à criminalidade, neste caso ações contra a soberania portuguesa, mas uma variedade de dispositivos de organização e reorganização do corpo que se materializam tanto em formas análogas de trabalho forçado como em políticas de concentração populacional com as suas *necessárias* ligações à economia da colónia. Mais. A análise destas estruturas disciplinares não se deve confinar à investigação por edificações matrizes da noção de prisão mas deve abranger ainda mecanismos a estes análogos que na sua origem encontram a mesma intencionalidade: apreensão do corpo, otimização económica do sujeito, controlo administrativo, etc. Ora a intenção estatal inerente à análise do *aparatus* do poder colonial, aos pontos de aplicação desse mesmo poder e aos dispositivos empregues, implicou no caso de estudo aqui exposto a captura de um conjunto de *respostas* objetadas com a finalidade da reprodução dos efeitos de poder no qual as Empresas Concessionárias se devem incluir. O fraco poder infraestrutural do estado colonial português, a falta de efetivos recursos financeiros e humanos, impôs uma racionalidade que dita a história da administração colonial portuguesa e que implica uma análise que não se deve centrar apenas nas estruturas estatais mas em redes de poder a estas paralelas que permitiram a manutenção da soberania portuguesa.

Bibliografia

Fontes Primárias

-Arquivo Histórico Ultramarino

- Arquivo Histórico Diplomático

- Arquivo Nacional da Torre do Tombo

- Legislação

Diário do Governo de 23 de Outubro de 1926, nº237, Decreto-Lei nº12533 – Estatuto Civil, Político e Criminal dos Indígenas

Diário do Governo de 6 de Fevereiro de 1929, nº30, Decreto-Lei nº16473 – Estatuto Civil, Político e Criminal dos Indígenas

Diário do Governo de 20 de Maio de 1954, nº110, Decreto-Lei nº39666 – Estatuto Civil, Político e Criminal dos Indígenas

Diário do Governo de 26 de Julho de 1960, Decreto-Lei nº 43089 – Reorganização do Registo Criminal do Ultramar

Diploma Legislativo de 10 de Setembro de 1958, nº2:911 – Regulamento da Identificação dos Indígenas de Angola

Diário do Governo de 3 de Fevereiro de 1961, Decreto-Lei nº 35.007 – Criação de Lugares de Inspectores dos Serviços Prisionais do Ultramar

Diário do Governo de 7 de Outubro de 1960, Decreto-Lei nº43203 – Direcção Geral de Justiça

Fontes Secundárias

Adriano Moreira. *O Problema Prisional no Ultramar*. (Coimbra: Coimbra Editora, 1954)

Alexander Keese, «Searching for the Reluctant Hands: Obsession, Ambivalence and the Practice of Organising Involuntary Labour in Colonial Cuanza-Sul and Malange Districts, Angola, 1926–1945», *The Journal of Imperial and Commonwealth History*, 41:2, 2013, 238-258

Alex Murray and Jessica Whyte (Ed.), *Agamben Dictionary* (Edinburgh: Edinburgh University Press, 2011)

Anne Digby; Waltraud Ernst e Projit Muhkarji, *Crossing Colonial Historiographies: Histories of Colonial and indigenous medicines in transnational perspective* (Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2010)

Ann Stoler, «On Degrees of Imperial Sovereignty» *Public Culture* nº 18, 2006, 125-146

-----, «Colonial Archives and the Arts of Governance», *Archival Science* 2, 2002, 87-109

António Barreto e Maria Filomena Mónica, *Dicionário da História de Portugal*, Volume 1. (Porto: Figueirinhas, 2002)

Barbara Bush e Josephine Maltby, «Taxation in West Africa: transforming the colonial subject into the “governable person”» *Critical Perspectives on Accounting* no.15, 2004, 5-34.

Carlos Aguirre e Ricardo D. Salvatore, *The Birth of the Penitentiary in Latin America: Essays on Criminology, Prison Reform and Social Control, 1830-1940*. (USA: University of Texas Press, 1996)

Carl Watner (Ed.), *National Identification Systems: Essays in Opposition* (North Caroline: McFarland Ed, 2004)

Caroline Elkins, *Imperial Reckoning: the untold story of Britain's gulag in Kenya*. (New York: Henry Holt and Company, 2005)

Clarence Smith, *The Third Portuguese Empire, 1825-1975: a study in economic imperialism* (Manchester: Manchester University Press, 1985)

Cláudia Castelo, *O modo português de estar no mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)* (Porto: Edições Afrontamento, 1998)

-----, «Ciência, Estado e Desenvolvimento no Colonialismo Português Tardio», in Miguel Bandeira Jerónimo (org.) *O Império Colonial em Questão (sécs. XIX-XX): poderes, saberes e instituições*, (Lisboa: Ed. 70, 2012), 350-379

Cristina Nogueira da Silva, «Uma justiça «liberal» para o Ultramar? Direito e organização judiciária nas províncias ultramarinas portuguesas do século XIX», *Revista do Ministério Público*, nº 103, 2006, 1-32.

Cristina Sá Valentim, «A exclusividade e a excepção: uma análise da relação entre poderes e saberes na Lunda Colonial» *Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra*, 2012. Consultado em: http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n8/documentos/Cristina_Valentim.pdf

Companhia de Diamantes de Angola, *Estatutos da Companhia de Diamantes de Angola*. (Lisboa: Tip. Silvas, 1969)

Dalila Cabrita Mateus e Álvaro Mateus, *Angola 1961 – Guerra Colonial: causas e consequências*. (Lisboa: Textos Editores, 2011)

-----, *A PIDE/DGS na Guerra Colonial 1961-1974*. (Lisboa: Terramar, 2004)

David Arnold, *The Colonial Prison: Power, Knowledge and Penology in Nineteenth-Century India*; Subaltern Studies VIII: essays in honour of Ranajit Guha; (New Delhi: Oxford University Press, 1994)

David Scott, *Refashioning Futures: criticism after postcoloniality* (New Jersey: Princeton University Press, 1999)

Diogo Ramada Curto e Bernardo Pinto da Cruz, «Terror e Saberes Coloniais: Notas acerca dos incidentes na Baixa de Cassange (janeiro e fevereiro de 1961)» in Miguel Bandeira Jerónimo, *O Império Colonial em Questão (sécs. XIX-XX): poderes, saberes e instituições*, (Lisboa: Ed. 70, 2012), 3-36

Diogo Ramada Curto e Bernardo Pinto da Cruz, “Cidades Coloniais: Fomento ou Controlo”, in Nuno Domingos e Elsa Peralta (Coord.), *Cidade e Império, Dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais*; (Lisboa: Edições 70, 2013)

Douglas Wheeler e René Pélissier, *História de Angola*; (Lisboa: Edições Tinda da China, 2011)

Elisa Maria Lopes Costa, *Os Colonatos em Angola: génese, evolução e estado actual*. Tese de Doutoramento no Instituto Superior Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa (Lisboa: UTL, 2006)

Erving Goffman, *Manicômios, prisões e conventos*. (São Paulo: Editora Presença, 1974)

Frank Dikötter, «A Global History of the Prison» *International Institute for Asia Studies* n°39; 2005, 1-5

Frank Dikötter and Ian Brown, *Cultures of Confinement: A History of the Prison in Africa, Asia, and Latin America*. (USA: Cornell University Press, 2007)

Georges Didi-Huberman, *Imagens apesar de tudo* (Lisboa: Kkym, 2012)

Gilberto Freyre, *Aventura e rotina: sugestões de uma viagem a procura das constantes portuguesas de carácter e ação*. (Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953)

Giorgio Agamben, *Nudez* (Lisboa: Relógio D'Água, 2010)

-----, *O Aberto* (Lisboa: Edições 70, 2002).

-----, *O Poder Soberano e a Vida Nua, Homo Sacer I* (Lisboa: Editorial Presença, 1995)

Graeme Harper, *Colonial and Postcolonial Incarceration*. (New York: Continuum, 2001)

H.L.A Hart, *The Concept of Law* (EUA: Oxford University Press, 1961)

Jack A. Goldstone e Bert Useem, «Prison Riots as Microrevolutions: as extension of state-centered theories of revolution» *The American Journal of Sociology*, Vol.104. No.4, 2009, 985-1029

James C. Scott, *A dominação e a arte da resistência, discursos ocultos*. (Lisboa: Letra Livre, 2013)

-----, *Seeing like a State: How Certain Schemes to improve the Human Condition have failed* (New Haven: Yale University Press, 1998)

Jeremy Ball, *The Colossal Lie: The Sociedade Agricola da Cassequel and Portuguese Colonial Labour Policy in Angola, 1899-1977*. (California: University of California, 2003)

Joel S. Midgal, *State in Society* (Cambridge: Cambridge University Press, Cambridge, 2011)

John Tropey, *The invention of the passport: surveillance, citizenship and the state*. (Cambridge: Cambridge University Press, 2000)

Jorge Eduardo da Costa Oliveira, *Memórias de África*. (Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, 2005)

Jorge Varanda, «A saúde e a companhia de diamantes de Angola; História, Ciências e Saúde»; *Manguinhos Vol. II* (suplemento), 2004, 261-268

José Neves (Coord.), *Como se faz um Povo* (Lisboa: Edições Tinta da China, 2010)

Judith Butler, *Precarious Life. The Power of Mourning and Violence*. (Verso, 2004)

Laurelyn Whitt, *Science, Colonialism and Indigenous People, The Cultural Politics of Law and Knowledge*. (New York: Cambridge University Press, 2009)

Marc Bugeln, «Were Concentrations Camps Prisoners Slaves?: The Possibilities and Limits of Comparative History and Global Historical Perspectives» *International Instituut voor Sociale Geschiedenis* n°58/2, 2008,.285-325

Marcelo J. Borges e Susana Torres, *Company town: labor, space and power relations across time and continent* (Palgrave Macmillan, 2012)

Marcelo Svirsky e Simone Bignall, *Agamben and Colonialism*; (Edinburgh: Edinburgh University Press, 2012)

Mara Loveman, «The Modern State and the primitive accumulation of symbolic power» *American Journal of Sociology*, Vol.110, No.6, 2005, 1651-1683

-----, «Is Race “Essencial”?» *American Sociological Review*, Vol.64, No.6, 1999, 891-898

Maria Paula Meneses; «O “indígena” africano e o colono “europeu”: a construção da diferença por processos legais»; *Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra*. Consultado em: http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/693_04%2520-%2520Paula%2520Meneses%252023_06.pdf

Mary Douglas, *Purity and Danger. An analysis of the concept of pollution and taboo*. (London: Routledge Classics, 1984)

Martin Thomas, *Empires of Intelligence: Security Services and Colonial Disorder after 1914* (Berkeley: University of California Press, 2007)

Michel de Certeau, *Foucault and Bourdieu in The practice of everyday life*; (Berkeley: University of California Press, 1988)

Michael Dillon and Andrew W. Neal, *Foucault on Politics, Security and War*; (U.S.: Palgrave Macmillan, 2008)

Michel Foucault, «Two Lectures», in Colon Gordon (org.) *Power/Knowledge: Selected interviews and other writings, 1972-1977* (New York: Pantheon Books, 1980)

-----, *Segurança, Território, População*; (São Paulo: Martins Fontes, 1978/79)

-----, *Vigiar e Punir, História da Violência nas Prisões* (Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1975)

Michael Mann, «The autonomous power of the State: Its origins, mechanisms and results» *Archives Européennes de Sociologie*, Vol.25, 1984, 109-136

Miguel Bandeira Jerónimo (org.) *O Império Colonial em Questão (sécs. XIX-XX): poderes, saberes e instituições*, (Lisboa: Ed. 70, 2012)

-----, *Livros Brancos, Almas Negras. A «missão civilizacional» do colonialismo português c. 1870-1930*. (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009)

Nasser Hussain, *The Jurisprudence of emergency: colonialism and the rule of law*; (Michigan: University of Michigan, 1965)

Nuno Domingos e Elsa Peralta (Coord.), *Cidade e Império, Dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais*; (Lisboa: Edições 70, 2013)

Nuno Porto, *Modos de Objectificação da Dominação Colonial: O Caso do Museu do Dundo, 1940-1970*, (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, col. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, 2009)

Paulo Pinto de Albuquerque, *A Reforma da Justiça Criminal em Portugal e na Europa*. (Lisboa: Almedina, 2003)

Pierre Bourdieu, *In Other Words*. (California: Stanford University Press, 1990)

Talal Asad, *Conscripts of Western Civilization? Dialectical Anthropology: Essays in Honor of Stanley Diamond* (Gainesville, FL: University Presses of Florida, 1992)

Taylor C Sherman, «Tensions of Colonial Punishment: Perspectives on Recent Developments. Study of Coercive Networks in Asia, Africa and the Caribbean» *History Compass* 7, Issue 3, 2009, 659-677

Todd Cleveland, *Rock Solid: African Laborers on the Diamond Mines of the Companhia de Diamantes de Angola (Diamang), 1917—1975*; (Minnesota: Faculty of Graduate School of the University of Minnesota, 2008) Tese de Doutoramento

Richard H. King and Dan Stone (Ed.), *Hannah Arendt and the Uses of History*. (New York: Berghabn Books, 2007)

Rui Branco, *The Cornerstones of Modern Government: Maps, Weights and Measures and Census in Liberal Portugal (19th century)* (Florença: European University Institute, Department of History and Civilization, 2005) Tese de Doutoramento

Robert Gellately e Ben Kierban (Ed.), *The Specter of Genocide, Mass Murder in Historical Perspective*. (Cambridge: Cambridge University Press, 2003)

Simona Forti., «The Biopolitics of Souls: Racism, Nazism and Plato» *Political Theory*, Vol.34, No.1, 2006, 9-32.

Slavoj Žižek, *Violência*. (Lisboa: Relógio de Água, 2008)

Barry Smart, *Key Sociologists: Michel Foucault*; (Reino Unido: Routledge, 1988)

Vinay Lal, «The concentration camp and development: the past and future of genocide» *Patterns of Prejudice*, Vol.39, No. 2, 2005, 220-244

Vitor Barros, *Campos de Concentração em Cabo Verde: as ilhas como espaços de deportação e prisão no Estado Novo*. (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009)